



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVII - Nº 025 - SÁBADO, 23 DE MARÇO DE 2002 - BRASÍLIA-DF

MESA		
<p>Presidente ⁽³⁾ Ramez Tebet – PMDB – MS 1º Vice-Presidente Edison Lobão – PFL – MA 2º Vice-Presidente Antonio Carlos Valadares – PSB – SE 1º Secretário Carlos Wilson – Bloco/PPS – PE 2º Secretário Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p>		<p>3º Secretário ⁽⁶⁾ Ronaldo Cunha Lima – PSDB – PB 4º Secretário Mozartildo Cavalcanti – PFL – RR</p> <p>Suplentes de Secretário 1º Alberto Silva – PMDB – PI 2º Marluce Pinto – PMDB – RR 3º Maria do Carmo Alves – PFL – SE 4º Nilo Teixeira Campos ⁽⁵⁾ – PSDB – RJ</p>
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ Romeu Tuma – PFL – SP Corregedores Substitutos⁽¹⁾ Vago ⁽⁴⁾ Vago Lúcio Alcântara – PSDB – CE</p>		<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ Juvêncio da Fonseca – PMDB – MS Gerson Camata – PMDB – ES Bernardo Cabral – PFL – AM Vago ⁽⁷⁾ Jefferson Pères – Bloco Oposição – AM</p>
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder Artur da Távola</p> <p>Vice-Líder Romero Jucá Vago Vago Eduardo Siqueira Campos</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB – 23</p> <p>Líder Renan Calheiros</p> <p>Vice-Líderes Nabor Júnior Gilberto Mestrinho Juvêncio da Fonseca Gilvam Borges Marluce Pinto Amir Lando Alberto Silva Vago</p>	<p>LIDERANÇA DO PFL – 17</p> <p>Líder José Agripino Maia</p> <p>Vice-Líderes Francelino Pereira Romeu Tuma Leomar Quintanilha Vago Maria do Carmo Alves Vago</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR PSDB/PPB – 17</p> <p>Líder Geraldo Melo</p> <p>Vice-Líderes Vago Romero Jucá Vago ⁽⁷⁾ Freitas Neto</p>	<p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS) – 14</p> <p>Líder Eduardo Suplicy</p> <p>Vice-Líderes Emília Fernandes Tião Viana Roberto Freire Sebastião Rocha</p> <p>LIDERANÇA DO PSB – 3</p> <p>Líder Ademir Anárade</p> <p>Vice-Líder Paulo Hartung</p> <p>LIDERANÇA DO PTB – 5</p> <p>Líder Carlos Patrocínio</p> <p>Vice-Líder Arlindo Porto</p> <p>LIDERANÇA DO PL – 1</p> <p>Líder José Alencar</p>

(1) Reeleitos em 2/04/1997

(2) Designação: 27/06/2001

(3) Eleito em 20/09/2001

(4) Em virtude da eleição do Senador Ramez Tebet à Presidência do Senado Federal

(5) Deixa o exercício do mandato em 25/09/2001, em virtude da reassunção do titular

(6) Filiou-se ao PSDB, em 28/09/2001

(7) Nos termos do Ato nº 1, de 2002, da Mesa do Senado Federal, que declarou a perda do mandato do Senador Fernando Matusalém, pela representação do Estado de Rondônia (Publicado no DSF, de 06/03/2002)

EXPEDIENTE	
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Márcia Maria Corrêa de Azevedo Diretora da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Bacre Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

Atualizado em 21.03.2002

SUMÁRIO

CONGRESSO NACIONAL

1 – DECRETOS LEGISLATIVOS

Nº 14, de 2002, que aprova o ato que autoriza a Radioclube Vida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jussara, Estado de Goiás.....	02874
Nº 15, de 2002, que aprova o ato que autoriza a Associação Paz e Bem a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itambacuri, Estado de Minas Gerais.....	02874
Nº 16, de 2002, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV São José do Rio Preto Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.....	02874
Nº 17, de 2002, que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Sentinela do Alegrete a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul.	02874
Nº 18, de 2002, que aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Positiva FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planaltina, Estado de Goiás..	02875
Nº 19, de 2002, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Vale do Uatumã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Figueiredo, Estado do Amazonas.	02875
Nº 20, de 2002, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio Difusão Cidade FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza dos Nogueiras, Estado do Maranhão.	02875
Nº 21, de 2002, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Transcontinental Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Esteio, Estado do Rio Grande do Sul. ..	02875
Nº 22, de 2002, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Imembuí S.A., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.	02876
Nº 23, de 2002, que aprova o ato que autoriza a Fundação Cooperhabic para a Educação e Assistência Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul.	02876
Nº 24, de 2002, que aprova o ato que autoriza a Associação Taionense de Cultura e Radiodifusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taió, Estado de Santa Catarina.....	02876
Nº 25, de 2002, que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Setorial de Radiodifusão Educativa de Sons e Imagens para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo.....	02877
Nº 26, de 2002, que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Globo de Brasília Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasília, Distrito Federal.	02877
Nº 27, de 2002, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Pampa de Guaíba Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guaíba, Estado do Rio Grande do Sul.	02877
Nº 28, de 2002, que aprova o ato que autoriza a Fundação Rosa Leal a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bocaína, Estado do Piauí.	02877
Nº 29, de 2002, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária da Rádio Santo Antônio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itutinga, Estado de Minas Gerais.	02878
Nº 30, de 2002, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Engenheiro Arcoverde – ACENAVE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Condado, Estado da Paraíba.	02878

SENADO FEDERAL

2 – ATA DA 27ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 22 DE MARÇO DE 2002

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Mensagem do Presidente da República

Nº 96, de 2002 (nº 171/2002, na origem), de 19 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a escolha do Senhor Synesio Sampaio Góes Filho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica, exercer o de Embaixador do Brasil junto ao Grão-Ducado de Luxemburgo. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. 02879

2.2.2 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2002 (nº 1.522/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Rio Preto para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Unaí, Estado de Minas Gerais. À Comissão de Educação. 02884

2.2.3 – Pareceres

Nº 167, de 2002, da Comissão Diretora, sobre o Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1999 (nº 3.961/97, na Casa de origem), que estabelece normas para o uso médico das próteses de silicone e dá outras providências. (Redação do vencido para o turno suplementar) 02887

Nº 168, de 2002, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2001, de autoria do Senador Paulo Hartung, que altera a redação do art. 4º da Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978, para estabelecer cota mensal mínima de água para consumo residencial unifamiliar. (Em audiência, nos termos do Requerimento nº 607, de 2001) 02888

2.2.4 – Comunicações da Presidência

Fixação do prazo de quarenta e cinco dias para tramitação e de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão de Educação, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2002, lido anteriormente. 02889

Término de prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2002 (nº 2.309/2000, na Casa de origem), de inici-

ativa do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, que institui Gratificação por Execução de Mandados para a Carreira de Analista Judiciário – Oficiais de Justiça – Área Judiciária – Especialidade Execução de Mandados do Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da próxima terça-feira, dia 26, em regime de urgência..... 02889

Recebimento do Aviso nº 21, de 2002 (nº 377/2002, na origem), de 13 do corrente, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 182, de 2002 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre representação originária de Relatório Parcial da Subcomissão Especial da Câmara dos Deputados para análise de denúncias de irregularidades no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF (TC nº 010.165/2000-4). À Comissão de Fiscalização e Controle. 02890

2.2.5 – Ofícios

Nºs 240 e 241/2002, de 19 do corrente, da Liderança do PFL na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 02890

2.2.6 – Leitura de requerimento

Nº 110, de 2002, de autoria do Senador Pedro Simon e outros Senadores, solicitando a realização de sessão especial destinada a homenagear os 50 anos de fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. Será votado oportunamente. 02890

2.2.7 – Avisos do Tribunal de Contas da União

Nº 221/2002, de 20 do corrente, em atenção ao Ofício nº 1.591 - SF, informando sobre os resultados das determinações contidas no Acórdão 88/2000-TCU-Plenário. (Anexado ao processado do Aviso nº 100, de 2000). À Comissão de Fiscalização e Controle. 02893

Nº 230/2002, de 20 do corrente, informando as providências pertinentes à solicitação de auditoria na Prefeitura de Coari/AM, constante do Requerimento nº 63, de 2001, de autoria do Senador Jefferson Péres. (Anexado ao processado do Requerimento nº 63, de 2001). A matéria aguardará na Secretaria-Geral da Mesa o resultado da auditoria solicitada. 02894

2.2.8 – Discursos do Expediente

SENADOR *EDISON LOBÃO* – Progresso do agronegócio no País, conforme reportagem do jornal **O Estado de S. Paulo**, destacando o sucesso alcançado por municípios sul-maranhenses. Questionamento às gestões de ONGs que tentam inviabilizar o uso do potencial do cerrado brasileiro, em nome da preservação da biodiversidade. 02894

SENADOR *FREITAS NETO* – Apelo aos setores competentes do Governo para a concretização de um plano estratégico de socorro aos municípios piauienses atingidos pela seca. Defesa da aprovação de projeto de lei de sua autoria, que cria o Fundo de Incentivo à Cultura da Carnaúba. 02899

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI* – Preocupação com a biopirataria, o narcotráfico e uma eventual ingerência norte-americana na Amazônia, alertando para a irregularidade da atuação de diversas ONG naquela região. 02900

SENADOR *LAURO CAMPOS* – Admiração e perplexidade diante do discurso do Senador José Sarney, proferido ontem nesta Casa, em defesa da democracia e das instituições nacionais, destacadamente, do processo eleitoral. 02904

SENADOR *ARTUR DA TÁVOLA*, como Líder – Contradita ao discurso do Senador Lauro Campos e ao aparte feito pelo Senador Pedro Simon. 02908

SENADOR *LAURO CAMPOS* – Reposta ao Senador Artur da Távola. 02909

SENADOR *GERSON CAMATA* – Denúncia constante de artigo publicado no jornal **A Tribuna**, sobre a poluição industrial promovida em Vitória/ES há mais de vinte anos, pelas Companhia Siderúrgica de Tubarão e Companhia Vale do Rio Doce. 02910

SENADOR *NABOR JÚNIOR* – Transcrição de matéria publicada no jornal **A Gazeta**, de Rio Branco/AC, a respeito de irregularidade em contrato firmado entre o Governo do Acre e o BID, no qual são oferecidas em garantia de empréstimo a concessão de reservas florestais daquele Estado para exploração de madeira. 02911

SENADOR *LUIZ OTÁVIO* – Justificativas a projeto de autoria de S. Ex^a que dispõe sobre a obrigatoriedade de devolução de taxas de inscrição de concursos públicos não realizados. 02918

SENADOR *PEDRO SIMON* – Repúdio à moção dos Estados Unidos contra o Embaixador brasileiro José Maurício Bustani, Diretor-Geral da Organização para Proscrição de Armas Químicas – OPAQ. Apresentação de requerimento solicitando voto de solidariedade ao Embaixador José Maurício Bustani. **(Requerimento nº 111, de 2002)**. Cópias do requerimento e do pronunciamento serão encaminhadas ao Ministro das Relações Exteriores. 02919

SENADOR *CARLOS PATROCÍNIO* – Posicionamento contrário à proposta de sustar a determinação do TSE que obriga a verticalização de coligações nas próximas eleições. 02922

SENADOR *ANTÔNIO CARLOS VALADARES* – Homenagem pelo transcurso, no último dia 17 de março, do 147º aniversário de fundação da cidade de Aracaju, capital do Estado de Sergipe. 02925

SENADOR *AMIR LANDO* – Aspectos da questão fundiária nacional que reafirmam a necessidade da reforma agrária. Defesa da destinação social do patrimônio devoluto do Estado de Rondônia. 02927

2.2.9 – Comunicações da Presidência

Lembrando ao Plenário o comparecimento, no próximo dia 2 de abril, às 15 horas, do Ministro das Relações Exteriores, Senhor Celso Lafer, atendendo à convocação feita nos termos dos Requerimentos nºs 53 e 54, de 2002, estando abertas as inscrições para interpelações. 02929

Lembrando ao Plenário o comparecimento, no próximo dia 16 de abril, às 15 horas, do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Senhor Sérgio Silva do Amaral, atendendo à convocação feita nos termos dos Requerimentos nºs 51 e 52, de 2002, estando abertas as inscrições para interpelações. 02929

2.3 – ORDEM DO DIA**Item 1**

Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2002, de autoria do Senador Renan Calheiros, que dispõe sobre as eleições gerais de 2002. **Apreciação sobrestada, em virtude da falta de quorum em Plenário para o prosseguimento da sessão.** 02929

Item 2

Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 2001 (nº 5.761/2001, na Casa de Origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a criação da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, a partir do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada, em virtude da falta de quorum em Plenário para o prosseguimento da sessão.** 02929

Item 3

Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2002 (nº 4.476/2001, na Casa de origem), que acrescenta incisos aos arts. 10 e 11 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. **Apreciação sobrestada, em virtude da falta de quorum em Plenário para o prosseguimento da sessão.** 02929

Item 4

Projeto de Resolução nº 5, de 2002 (apresentado como conclusão do Parecer nº 110, de 2002, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Lúcio Alcântara), que autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A., no valor equivalente a até US\$240,000,000.00 (duzentos e quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinado ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE II. **Apreciação sobrestada, em virtude da falta de quorum em Plenário para o prosseguimento da sessão.** 02929

Item 5

Projeto de Resolução nº 7, de 2002 (apresentado como conclusão do Parecer nº 145, de 2002, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Paulo Hartung, com votos contrários da Senadora Heloísa Helena e do Senador Lauro Campos), que autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia da à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor equivalente a até US\$900,000,000.00 (novecentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. (Financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas – Multisetorial III). **Apreciação sobrestada, em virtude da falta de quorum em Plenário para o prosseguimento da sessão.**..... 02930

Item 6

Projeto de Resolução nº 3, de 2002, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que altera a redação dos arts. 4º, §§ 3º e 4º; 5º, V; 9º, 13, **caput**, 15, **caput**, 16 e 21; bem como revoga os arts. 8º e 43, todos da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, que dispõe sobre operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização e dá outras providências. **Apreciação sobrestada, em virtude da falta de quorum em Plenário para o prosseguimento da sessão.**..... 02930

Item 7

Projeto de Resolução nº 4, de 2002, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que altera o § 3º e revoga o § 4º do art. 2º da Resolução nº 40, de 2001, do Senado Federal, que “dispõe sobre

os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, em atendimento ao disposto no art. 52, VI e IX, da Constituição Federal. **Apreciação sobrestada, em virtude da falta de quorum em Plenário para o prosseguimento da sessão.**..... 02930

Item 8

Proposta de Emenda à Constituição nº 27, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Antônio Carlos Valadares, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de instituir o Fundo para Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco (Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno). **Apreciação sobrestada, em virtude da falta de quorum em Plenário para o prosseguimento da sessão.** 02930

Item 9 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 12, de 2000, e 14, de 2001)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Jader Barbalho, que altera o **caput** e os § 4º, 6º, II e 7º e acresce o § 8º ao art. 57 da Constituição Federal (alteração dos períodos das sessões legislativas e a extinção do pagamento de parcela indenizatória de convocação extraordinária) (Terceira sessão de discussão, em primeiro turno). **Apreciação sobrestada, em virtude da falta de quorum em Plenário para o prosseguimento da sessão.** 02930

Item 10 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 3, de 2000, e 14, de 2001)

Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Hartung, que altera a redação do art. 57 da Constituição Federal para, alterando o período de funcionamento do Congresso Nacional, determinar o recesso constitucional de 21 de dezembro a 1º de janeiro e estabelecer que o calendário legislativo será definido por resolução do Congresso Nacional e contemplará período de férias coletivas dos Congressistas (Terceira sessão de discussão, em primeiro turno). **Apreciação sobrestada, em virtude da falta de quorum em Plenário para o prosseguimento da sessão.** 02931

Item 11 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 3 e 12, de 2000)

Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que altera o art. 57 da Consti-

tução Federal, para reduzir o período de recesso do Congresso Nacional, e dá outras providências (Terceira sessão de discussão, em primeiro turno). **Apreciação sobrestada, em virtude da falta de quorum em Plenário para o prosseguimento da sessão.** 02931

Item 12

Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Sebastião Rocha, que altera o inciso II do art. 37 da Constituição Federal para permitir o desenvolvimento funcional de ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente, mediante processo seletivo (Segunda sessão de discussão, em primeiro turno). **Apreciação sobrestada, em virtude da falta de quorum em Plenário para o prosseguimento da sessão.** 02931

Item 13

Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Bernardo Cabral, que altera o **caput** do art. 27 da Constituição Federal. (representação nas Assembléias Legislativas) (Segunda sessão de discussão, em primeiro turno). **Apreciação sobrestada, em virtude da falta de quorum em Plenário para o prosseguimento da sessão.** 02931

Item 14

Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Álvaro Dias, que modifica o § 1º do art. 45 da Constituição Federal, que dispõe sobre a representação na Câmara dos Deputados. (Segunda sessão de discussão, em primeiro turno). **Apreciação sobrestada, em virtude da falta de quorum em Plenário para o prosseguimento da sessão.** 02931

2.3.1 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *LÚCIO ALCÂNTARA* – Críticas ao plano apresentado pelo Presidente George W. Bush, dos Estados Unidos, como alternativa ao Protocolo de Kyoto, que disciplina a emissão dos gases de efeito estufa. 02931

SENADOR *ANTÔNIO CARLOS VALADARES* – Transcrição do artigo “Valadares consegue aprovar destaque para produtores”, publicado no jornal **Gazeta de Sergipe**, de hoje, que trata da renegociação dos financiamentos rurais. 02933

2.3.2 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária na próxima terça-feira, dia 26, com Ordem do Dia designada. 02935

2.4 – ENCERRAMENTO

3 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

Termo de Reunião, em 19 de março de 2002. 02936

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 51ª LEGISLATURA

5 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

8 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 14, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a Radioclube Vida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jussara, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 200, de 6 de dezembro de 1999, que autoriza a Radioclube Vida a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jussara, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de março de 2002. – Senador **Edison Lobão**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 15, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a Associação Paz e Bem a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itambacuri, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 154, de 25 de abril de 2000, que autoriza a Associação Paz e Bem a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itambacuri, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de março de 2002. – Senador **Edison Lobão**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 16, DE 2002

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV São José do Rio Preto Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 15 de setembro de 2000, que renova por quinze anos, a partir de 11 de outubro de 1999, a concessão outorgada à TV São José do Rio Preto Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de março de 2002. – Senador **Edison Lobão**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 17, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Sentinela do Alegrete a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 460, de 14 de agosto de 2000, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Sentinela do Alegrete a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de março de 2002. – Senador **Edison Lobão**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 18, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Positiva FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planaltina, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 183, de 16 de maio de 2000, que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Positiva FM a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planaltina, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de março de 2002. – Senador **Edison Lobão**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 19, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Vale do Uatumã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Figueiredo, Estado do Amazonas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 160, de 12 de maio de 2000, que autoriza a Associação Comunitária Vale do Uatumã a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Figueiredo, Estado do Amazonas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de março de 2002. – Senador **Edison Lobão**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 20, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio Difusão Cidade FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza dos Nogueiras, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 499, de 23 de agosto de 2000, que autoriza a Associação Comunitária de Rádio Difusão Cidade FM a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza dos Nogueiras, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de março de 2002. – Senador **Edison Lobão**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 21, DE 2002

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Transcontinental Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Esteio, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 30 de setembro de 1999, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Transcontinental Ltda. Para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Esteio, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de março de 2002. – Senador **Edison Lobão**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 22, DE 2002

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Imembuí S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 28 de outubro de 1999, que renova por quinze anos, a partir de 22 de fevereiro de 1998, a concessão outorgada à Televisão Imembuí S.A. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de março de 2002. – Senador **Edison Lobão**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 23, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a Fundação Cooperhabic para a Educação e Assistência Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 217, de 31 de maio de 2000, que autoriza a Fundação Cooperhabic para a Educação e Assistência Social a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de março de 2002. – Senador **Edison Lobão**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 24, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a Associação Taioense de Cultura e Radiodifusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taió, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 427, de 3 de agosto de 2000, que autoriza a Associação Taioense de Cultura e Radiodifusão Comunitária a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taió, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de março de 2002. – Senador **Edison Lobão**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 25, DE 1995

Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Setorial de Radiodifusão Educativa de Sons e Imagens para executar serviço de radiofusão de sons e imagens na cidade de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 29 de novembro de 2000, que outorga concessão à Fundação Setorial de Radiodifusão Educativa de Sons e Imagens para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de março de 2002. – Senador **Edison Lobão**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 26, DE 2002

Aprova o ato que renova a permissão da Rádio Globo de Brasília Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasília, Distrito Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 210, de 1º de outubro de 1998, que renova por dez anos, a partir de 7 de agosto de 1995, a permissão da Rádio Globo de Brasília Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de março de 2002. – Senador **Edison Lobão**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 27, DE 2002

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Pampa de Guaíba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guaíba, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 194, de 26 de novembro de 1999, que renova por dez anos, a partir de 5 de setembro de 1998, a permissão outorgada à Rádio Pampa de Guaíba Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guaíba, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de março de 2002. – Senador **Edison Lobão**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 28, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a Fundação Rosa Leal a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bocaína, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 400, de 31 de julho de 2000, que autoriza a Fundação Rosa Leal a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bocaína, Estado do Piauí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de março de 2002. – Senador **Edson Lobão**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 29, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária da Rádio Santo Antônio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itutinga, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 474, de 14 de agosto de 2000, que autoriza a Associação Comunitária da Rádio Santo Antônio a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itutinga, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de março de 2002. – Senador **Edison Lobão**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 30, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Engenheiro Arcoverde – ACENAVE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Condado, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 498, de 23 de agosto de 2000, que autoriza a Associação Comunitária Engenheiro Arcoverde – ACENAVE a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Condado, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 22 de março de 2002. – Senador **Edison Lobão**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

SENADO FEDERAL

Ata da 27ª Sessão Deliberativa Ordinária em 22 de março de 2002

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares
Mozarildo Cavalcanti e Carlos Patrocínio*

ÀS 09 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS
SRS. SENADORES:

Amir Lando – Antônio Carlos Valadares – Ari
Stadler – Artur da Távola – Bello Parga – Carlos Patro-
cínio – Edison Lobão – Francelino Pereira – Freitas
Neto – Gerson Camata – João Alberto Souza – José
Eduardo Dutra – José Fogaça – José Sarney – José
Serra – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Lind-
berg Cury – Lúdio Coelho – Luiz Otavio – Marluce
Pinto – Mozarildo Cavalcanti – Nabor Júnior – Pedro
Simon – Ronaldo Cunha Lima – Valmir Amaral – Wal-
deck Ornelas – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A lista de
presença acusa o comparecimento de 28 Srs. Sena-
dores. Havendo número regimental, declaro aberta a
sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos tra-
balhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Moza-
rildo Cavalcanti, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM Nº 96 (Nº 171/2002, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da
Constituição Federal, e com o disposto no art. 56, §
1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior,
aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de
1986, no art. 42, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 3.959,
de 10 de outubro de 2001, submeto à apreciação de
Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do
Senhor Synesio Sampaio Góes Filho, Ministro de Pri-

meira Classe, do Quadro Permanente do Ministério
das Relações Exteriores, para, cumulativamente com
o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da
Bélgica, exercer o cargo de Embaixador do Brasil jun-
to ao Grão-Ducado de Luxemburgo.

Os méritos do Embaixador Synesio Sampaio
Góes Filho, que me induziram a escolhê-lo para o de-
sempenho dessa elevada função, constam da anexa
informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 19 de março de 2002. – **Marco Maciel**.

EM Nº 00095/DP/ARC/MRE/APES

Brasília, 16 de março de 2002

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Consti-
tuição, e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regula-
mento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo
Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art.
42, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 3.959, de 10 de ou-
tubro de 2001, submeto à apreciação de Vossa Exce-
lência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Fe-
deral destinada à indicação do Senhor Synesio Sam-
paio Góes Filho, Ministro de Primeira Classe da Car-
reira de Diplomata, do Quadro Permanente do Minis-
tério das Relações Exteriores, para, cumulativamente
com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino
da Bélgica, exercer o cargo de Embaixador do Brasil
junto ao Grão-Ducado de Luxemburgo.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação
sobre o país e **Curriculum-vitae** do Embaixador Se-
nhor Synesio Sampaio Góes Filho, que, juntamente
com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vos-
sa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal
para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Lafer**, Ministro de
Estado das Relações Exteriores.

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE**

Ministro de Primeira Classe Synesio Sampaio Góes Filho

Itu/SP, 13 de junho de 1939. Filho de Synesio Sampaio Góes e Maria José Rodrigues Sampaio. ID: 3978- MRE

CPF:00583766820

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, FD-USP/SP. CPCD, IRBr. Curso de Prática Diplomática e Consular, IRBr. Curso de Aperfeiçoamento para Chefes de SECOM. Curso de Pós-graduação em Comércio Internacional, Ministério da Economia da França, Paris. CAE, IRBr.

Terceiro Secretário, 24 de outubro de 1968.

Segundo Secretário, antigüidade, 5 de maio de 1972.

Primeiro Secretário, merecimento, 21 de dezembro de 1976.

Conselheiro, merecimento, 12 de dezembro de 1979.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 22 de junho de 1983.

Ministro de Primeira Classe, merecimento, 20 de dezembro de 1991.

Assistente do Chefe da Divisão de Cooperação Técnica, 1968/69.

Assistente do Secretário-Geral de Política Exterior, 1969/71.

Adjunto do Cerimonial, da Presidência da República, 1979/81. Chefe do Cerimonial da Presidência da República, 1981/85.

Introdutor Diplomático, 1990.

Chefe do Gabinete, Substituto, do Ministro de Estado, 1990.

Secretário de Relações com o Congresso, 1990/91.

Chefe do Cerimonial, 1991/92.

Chefe do Gabinete do Ministro de Estado, 1992.

Chefe de Gabinete do Ministro da Fazenda, 1993.

Paris, Terceiro Secretário, 1972.

Paris, Segundo Secretário, 1972/75.

Lima, Segundo Secretário, 1975/76.

Lima, Primeiro Secretário, 1976/79.

Lima, Encarregado de Negócios, 1979.

Londres, Ministro Conselheiro, 1985/89.

Bogotá, Embaixador, 1994/98.

Lisboa, Embaixador, 1998/01.

Bruxelas, Embaixador, 2002.

Assembléia Geral Extraordinária da UIOOT, México, 1970 (membro).

Reunião da Comissão Mista Brasil-França, Paris, 1973 (assessor).

Reunião da OCDE sobre Cooperação na Promoção de Exportação dos Países em Desenvolvimento, 1975

(Observador-adjunto).

Conferência dos Ministros das Relações Exteriores dos Países Não-Alinhados, Lima, 1975 (assessor do observador).

III Sessão da Comissão Mista Econômica e de Cooperação Técnica Brasil-Peru, Lima, 1976 (membro).

Reunião do ECOSOC sobre Empresas Transnacionais, Lima, 1976 (membro).

Reunião Latino-Americana sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, Lima, 1976 (chefe).

Reunião Regional Preparatória para a América Latina e o Caribe da Conferência da ONU sobre a Água, Lima, 1976 (membro).

Comitiva brasileira ao encontro dos Presidentes do Brasil e do Peru, Tabatinga, 1976 (membro).

Comitiva nas viagens oficiais do Presidente da República: Venezuela (1979); Argentina (1980); França (1981); Portugal (1981); Peru (1981); Estados Unidos da América (1982 e 1983); Canadá (1982); México (1983); Nigéria (1983); Senegal (1983); Argélia (1983); Guiné-Bissau (1983); Cabo Verde (1983); China (1984); Japão (1984); Bolívia (1984) e Paraguai (1984).

Professor de História Diplomática do Brasil, IRBr, 1992/93.

Membro da Banca Examinadora do CAE, 1992/93.

"Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas". IPRI, 1991.

Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz, Brasil.

Ordem do Mérito Naval, Cavaleiro, Brasil.

Ordem do Mérito Militar, Oficial, Brasil.

Ordem do Mérito Aeronáutico, Oficial, Brasil.

Medalha do Mérito Tamandaré, Brasil.

Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil.

Medalha do Pacificador, Brasil.

Ordem do Mérito Brasília, Comendador, Brasil.

Medalha Cruz de João Ramalho, São Paulo, Brasil.

Medalha de Honra da Inconfidência, Brasil.

Ordem de Francisco Miranda, Terceira Classe, Venezuela.

Ordem do Sol, Comendador, Peru.

Ordem do Mérito, Comendador, República Federal da Alemanha.

Ordem Nacional do Mérito, Oficial, República Francesa.

Ordem ao Mérito por Serviços Distinguidos, Oficial, Peru.

Ordem Mexicana da Águia Asteca, Comendador, México.

Ordem Nacional do Mérito, Comendador, Equador.

Ordem do Sol Nascente, Terceira Classe, Japão.

Ordem de Isabel a Católica ("Encomienda de numero"), Espanha.

Ordem da Nigéria, Oficial, Nigéria.

Ordem do Marrocos, Marrocos.

Eduardo Prisco Paraíso Ramos, Diretor-Geral do Departamento de Serviço Exterior.

INFORMAÇÃO SOBRE LUXEMBURGO

Março de 2002

Avaliação do Relacionamento

Apesar da diferença de dimensões (o território brasileiro é 3,4 milhões de vezes maior que o luxemburguês e a razão entre as respectivas populações chega a 400), Brasil e Luxemburgo desenvolvem um relacionamento intenso e produtivo, em especial no plano econômico (recorde-se que a economia luxemburguesa é apenas 45 vezes menor que a brasileira). Com base em sua presença nos setores siderúrgico e financeiro, Luxemburgo possui a maior taxa de investimento direto no Brasil per capita: 2,3 mil dólares (Portugal, o segundo país por esse critério, apresenta taxa de 900 dólares por habitante).

Diálogo político

Brasil e Luxemburgo adotam posturas e posições análogas na defesa da igualdade entre os Estados, da prevalência dos direitos humanos, da autodeterminação dos povos, da não-intervenção, das soluções arbitradas e negociadas dos conflitos, do combate ao terrorismo, ao racismo, à discriminação e à exclusão, da cooperação entre o Norte e o Sul e da valorização do multilateralismo (de importância estratégica para um país das dimensões de Luxemburgo). Além de oferecer em várias oportunidades apoio às candidaturas brasileiras nas Nações Unidas e em outras organizações de que participam os dois países,

Luxemburgo procura dar atenção especial - inclusive no âmbito da União Europeia - às questões de interesse do Brasil.

Visita da Vice-Primeira-Ministra Polfer

A Vice-Primeira-Ministra e Ministra dos Negócios Estrangeiros e do Comércio Exterior de Luxemburgo, Lydie Polfer, realizou visita de trabalho ao Brasil no período de 25 a 28 de novembro de 2001. O programa incluiu as cidades de São Paulo, Belo Horizonte e Brasília.

Em Brasília, Ministra Polfer manteve encontros com o Vice-Presidente da República, com o Ministro das Relações Exteriores e com o Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Benjamin Sicsú.

Em São Paulo, participou de Seminário de negócios sobre Luxemburgo e inaugurou fábrica da Cebi - que produz peças automotivas e componentes para eletrodomésticos - na cidade de Indaiatuba. Em Belo Horizonte, a Vice-Primeira-Ministra participou de almoço com empresários mineiros oferecido pela FIEMG e organizado em conjunto com o Ereminas.

Troca de votos em organismos internacionais

A Chancelaria luxemburguesa comunicou recentemente à Embaixada em Bruxelas que apoiará a candidatura do Brasil à reeleição para o Conselho da Organização Marítima Internacional (IMO).

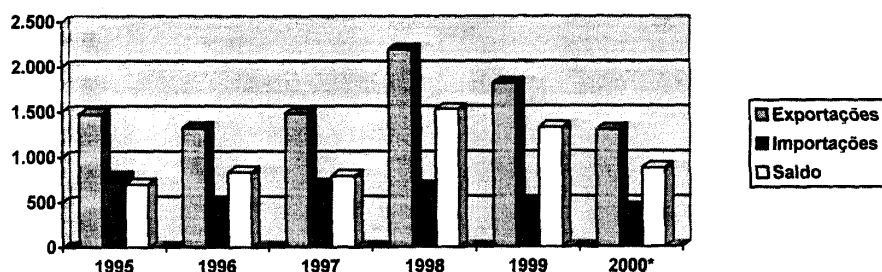
Relações econômicas

O estoque total de investimentos luxemburgueses no Brasil chega a 1 bilhão de dólares. O principal investidor é o grupo ARBED (Acières Réunies de Berbach Eich Dudelange S.A), proprietário da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira. No plano comercial, as estatísticas brasileiras registram apenas valores conjuntos com a Bélgica. Estima-se que o fluxo total de comércio supere os 300 milhões de dólares ao ano. Ressalte-se que as exportações brasileiras para o Grão-Ducado ganharam importante impulso recentemente com a venda de sete lotos regionais ERJ-145 da Embraer para a companhia aérea Luxair. A empresa luxemburguesa detém opção de compra para outras duas aeronaves.

Comércio bilateral (inclui a Bélgica)
(em US\$ milhões FOB)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Exportações	1.477	1.320	1.483	2.194	1.817	1.867	1.812
Importações	780	487	695	667	492	570	584
Saldo	697	833	788	1.527	1.325	1.296	1.228

Obs.: o PIB de Luxemburgo corresponde a aproximadamente 7% do PIB belga

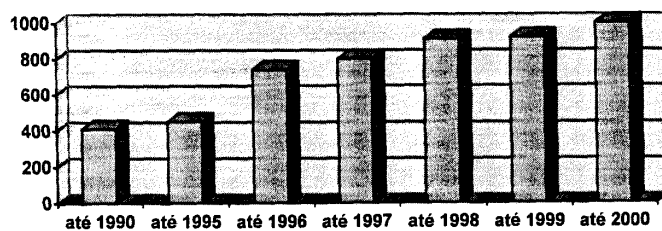


Fonte MDIC

Estoque total de investimentos
(em USD milhões)

até 1990	até 1995	até 1996	até 1997	até 1998	até 1999	até 2000
410	450	740	800	910	920	1.000

Estimativa com base em dados do Banco Central e das Câmaras bilaterais de Comércio



- Presença da ARBED no Brasil e aliança ARBED-Usinor-Aceralia

O grupo de siderurgia ARBED está presente no Brasil desde a criação da Belgo-Mineira, em 1921. Em 1998, o grupo adquiriu participação majoritária na Belgo-Mineira e, no ano passado, implementou uma parceria estratégica com a siderúrgica argentina Acindar. A Belgo-Mineira vem registrando crescimento de suas vendas nos mercados interno e externo. Foram comercializadas em 2000 cerca de 2,3 milhões de toneladas de laminados e 820 mil toneladas de trefilados. Nesse mesmo ano, o Grupo obteve receita líquida consolidada de R\$2,3 bilhões.

No corrente ano, foi assinado memorando de entendimento entre as empresas ARBED, Aceralia (Espanha) e Usinor (França) estabelecendo os princípios fundamentais com vistas à criação até o fim de 2001 de um novo grupo siderúrgico europeu com presença global. A Comissão Européia aprovou provisoriamente no último dia 21 de novembro a fusão entre aquelas empresas, cujo valor monta a um total de 3,4 bilhões de euros. A aprovação definitiva depende de a Usinor vender sete de suas linhas de produção, que dariam à nova empresa uma posição dominante no mercado, o que violaria as regras da União Européia. A Usinor já concordou com a venda. A nova companhia, que deverá constituir a maior empresa siderúrgica do mundo, terá uma produção total de 46 milhões de toneladas de aço cru, empregará mais de 100 mil pessoas e terá vendas combinadas de quase 30 bilhões de euros (US\$26,4 bilhões), além de ser três vezes maior do que os concorrentes mais próximos: a alemã ThyssenKrupp e a anglo-holandesa Corus.

Transportes aéreos

Há interesse por parte do Governo luxemburguês de negociar acordo aéreo com o Brasil. Trata-se, no entanto, de assunto considerado sensível pela Departamento de Aviação Civil (DAC), tendo em vista as novas normas comunitárias sobre o assunto e a intenção de se formar um "céu único" no âmbito da União Européia, o que acarretaria a extensão das normas negociadas com um determinado país para todos os demais.

Abertura de Consulado-Geral Honorário de Luxemburgo no Brasil

Em 19 de novembro de 2001, o Governo brasileiro concedeu anuência à abertura de Consulado-Geral Honorário de Luxemburgo em Belo Horizonte. O Cônsul-Geral Honorário será o senhor François Moyen.

Informações Gerais

Economia luxemburguesa

Após haver crescido a taxas elevadas durante os últimos 15 anos, chegando mesmo a atingir 8,5% em 2000, o PIB luxemburguês deverá aumentar ligeiramente acima dos 4% em 2001; ou seja, grosso modo, o dobro da média da União Européia.

O setor que continua como carro-chefe da economia, garantindo ao país índices de crescimento invejados pelos demais membros da UE, é o bancário e financeiro, particularmente beneficiado pelo caráter aberto da economia luxemburguesa. De fato, o Grão-Ducado foi recentemente considerado pela "Heritage Foundation", dos EUA, como a quarta economia mais liberal do mundo, após Hong Kong, Cingapura e Nova Zelândia. Recorde-se, a propósito, que cinco bancos brasileiros mantêm filiais naquele país: Banespa, Itaú, Mercantil de São Paulo, Safra e Unibanco.

A taxa de desemprego, por sua vez, caiu 1,7% entre junho de 2000 e junho de 2001; e a remuneração média dos assalariados aumentou 3,1% em 1999 e 5,1% em 2000. Em termos de inflação, é natural que, com o crescimento extraordinário da economia luxemburguesa no ano passado, o índice fosse relativamente alto (4,2% anualizados em setembro de 2000), sem que esse fato chegasse a constituir uma preocupação. Como decorrência da desaceleração da atividade econômica durante o corrente ano, o índice de inflação caiu para 1,9% no período de doze meses terminados em setembro último.

Dentro desse quadro geral positivo, contudo, alguns setores começam a ressentir-se, como os da indústria, da construção, do comércio por atacado e de hotéis e restaurantes. Cabe lembrar, por fim, que, segundo dados oficiais da UE, o PIB **per capita** de Luxemburgo alcança US\$37,440 e é o mais elevado dos Quinze.

Política interna

A paisagem política luxemburguesa se tem caracterizado, nos últimos 35 anos, por uma tradição de Governo de coalizão, com participação preponderante do Partido Cristão Social (PCS), no poder quase que ininterruptamente desde 1937, exceto pelo período de 1974 a 1978. Os outros dois grandes partidos são o Partido Operário Socialista Luxemburguês (POSL) e o Partido Democrático (PD).

Em termos de política, as grandes linhas da ação governamental podem ser assim resumidas:

– no plano orçamentário, controle rigoroso do gasto público;

– na área fiscal, redução seletiva da carga fiscal sem aumento dos impostos indiretos ou deslocamento da carga tributária entre as famílias e as empresas;

– em matéria de preços e renda, manutenção da indexação automática de salários e pensões; acompanhamento da evolução dos preços, para adotar medidas corretivas a fim de manter a inflação no nível mais baixo possível;

– no campo do desenvolvimento e da diversificação econômica, favorecer a implantação de novas empresas; subvencionar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico;

– com relação ao comércio exterior e aos investimentos, diversificar e ampliar os mesmos; favorecer a penetração dos produtos e serviços nacionais nos novos mercados da Europa, da Ásia e do continente americano; a política de prospecção de novos investimentos, em favor sobretudo da indústria, é apoiada com campanhas publicitárias, de maneira a divulgar o Luxemburgo entre potenciais investidores;

– em termos de política financeira e monetária, o Governo procura consolidar e diversificar o centro financeiro instalado no Luxemburgo, mediante, de um lado, o ajustamento e a adaptação do direito financeiro luxemburguês às necessidades do **private banking** e de outros segmentos e, de outro, a ampliação do número de tratados para evitar a dupla tributação; promover uma política de estabilidade monetária no âmbito da Associação Monetária belgo-luxemburguesa, de maneira a manter os francos belga e luxemburguês entre as moedas fortes do sistema monetário europeu;

– quanto à política cultural, valorizar a identidade e o patrimônio culturais, bem como estimular a criação contemporânea; 1% dos investimentos em construção de imóveis públicos é destinado ao seu acabamento artístico e paisagístico; e

– no tocante à ordem e segurança, garantir a defesa externa do Estado no quadro de sua inserção na Aliança Atlântica e promover a segurança interna, com ênfase na missão prevista das forças policiais.

Dados básicos

Nome oficial: Grão-Ducado de Luxemburgo
Língua: francês, alemão, luxemburguês
População: 430 mil
Área: 2,5 mil km²
Capital: Luxemburgo
Cidades principais: Luxemburgo (70 mil), Esch-sur-Alzette (25 mil)
PIB: USD 16,5 bilhões
PIB **per capita**: USD 38 mil
Chefe de Estado: Grão-Duque Henri
Chefe de Governo: Primeiro-Ministro Jean-Claude Juncker

Ministro do Exterior: Lydie Polfer

Embaixador em Brasília: não há (representação de interesses pelas Embaixadas belga e holandesa)

Embaixador do Brasil: Márcio de Oliveira Dias (cumulativo com a Embaixada em Bruxelas)

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

PROJETO RECEBIDO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2002 (Nº 1.522/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Rio Preto para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Unaí, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 6 de setembro de 2001, que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Rio Preto para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Unaí, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 991/01

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do De-

creto de 6 de setembro de 2001, que “Outorga concessão às entidades que menciona, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, e dá outras providências”. As entidades mencionadas são as seguintes:

1 – FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL RIO PRETO, na cidade de Unaí – MG;

2 – FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – FAEPE, na cidade de Lavras – MG;

3 – FUNDAÇÃO UBAENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA, na cidade de Ubá – MG;

4 – FUNDAÇÃO CRISTIANO VARELLA na cidade de Muriaé – MG;

5 – FUNDAÇÃO WALPECAR – WALDEVINO PEREIRA DE CARVALHO, na cidade de Umuarama – PR;

6 – FUNDAÇÃO VALENTIN BRUZON, na cidade de Ivaiporã – PR;

7 – FUNDAÇÃO UNIÃO DE COMUNICAÇÃO, na cidade de São João da Boa Vista – SP; e

8 – FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO – FAESA, na cidade de Colatina – ES.

Brasília, 17 de setembro de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC nº 00377 EM

Brasília, 3 de agosto de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Submeto a consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de decreto que trata da outorga de concessão às entidades abaixo relacionadas, para executar serviço de radiodifusão de sons e Imagens com fins exclusivamente educativos, nas localidades e Unidades da Federação indicadas:

FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL RIO PRETO, na cidade de Unaí, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000120/00);

FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – FAEPE, na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.001228/00);

FUNDAÇÃO UBAENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA, na cidade de Ubá, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53000.002979/00);

FUNDAÇÃO CRISTIANO VARELLA, na cidade de Muriaé, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53000.005941/99);

FUNDAÇÃO WALPECAR – WALDEVINO PEREIRA DE CARVALHO, na cidade de Umuarama, Estado do Paraná (Processo nº 53000.007612/00);

FUNDAÇÃO VALENTIN BRUZON, na cidade de Ivaiporã, Estado do Paraná (Processo nº 53000.000716/01);

FUNDAÇÃO UNIÃO DE COMUNICAÇÃO, na cidade de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo (Processo nº 53830.000341/00); e

1. FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO – FAESA, na cidade de Colatina, Estado do Espírito Santo (Processo nº 53000.008475/00).

2. De acordo com o art. 14, § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e com o § 1º do art. 13 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. Cumpre ressaltar que os pedidos se encontram devidamente instruídos, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuírem as entidades as qualificações exigidas para a execução do serviço.

Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado dos processos correspondentes.

Respeitosamente, – **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

DECRETO, DE 6 DE SETEMBRO DE 2001

Outorga concessão às entidades que menciona, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, **caput**, da Constituição, e 34, § 1º da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 14, § 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e no § 1º do art. 13 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963,

Decreta:

Art. 1º Fica outorgada concessão às entidades abaixo mencionadas, para executar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos:

I – Fundação Educativa e Cultural Rio Preto, na cidade de Unaí, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.000120/00);

II – Fundação de Apoio Ao Ensino, Pesquisa e Extensão – FAEPE, na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53710.001228/00);

III – Fundação Ubaense de Educação e Cultura, na cidade de Ubá, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53000.002979/00);

IV – Fundação Cristiano Varella, na cidade de Munaé, Estado de Minas Gerais (Processo nº 53000.005941/99);

V – Fundação WALPECAR – Waldevino Pereira de Carvalho, na cidade de Umuarama, Estado do Paraná (Processo nº 53000.007612/00);

VI – Fundação Valentin Bruzon, na cidade de Ivaiporã, Estado do Paraná (Processo nº 53000.0007162/01);

VII – Fundação União de Comunicação, na cidade de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo (Processo nº 53830.000341/00); e

VIII – Fundação de Assistência e Educação – FAESA, na cidade de Colatina, Estado do Espírito Santo (Processo nº 53000.008475/00).

Parágrafo único. As concessões ora outorgadas reger-se-ão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pelas outorgadas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Os contratos decorrentes destas concessões deverão ser assinados dentro de sessenta dias, a contar da data da publicação da deliberação de que trata o art. 2º sob pena de tornarem-se nulos, de pleno direito, os atos de outorga.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de setembro de 2001; 180º da Independência e 113º da República. – **Fernando Henrique Cardoso.**

PARECER SEJUR/DMC/MG Nº 029/2000

Referência: Processo nº 53710.000120/2000

Interessada: Fundação Educativa e Cultural Rio Preto

Origem: DMC/MG

Assunto: Outorga para o serviço de radiodifusão em sons e imagens

Ementa: Independe de edital a outorga para serviços de radiodifusão com finalidade exclusivamente

educativa. Atendimento das exigências legais pertinentes. Aguardando inclusão do canal no PBTv

Conclusão

Pelo Deferimento, condicionado à inclusão mencionada

1. A Fundação Educativa e Cultural Rio Preto, com sede na cidade de Unaí, no Estado de Minas Gerais, requer lhe seja outorgada permissão para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com finalidade exclusivamente educativa, na mesma localidade.

2. De acordo com os Estatutos da Fundação, registrada no Cartório de Registro Civil de Títulos, Documentos e Pessoas Jurídicas, sob nº 573 – Livro A3, na cidade de Unaí – MG, a diretoria da requerente é a seguinte:

Conselho Diretor

Diretor Presidente, – Lafaete Pereira Leitão;

Diretor Vice-Presidente, – Suely Maria Santana Pereira;

Diretor-Secretário, – Vinícius Santana Pereira;

Diretor Adm. e Fin. – Dilson Roquete Franco.

3. A documentação pertinente aos diretores foi anexada ao requerimento.

4. A outorga de permissão para executar serviço de radiodifusão sonora, está admitida na Constituição Federal (letra a, do inciso XII, do art. 21).

5. O art. 14 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, dispensa a publicação de edital para outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

“Art. 14

.....

§ 2º A outorga de canais para televisão educativa não dependerá da publicação de edital previsto no artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

6. Por sua vez, a Constituição Federal, no artigo 223, estabelece a competência do Poder Executivo para outorgar concessão, permissão e autorização para serviço de radiodifusão e determina que o ato de outorga deverá ser apreciado pelo Congresso Nacional e somente produzirá efeitos legais após sua deliberação.

7. A documentação instrutória referente à entidade e a seus diretores, está completa e em ordem.

8. O deferimento da outorga pretendida não implicará descumprimento dos limites fixados pelo De-

creto-Lei nº 236/67, quer quanto aos sócios, quer quanto a seus diretores, conforme declaração dos diretores da entidade, confirmada em consulta ao Cadastro Nacional de Radiodifusão.

9. Observamos que a entidade é executante de Serviço Especial de Retransmissão de Sinais de Televisão de Caráter Educativo na mesma localidade, tendo requerido a transformação do canal de retransmissão em canal de geração de sinais de televisão, com a conseqüente inclusão do PBTV, mediante Processo nº 53710.000119/00, em tramitação.

Conclusão

Estando o processo devidamente instruído, em conformidade com os dispositivos legais que regem a matéria, concluo pelo deferimento do pedido, sugerindo que os autos sejam encaminhados à Secretaria de Serviços de Radiodifusão para prosseguimento.

Posteriormente à decisão da outorga, o processo deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional, onde o ato de outorga será apreciado, conforme dispõe a Constituição Federal (art. 223).

À vista do que foi observado no item 9 deste parecer, a outorga do Serviço solicitado fica condicionada à inclusão do canal solicitado no respectivo Plano Básico.

Belo Horizonte, 5 de abril de 2000. – **Luiz Carlos Fonseca**, Assistente Jurídico.

PROCESSO Nº 53710.000120/2000

INTERESSADA – Fundação Educativa e Cultural Rio Preto

De Acordo. Encaminhem-se os autos à Secretaria de Serviços de Radiodifusão, em prosseguimento.

Belo Horizonte, 5 de abril de 2000. – **Marcelo Caetano de Melo**, Delegado – DMC/MG.

(À Comissão de Educação.)

PARECERES

PARECER Nº 167, DE 2002

(Da Comissão Diretora)

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1999 (nº 3.961, de 1997, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1999 (nº

3.961, de 1997, na Casa de origem), que estabelece normas para o uso médico das próteses de silicone e dá outras providências.

Sala de Reuniões da Comissão, 22 de março de 2002. – **Edison Lobão – Mozarildo Cavalcanti – Ronaldo Cunha Lima – Antonio Carlos Valadares.**

ANEXO AO PARECER Nº 167, DE 2002

Proíbe o uso do silicone injetável, em qualquer de suas formas, e estabelece condições para o emprego, em caráter eletivo, dos implantes e das próteses que contenham silicone gel, no organismo humano.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É vedado, em todo o território nacional, o uso de silicone injetável, em qualquer de suas formas, para aplicação no organismo humano.

§ 1º Excepciona-se a proibição estabelecida no **caput** nos casos de indicação médica precisa, com eficácia cientificamente comprovada, e desde que o órgão de vigilância sanitária tenha autorizado o registro do produto para o uso especificado e tenha estabelecido os critérios para esse uso, no que concerne a dose, concentração e forma de aplicação do produto.

§ 2º A embalagem do produto silicone líquido de uso comercial ou industrial deve conter, ostensivamente destacada e em caracteres bem legíveis, advertência de que o produto é proibido para o uso humano.

Art. 2º O emprego no organismo humano, em caráter eletivo, de implantes e próteses que contenham silicone gel e de silicone injetável na forma prevista no § 1º do art. 1º desta lei submete-se ao consentimento livre e esclarecido, a ser formalizado por instrumento particular, padronizado no âmbito de cada especialidade, mediante o qual o paciente é informado sobre a indicação para a realização do procedimento e sobre os riscos e as conseqüências inerentes ao produto e ao procedimento, e declara o consentimento para a sua realização.

§ 1º Regulamento do Poder Executivo definirá a antecedência para que a bula do produto seja disponibilizada ao paciente e o termo de consentimento seja firmado entre as partes, sendo assegurado ao usuário o tempo hábil para a leitura dos respectivos documentos, previamente ao ato operatório.

§ 2º Para fins do disposto no **caput** deste artigo, os pacientes absolutamente incapazes ou relativamente incapazes devem ser representados ou assistidos, respectivamente.

Art. 3º O órgão competente do Poder Executivo responsabiliza-se pela elaboração das normas técnicas e sanitárias a serem observadas na fabricação, no registro, na comercialização e na utilização do silicone injetável e dos implantes e das próteses que contenham silicone gel, inclusive quanto às determinações a serem contidas na embalagem e na bula dos produtos, a qual deve mencionar os benefícios e riscos decorrentes de seu uso, bem como o prazo de validade do produto.

Art. 4º O uso do silicone injetável, em qualquer de suas formas, no organismo humano, em desacordo com as prescrições legais ou regulamentares, sujeita o agente às penas do crime de lesão corporal, constante do art. 129, e parágrafos, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), sem prejuízo de outras sanções penais e responsabilidade civil.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER Nº 168, DE 2002

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2001, que de autoria do Senador Paulo Hartung, que “altera a redação do art. 4º da Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978, para estabelecer cota mensal mínima de água para consumo residencial unifamiliar”. (Em audiência, nos termos de Requerimento nº 607, de 2001).

Relator: Senador **Ricardo Santos**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2001, de autoria do Senador Paulo Hartung, “altera a redação do art. 4º da Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978, para estabelecer cota mensal mínima de água para consumo residencial unifamiliar”. O referido projeto já foi apreciado tanto na Comissão de Assuntos Sociais como na Comissão de Infra-Estrutura, onde foi dada a sua redação final. Entretanto, houve recurso para que a matéria fosse submetida ao Plenário, sendo incluída na Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 18 de outubro de 2001. Contudo, teve a sua votação adiada até que a matéria fosse apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, conforme Requerimento nº 607, de 2001, subscrito pelo Senador Romero Jucá.

A Lei nº 6.528, de 1978, dispõe sobre tarifas de serviços públicos de saneamento básico e seu art. 4º

determina que a fixação tarifária levará em conta a viabilidade do equilíbrio econômico-financeiro das companhias estaduais de saneamento básico e a preservação dos aspectos sociais dos respectivos serviços, de forma a assegurar o adequado atendimento dos usuários de menor consumo, com base em tarifa mínima.

As alterações propostas neste projeto de lei, segundo a redação final dada pela Comissão de Infra-Estrutura, consistem em:

1º) extensão do alcance das disposições da lei a todas as companhias de saneamento básico e não apenas às estaduais;

2º) alteração do critério de fixação tarifária para assegurar o atendimento dos usuários de menor consumo que passa da definição de uma “tarifa mínima” para a de “faixas prefixadas de consumo”;

3º) fixação, pelos entes federativos titulares dos serviços de saneamento, com base nas diretrizes fixadas pelos respectivos órgãos de direção do Sistema Único de Saúde, a cota mínima mensal de água para consumo familiar, de conformidade com a média do número de componentes das famílias atendidas, cujo fornecimento será gratuito e imune a cortes de fornecimento.

4º) o que exceder da cota mínima será cobrado com base nos valores fixados para as faixas subsequentes de consumo, sendo a inadimplência passível de gerar corte de fornecimento.

O projeto visa a proteger as famílias carentes que têm dificuldades para pagar pelo serviço e é justificado pela necessidade de garantir-lhes o suprimento mínimo de água e a imunidade ao corte por inadimplência, em vista da essencialidade desse serviço e do direito inalienável à vida e à saúde.

Por outro lado – alega seu proponente –, ao adotar o sistema de tarifa progressiva por faixas de consumo, o sistema permite financiar a concessão de gratuidade às famílias de baixa renda.

Transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

II – Análise

Inicialmente, é importante destacar que a audiência da proposta em comento por parte desta Comissão deve-se somente a necessidade de se avaliar o impacto econômico que a mesma acarretará às em-

presas prestadoras do serviço público de fornecimento de água. Ora, tal constatação é óbvia visto que a Comissão de Assuntos Sociais esgotou todos os pontos referentes a importância social da proposta e a Comissão de Infra-Estrutura esgotou, por sua vez, as questões relacionadas à implementação da referida proposta.

Entretanto, para bem enfatizar a relevância da matéria em análise, cabe aqui destacar o seguinte ponto observado pelo eminente Senador Osmar Dias, Relator na Comissão de Assuntos Sociais, qual seja:

“Apesar do grande progresso obtido, em especial durante a década de 80, com programas de extensão do abastecimento de água que permitiram que cerca de 90% dos municípios brasileiros tivessem sistemas adequados, a Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento estima que ainda temos, hoje, cerca de 20 milhões de brasileiros sem acesso à água.”

No que diz respeito a questão econômica não existe, de fato, nem um óbice para a implementação da proposta, visto que as companhias trabalham com um custo global, o que ocorrerá é que a parte do custo que ficará isenta será paga pelos demais contribuintes não abrangidos pela isenção.

O projeto é perfeitamente operacionalizável financeiramente, sem que se crie nenhum tipo de restrição ao funcionamento das empresas, mesmo em sendo estas empresas privadas, visto se tratar de uma concessão pública.

III – Voto

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2001, nos termos da redação final dada pela Comissão de Infra-Estrutura.

Sala da Comissão, 19 de março de 2002. – **Belio Parga**, Presidente Eventual – **Ricardo Santos**, Relator – **Romeu Tuma** – **Gilvan Borges** – **Jefferson Peres** – **Roberto Saturnino** – **Gerson Camata** – **Fernando Ribeiro** – **Paulo Souto** – **Lauro Campos** – **Mauro Miranda** – **Waldeck Ornelas** – **Wellington Roberto** – **Antonio Carlos Júnior**.

Documento anexado pela Secretaria-Geral da Mesa, nos termos do art. 250, parágrafo único, do Regimento Interno.

Aprovado em 18-10-01

REQUERIMENTO Nº 607, de 2001

Nos termos do art. 279 combinado com o item 12 do art. 255, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro o adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2001, a fim de que a referida proposição seja apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Justificação

O PLS nº 34/01, de autoria do nobre Senador Paulo Hartung, estabelece que será atribuída quota mínima mensal de água para consumo unifamiliar, e, até o montante desta quota, o fornecimento de água será gratuito e imune a corte do fornecimento. Os estados e municípios serão obrigados a cobrir o ônus junto aos respectivos prestadores de serviço de fornecimento de água, quer mediante aumento de tarifa (o que certamente ocorrerá em muitas municipalidades, especialmente as mais pobres e particularmente aquelas localizadas em áreas e estados mais carentes no Norte e Nordeste do País), ou por meio da cobertura da diferença de custos utilizando-se de recursos fiscais, o que poderá vir a comprometer o disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Para avaliar o impacto que a medida causará na arrecadação dos entes federativos é que solicitamos seja ouvida a Comissão de Assuntos Econômicos.

Sala das Sessões, 18 de outubro de 2001. **Romero Jucá**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2002, lido anteriormente, tramitará com prazo determinado de quarenta e cinco dias, nos termos do art. 223, § 1º, da Constituição Federal, e, de acordo com o art. 112, II, "b", do Regimento Interno, poderá receber emendas, pelo prazo de cinco dias úteis, perante a Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência comunica ao Plenário que se encerrou ontem o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2002 (nº 2.309/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, que institui Gratificação por Execução de Mandados para a Carreira de Analista Judiciário – Oficiais de Justiça – Área Judiciária – Especialidade Execução de Mandados do Quadro Pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da próxima terça-feira, dia 26, em regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência recebeu do Tribunal de Contas da União o Aviso nº 21, de 2002 (nº 377/2002, na origem), de 13 do corrente, encaminhando cópia da Decisão nº 182, de 2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentaram, sobre representação originária de Relatório Parcial da Subcomissão Especial da Câmara dos Deputados para análise de denúncias de irregularidades no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef (TC – nº 010.165/2000-4);

O expediente vai à Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 240-L-PFL/02

Brasília, 19 de março de 2002

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado José Carlos Coutinho para integrar, como membro suplente, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em substituição ao Deputado Dr. Gomes.

Atenciosamente, – Deputado **Inocência Oliveira**, Líder do PFL.

Ofício nº 241-L-PFL/02

Brasília, 19 de março de 2002

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Cláudio Cajado para integrar, como membro suplente, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em substituição ao Deputado Ariston Andrade.

Atenciosamente, – Deputado **Inocência Oliveira**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 110 DE 2002

Requer a realização de Sessão Especial destinada a homenagear os 50 anos de fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador **Ramez Tebet**, com fundamento no § 5º do art. 154, combinado com os arts. 199 e 200, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a Vossa Excelência a convocação de Sessão Especial, a realizar-se no dia 23 de maio de 2002, Quinta-feira, às 10:00 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a homenagear os 50 anos de fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB.

Justificação

Dispensável, Senhor Presidente, dizer da importância de que se reveste, para o Brasil, uma instituição da natureza, do porte e da finalidade que caracterizam a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Independente da confissão religiosa a que se filie o brasileiro, ele, com certeza, já se imbuíu das imensas virtudes que cercam o trabalho dessa organização.

Por estas razões, seria ocioso o esforço de querer justificar esta homenagem que lhe deve o povo brasileiro, por meio dos seus representantes nesta Casa. Entretanto, para que se disponibilize a todos as informações básicas sobre a prestigiosa instituição que nos propomos homenagear, passarei a expô-las, a seguir, de forma abreviada.

O ato oficial de criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, teve lugar no dia 14 de outubro de 1952, no Palácio São Joaquim, Residência do Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, e cercou-se da simplicidade com que Jesus Cristo fundou a sua Igreja, ao proclamar a Pedro **“Tu es Petrus et super hanc petram aedificabo Ecclesiam meam”**. Dela participaram os então 20 Arcebispos do Brasil e o Nuncio Apostólico, Dom Carlos Chiarlo, o Representante de Sua Santidade o Papa, - à época, Pio XII - no Brasil.

Selando a fundação da CNBB, foi aprovado o seu “Regulamento” e eleita a sua Comissão Permanente, que escolheu, como seu primeiro Presidente, o então Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta. Este, por sua vez, indicou para o cargo de Secretário-Geral, o secretário **ad hoc** daquela reunião, Dom Helder Pessoa Câmara, indicação essa aprovada por aclamação dos presentes.

Dom Helder Câmara foi, com certeza, a alma da CNBB, propugnador que foi pela sua criação. Ainda como padre, Dom Helder desenvolveu um trabalho extraordinário, visando ao que viria ser a CNBB. Sua profunda dedicação à causa da Igreja e insuperável capacidade de trabalho, levaram-no a intuir algo que mantivesse a unidade da linha de ação da Igreja no Brasil.

Em 1947, o Pe. Helder foi nomeado Vice-Assistente Nacional da Ação Católica Brasileira, cargo a que dedicou parte significativa do seu ministério sacerdotal. No desempenho dessa função, teve a oportunidade de aprofundar seu conhecimento da realidade pastoral do Brasil. Então, foi quando pode avaliar, na prática, as dificuldades inerentes à tarefa de manter a unidade de ação da Igreja, neste País continente, de imensa e complexa problemática.

Quando a idéia já se achava suficientemente amadurecida, em fase adiantada de conscientização, Dom Helder foi eleito Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro. Era, então, 1952. Logo em seguida, promoveu-se o encontro que deu origem à CNBB.

Por definição, a CNBB é a Instituição eclesial que congrega todos os Bispos que, em comunhão com a Santa Sé, exercem um ministério pastoral no Brasil e/ou têm domicílio canônico no País.

Dos seus Estatutos consta que a CNBB tem por finalidade:

a – aprofundar, cada vez mais, a comunhão dos Bispos;

b – estudar assuntos de interesse comum da Igreja no País, para melhor promover a ação pastoral orgânica;

c – deliberar, em matéria de sua competência, segundo as normas do direito comum ou de mandato especial da Sé Apostólica;

d – manifestar solicitude pela Igreja Universal, através da comunhão e colaboração com a Sé Apostólica e com as outras Conferências Episcopais;

e – cuidar do relacionamento com os Poderes Públicos, a serviço do bem comum, ressaltando o conveniente entendimento com a Nunciatura Apostólica, no âmbito de sua competência específica.

Os Estatutos da CNBB a estruturam em três tipos de órgãos: os Institucionais, os Subsidiários e os Anexos, buscando sempre o sentido da comunhão, da participação e da corresponsabilidade.

Os Órgãos Institucionais, compreendem: a Assembléia Geral, a Presidência e o Secretariado Geral, a Comissão Episcopal de Pastoral, as Comissões Episcopais Regionais e o Conselho Permanente.

A Assembléia Geral é o órgão supremo da CNBB, congregando seus membros para constituírem os órgãos permanentes, traçar linhas diretivas de ação pastoral e deliberar sobre outros assuntos de sua competência. Reúne-se, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, quando sua convocação for requerida por ao menos um terço dos membros da CNBB ou pelo Conselho Permanente.

A Presidência, órgão executivo da entidade, é constituída de um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário-Geral, eleitos pela Assembléia Geral, para um mandato de 4 anos, permitida uma única recondução para o período imediato. A eleição se dá por maioria de 2/3, no primeiro e segundo escrutínios, e por maioria absoluta, nos demais.

A atual Presidência, eleita pela Assembléia Geral de abril de 1999, tem como:

Presidente: Dom Jayme Henrique Chemello

Vice-Presidente: Dom Marcelo Pinto Carvalheira

Secretário-Geral: Dom Raymundo Damasceno

Assis

O Secretariado-Geral é o órgão executivo permanente, tendo como objetivo coordenar e dar continuidade e eficiência às atividades dos órgãos da CNBB e organismos ligados a ela, sejam os de caráter nacional ou regional.

A Comissão Episcopal Pastoral é o órgão que coordena as linhas de ação pastoral e a execução das deliberações da Assembléia Geral e do Conselho Permanente. A Assembléia-Geral de abril de 1999 elegeu a seguinte constituição:

– Setor Família e Educação:

Dom Aloysio José Leal Penna, SJ

– Setor Vocações e Ministérios

Dom Angélico Sândalo Bernardino

– Setor Comunicação, Cultura e Pastoral Universitária

Dom Décio Zandonade, SDB

– Dimensão Missionária

Dom Erwin Kräutler, CPPS

– Dimensão Bíblico-Catequética

Dom Frei Francisco Javier Hernandez Amedo, OAR

– Dimensão Litúrgica e Pastoral dos Santuários e Romarias

Dom Geraldo Lyrío Rocha

- Dimensão Sócio-Transformadora
Dom Jacyr Francisco Braido, CS
- Dimensão Ecumênica e Ensino Religioso
Dom João Oneres Marchiori
Setor Leigos e Juventude
Dom Mauro Montagnolli, CSS

As Comissões Episcopais Regionais, integradas por todos os membros da CNBB domiciliados nas Regiões delimitadas pela Assembléia Geral, têm as seguintes atribuições:

- a** – a promoção da pastoral orgânica na Região;
 - b** – o estudo de assuntos de interesse de suas circunscrições;
 - c** – o atendimento às solicitações de estudo e aplicação das orientações emanadas da Santa Sé, da Assembléia Geral e dos outros órgãos da CNBB, cujos préstimos utilizam;
 - d** – a determinação dos participantes em suas reuniões;
 - e** – a apresentação de candidatos ao Episcopado.
- São 16 as Regionais existentes, atualmente, com os seguintes representantes:
- Norte 1: Amazonas, Rondônia e Roraima, com sede em Manaus:
Dom José Maria Pinheiro
 - Norte 2: Pará e Amapá, com sede em Belém:
Dom Vicente Joaquim Zico
 - Nordeste 1: Ceará, com sede em Fortaleza:
Dom Benedito Francisco Albuquerque
 - Nordeste 2: Pernambuco, RG do Norte, Paraíba e Alagoas, com sede em Recife:
Dom Antônio Soares Costa
 - Nordeste 3: Bahia e Sergipe, com sede em Salvador:
Dom Ricardo Weberbeger
 - Nordeste 4: Piauí, com sede em Teresina:
Dom Augusto Alves da Rocha
 - Nordeste 5: Maranhão, com sede em São Luiz:
Dom Affonso Felipe Gregory
 - Leste 1: Rio de Janeiro, com sede no Rio de Janeiro:
Dom Karl Josef Romer
 - Leste 2: Espírito Santo e Minas Gerais, com sede em Belo Horizonte:
Dom Paulo Lopes de Faria
 - Sul 1: São Paulo, com sede em São Paulo:
Dom Fernando Antônio Figueiredo

- Sul 2: Paraná, com sede em Curitiba:

Dom Maurício S.R. Krieger, SCJ

- Sul 3: Rio Grande do Sul, com sede em Porto

Alegre:

Dom José Mário Sthroeher

- Sul 4: Santa Catarina, com sede em Florianópolis:

Dom José Juvêncio Balestieri

- Centro Oeste: Distrito Federal, Goiás e Tocantins, com sede em Goiânia:

Dom Washington Cruz

- Oeste 1: Mato Grosso do Sul, com sede em Campo Grande:

Dom Isidoro Kosinski

- Oeste 2: Mato Grosso, com sede em Cuiabá:

Dom Juventino Kesting.

O Conselho Permanente é constituído pela Presidência, pela Comissão Episcopal de Pastoral e pelo Presidente ou Delegado de cada uma das Regionais da CNBB eleito para tal. Reúne-se, ordinariamente, duas vezes por ano e, extraordinariamente, quando requerida a sua convocação pela metade de seus membros ou pela Presidência, podendo deliberar, desde que compareça a maioria de seus membros. É da sua competência:

- a** – tomar decisões inadiáveis, ad referendum da Assembléia Geral;

- b** – elaborar o projeto de pauta dos trabalhos da Assembléia Geral;

- c** – garantir a execução das deliberações da Assembléia Geral;

- d** – acompanhar as atividades dos organismos de qualquer modo ligados à CNBB;

- e** – deliberar sobre qualquer assunto, por designação expressa da Assembléia Geral, ressalvado o direito comum ou determinação da Santa Sé.

São Órgãos Subsidiários da CNBB:

- a Comissão Nacional dos Presbíteros – CNP – constituída dos representantes eleitos pelas Comissões Regionais dos Presbíteros, e

- a Comissão Nacional de Pastoral – CNP constituída pela Comissão Episcopal de Pastoral, que a dirige, pelo Secretário-Geral e Bispos, Presbíteros, Diáconos, Religiosos e Leigos que a Comissão Episcopal de Pastoral designar, levando em conta as indicações das Comissões Episcopais Regionais.

São Órgãos Anexos, Relacionados e Conexos os seguintes:

Anexos:

- Caritas Brasileira;

– CCM – Centro Cultural Missionário, com os seguintes Setores:

- CENFI – Centro de Formação Intercultural;
- SCAI – Serviço de Cooperação Apostólica Internacional.

– CERIS – Centro de Estatística Religiosa e Investigações;

- CIMI – Conselho Indigenista Missionário;
- COMINA – Conselho Missionário Nacional;
- IBRADES – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento;

– INP – Instituto Nacional de Pastoral;

– MEB – Movimento de Educação de Base;

– OSIB – Organização dos Seminários e Institutos Filosófico-teológicos do Brasil.

Relacionados

– CPO – Comissão Pastoral Operária;

– CPT -Comissão Pastoral da Terra;

– CBJP – Comissão Brasileira Justiça e Paz;

– POM – Pontifícias Obras Missionárias.

Conexos

– ABESC – Associação de Escolas Superiores Católicas;

– AEC – Associação de Educação Católica;

– CRB -Conferência dos Religiosos do Brasil

– CNIS – Conferência Nacional dos Institutos

Seculares;

– CNL – Conselho Nacional de Leigos;

– CND – Comissão Nacional de Diáconos.

Esta, Senhor Presidente, uma pálida idéia do que seja esta gigantesca estrutura que, na sua aparente simplicidade, abrange os mais recônditos rincões de nosso País, levando, junto com a palavra da fé, a assistência de toda a natureza para aqueles nossos irmãos que não são alcançados pela ação dos Poderes Públicos.

Desnecessário, assim, a nosso ver, que busquemos mais argumentos que justifiquem a nossa proposição. Tentar imaginar o nosso País sem a presença e a ação da CNBB seria, talvez, a forma mais convincente de avaliar a sua importância. E isso é algo inimaginável!

Sala das Sessões, 22 de março de 2001. – **Pedro Simon – Romeu Tuma – Sebastião Rocha – Casildo Maldaner – José Fogaça – Osmar Dias – Gerson Camata – Emília Fernandes – Maria do Carmo Alves.**

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O requerimento lido será publicado e votado oportunamente.

O Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Sobre a mesa, aviso que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

AVISO nº 221/2002 – GP

Brasília, 20 de março de 2002

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício nº 1.591 (SF), dessa procedência, que encaminhou o Parecer nº 1.371, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, indagando sobre os resultados das determinações contidas no Acórdão nº 88/2000-TCU-Plenário, tenho a informar o que se segue.

Foi instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE a tomada de contas especiais referente ao Convênio nº 5.015/92 (SIAFI nº 060040), a qual está tramitando neste Tribunal sob o nº TC 010.530/2001-9, ora em fase de citação.

A Secretaria Federal de Controle Interno informou ao Tribunal a aprovação das contas relativas ao Auxílio MBES nº 93/PORT/GM/908.

Quanto ao Convênio MARA nº 0378-00 (SIAFI nº 052455), esclarecemos que foi instaurada tomada de contas especiais contra o ex-prefeito, Sr. Valmir Guedes Andrade, a qual foi julgada por este Tribunal regular com ressalva e quitação, conforme deliberação da 1ª Câmara de 25 de novembro de 1997, Ata nº 42/97, Relator o Exmo. Sr. Ministro Iram Saraiva.

Atenciosamente, – **Valmir Campelo**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – O Expediente que acaba de ser lido, anexado ao processado ao Aviso nº 100, de 2000, vai à Comissão de Fiscalização e Controle.

A Presidência recebeu o Aviso nº 230, de 2002, na origem, de 20 do corrente, do Tribunal de Contas da União, informando que a solicitação de auditoria na Prefeitura de Coari, constante do Requerimento nº 63, de 2001, foi enviada ao Gabinete do Relator, o Auditor Augusto Sherman Cavalcanti.

O expediente, anexado ao processado do Requerimento nº 63, de 2001, aguardará na Secretaria-Geral da Mesa o resultado da auditoria solicitada.

É o seguinte o aviso recebido:

Aviso nº 230 – GP/TCU

Brasília, 20 de março de 2002

Senhor Presidente,

Acuso o recebimento do Ofício nº 126 (SF), de 12-3-2002, por meio do qual Vossa Excelência encaminha cópia do Requerimento nº 63, de autoria do Senador Jefferson Péres, solicitando auditoria na Prefeitura de Coari/AM, e informo-lhe que o referido expediente foi enviado ao Gabinete do Relator, Senhor Auditor Augusto Sherman Cavalcanti.

Atenciosamente, – **Valmir Campelo**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão, por permuta com o Senador Freitas Neto.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a 12 de fevereiro deste ano, o jornal **O Estado de S.Paulo** publicou reportagem sobre a atual situação do agronegócio. Demonstrou o sucesso brasileiro e argentino na produção de soja nos últimos dez anos – aumento da sua participação na exportação mundial do produto de 40% para 50% –, enquanto declinou de 39% para 32% a participação norte-americana no mesmo período. Isso ocorreu mesmo sob o impacto de os agricultores americanos do Norte terem sido fartamente subsidiados na última década. Os sul-americanos, ao contrário, produziram soja sem subsídios.

O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, frente a essa realidade, passou a considerar o tremendo potencial da produção sul-americana como ameaça à expansão comercial de seu país.

A análise do IBGE – veiculada em fins de fevereiro último – demonstrou que, dos vinte ramos que pesquisou, apenas sete, no Brasil, tiveram crescimento no ano passado. O agronegócio, tema da referida reportagem de **O Estado de S.Paulo**, foi o principal responsável pela expansão econômica em 2001. Graças ao seu desempenho, a indústria alimentar pôde crescer 5,1%. Tornou-se o ramo que mais contribuiu para a taxa geral do ano. Ou seja, coube ao agronegócio e à indústria alimentícia a vanguarda bem-sucedida da economia no ano passado.

O progresso do setor agropecuário, impulsionado por novas tecnologias, está permitindo um crescimento nas exportações e a redução das importações. Traz grandes benefícios às nossas contas externas e estimula aumentos importantes na renda dos demais

setores. Obviamente, portanto, o setor oferece importante contribuição para a melhoria da qualidade de vida do brasileiro.

Internamente, segundo o IBGE, nos últimos vinte e cinco anos, houve uma redução real de 5,25% ao ano nos preços dos produtos agrícolas para os consumidores, benefício social inquestionável.

Essas foram algumas das conclusões dos estudos realizados por renomados economistas brasileiros, a pedido da Embrapa, sobre o impacto da mudança tecnológica do setor agropecuário em nossa economia, apresentadas no seminário realizado em 29 de maio de 2001, no Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados. O objetivo do encontro foi analisar o setor agropecuário em profundidade nos últimos 25 a 30 anos e proporcionar à sociedade subsídios para tomar decisões quanto ao que fazer com os seus recursos.

Apesar de o Brasil ter dobrado sua produção agrícola nos últimos anos, graças aos investimentos em tecnologia agropecuária, o que mais chama a atenção não é a safra de 94 milhões de toneladas. Sobreleva-se o fato de que temos ainda a maior fronteira agrícola a ser explorada no planeta, bem como as condições de produzir o dobro ou o triplo para alimentar o País e o mundo.

As conclusões do encontro colocam a questão agrícola como tema estratégico nas políticas públicas brasileiras. A agricultura brasileira, ao contrário de outros setores da economia, não teve a malsinada década perdida dos anos 80, pois os ganhos registrados nos anos 90 foram resultados de investimento naquele período.

Segundo pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, entre os Municípios que registraram os maiores ganhos de produtividade agrícola e progresso social, entre 1975 e 1996, estão Balsas e Riachão, no meu Estado, com crescimento de 9,5% ao ano. Ali, como já falei por mais de uma vez desta tribuna, encontra-se um verdadeiro paraíso agrícola, construído não só pela generosidade da terra, mas especialmente pelo esforço e dedicação dos que nela trabalham.

Aliás, quem percorre os Municípios do sul do Maranhão, em pleno cerrado nordestino, já na fronteira com a caatinga, contempla centenas de milhares de hectares de plantações verdejantes de soja, arroz, cana e milho que dobram os horizontes. São fazendas modernas e altamente produtivas. Há, naquela região, uma verdadeira revolução verde que deveria levar nossas autoridades a propor estímulos que asse-

gurassem a continuidade do trabalho modelar ali desenvolvido.

Tal fenômeno de desenvolvimento agrícola não se restringe ao Maranhão. Todas as regiões de cerrado brasileiro já foram consideradas inaproveitáveis ou de aproveitamento marginal até três décadas atrás. A descoberta pela Embrapa de que a correção do solo e a produção de variedades adaptadas ao ecossistema poderia torná-las altamente produtivas teve importância crucial no desenvolvimento da agropecuária brasileira. Afinal, o cerrado corresponde a 25% de todo território nacional.

A produção agrícola do sul do Maranhão, e também do sul do Piauí, desmentindo os prognósticos do passado, está contribuindo fortemente para que o nosso Estado seja hoje o segundo maior produtor de grãos do Nordeste, perdendo apenas para a Bahia. De acordo com dados da Companhia Vale do Rio Doce, que transporta, por meio da Estrada de Ferro Carajás, 85% da soja do sul do Maranhão e outras partes do Piauí e Tocantins, em 1992, foram conduzidas por seus vagões 26 mil toneladas de grãos. No ano passado, foram transportadas em torno de 620 mil toneladas, o que significou um respeitável crescimento, em apenas nove anos, de 2.112%.

Estudos mostram que só a região de Balsas, que engloba 13 Municípios, ainda tem de 800 mil a um milhão de hectares disponíveis para a agricultura. Aliás, a região, apenas uma entre as 18 em que se divide o Maranhão, tem uma área de 66 mil km², extensão quase 40% maior do que o Estado do Rio de Janeiro. Portanto, um potencial agricultável gigantesco.

A situação da região começou a melhorar, depois que os produtores locais, em associação com os técnicos da Embrapa, desenvolveram pesquisas de novas variedades. A Companhia Vale do Rio Doce, interessada em criar alternativas ao transporte de minérios, assumiu também o transporte da produção agrícola até São Luís e ajudou a criação da Fundação de Apoio à Pesquisa do Corredor de Exportação Norte, entidade que servirá de elo entre os pesquisadores da Embrapa e os fazendeiros.

O papel do Governo estadual também foi crucial, ao asfaltar várias rodovias, entre as quais um trecho de 400km da BR-230, entre Balsas e Floriano, já na divisa com o Piauí, e o trecho de 245km da rodovia MA-006, de Balsas a Alto Parnaíba, no extremo sul do Estado. Com isso, quase toda a região ficou conectada por rodovias, no sentido do leste, com o mercado nordestino e, no oeste, com a malha ferroviária que vai dar no porto da Vale do Rio Doce, em São Luís.

Além disso, o Governo Roseana Sarney, com o apoio da Bancada Federal do Maranhão e meus insistentes contatos com as autoridades vinculadas ao assunto, influenciou na decisão de o Governo Federal construir "linhões", levando para a região a energia da usina de Tucuruí. Estabeleceu, também, uma renúncia fiscal estratégica de ICMS em 50% para a soja destinada à exportação, já em 1994, dois anos antes da Lei Kandir.

Outra vantagem para os produtores está nos preços mais competitivos, obtidos pela maior proximidade do Maranhão, com os mercados dos Estados Unidos, da Europa e mesmo os asiáticos, por meio do Canal do Panamá. A soja é exportada, e o arroz e o milho encontram um mercado consumidor importante no Nordeste, para o qual é muito mais vantajoso comprar do sul do Maranhão, do que do sul do País. O milho, comprado pelos nordestinos principalmente para abastecer as granjas, era quase totalmente importado da Argentina. Se os produtores do sul do Maranhão já tinham a grande vantagem da proximidade, com a disparada do dólar e a crise naquele país, essa vantagem se ampliou significativamente.

Esse processo de desenvolvimento – executado pelo esforço de nossos agricultores com o apoio inestimável dos pesquisadores da Embrapa, da Vale do Rio Doce e dos Governos Federal e Estadual – deve merecer estímulo constante das autoridades públicas.

O sul do meu Estado é a prova cabal de que a solução dos problemas nacionais passa, também, pela atualização dos potenciais do cerrado como fonte de progresso e desenvolvimento.

Porém, não adianta apenas estimular e apoiar a expansão e qualidade da produção. Outros esforços são ainda necessários. Os produtores da região sentem, por exemplo, falta de uma política mais agressiva de financiamento por parte do Banco do Brasil, num setor estratégico para as contas externas. Atualmente, as safras são predominantemente financiadas pelas próprias empresas exportadoras, que também são as compradoras da produção, impondo preços e condições nem sempre justos para os agricultores.

Olhando-se o mapa do Brasil, verifica-se, facilmente, que a área do Centro-Oeste ocupada pelo cerrado constitui uma "ponte terrestre" natural entre a Amazônia e o restante do País, principalmente com a Região Sudeste, a de maior densidade econômica da América do Sul. O cerrado, por apresentar altitudes médias acima das demais regiões, forma uma verdadeira "ilha continental" cuja transposição implica custos de transportes mais elevados. Para minimizá-los,

especialistas recomendam a utilização das "linhas de menor resistência" (as hidrovias), cuja expressão mais evidente são os vales dos grandes rios tributários das bacias do Amazonas, Prata, Araguaia-Tocantins e São Francisco. Estes constituem os vetores naturais de penetração mais adequados para promover o processo de integração da Amazônia ao Centro-Oeste e Sudeste do País. Mais do que isso, uma vez interligadas por hidrovias, essas regiões formariam uma fantástica rede, que integraria fisicamente todos os países da América do Sul, com exceção do Chile. No plano estratégico, tal aproximação tornaria viável que os países sul-americanos trocassem, eficientemente, insumos e produtos entre si. Isso, por sua vez, conferiria maior grau de independência político-econômica da região em relação aos centros de controle dos países industrializados.

Evidentemente, esse cenário não interessa aos nossos concorrentes no mercado mundial de grãos, como a reportagem do **Estadão** demonstrou.

O cerrado, porém, não é apenas passagem ou divisor de águas. Possui enorme potencial agroindustrial que mal começou a ser aproveitado. O cerrado foi descrito como "celeiro do mundo no século XXI" pelo Dr. Norman Boulang, Prêmio Nobel da Paz em 1970, pelas pesquisas que possibilitaram a chamada "Revolução Verde". O agrônomo Raul da Silva, membro titular da Academia Brasileira de Ciências, afirma que "o potencial de uso dos cerrados não está esgotado; pelo contrário, há disponíveis e próprios para a agricultura mais de 80 milhões de hectares, além de uma reserva para assegurar a biodiversidade de 77 bilhões de hectares." Portanto, nunca se diga que o Brasil é um país predador. "Se apenas 25% da área agricultável disponível fossem utilizadas para a produção de soja, o Brasil se tornaria o maior exportador mundial, superando até os EUA."

O uso dos outros 60 milhões de hectares para a produção de carne, milho, arroz, café, citros e outros produtos tornaria o Brasil com poder decisivo no mercado mundial, sendo esta a razão do medo da concorrência internacional. Isto explica por que as ONGs estão procurando convencer o Brasil a renunciar ao seu uso, em função das propaladas perdas de biodiversidade. Fingem ignorar essas organizações que temos implantados 12 parques nacionais, diversas reservas indígenas, várias reservas biológicas e uma área não-utilizável para a agricultura de 77 milhões de hectares. Ou seja, o equivalente a mais de três vezes o território do Estado de São Paulo.

Essas preocupações, pelo que se vê, não têm cabimento. Já instituímos a Política Nacional de Re-

ursos Hídricos pela Lei federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Legislação das mais modernas do mundo estabeleceu a cobrança de taxas das indústrias, empresas agropecuárias e mineradoras que utilizem diretamente a água dos rios. Seus recursos são gerenciados por Comitês de Bacias Hidrográficas sob controle da sociedade e do Estado.

Sintomaticamente, em janeiro de 2000, a ONG holandesa Stichting Natuur en Milieu (Sociedade Holandesa pela Natureza e o Meio Ambiente – SNM) enviou uma carta ao Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, com cópia a vários outros órgãos do Executivo e do Legislativo brasileiros, na qual expressava sua "mais profunda preocupação com a atual política brasileira referente à produção de soja e seu transporte para a Europa". Segundo a carta, "o aumento da produção agrícola, assim como a criação de novas vias fluviais e o aprofundamento e alargamento dos rios causarão destruição em massa da biodiversidade, das culturas indígenas e das reservas alimentícias de 12.000 índios". E acrescenta: "pedimos ao seu governo que busque alternativas ou limites para a produção de soja, e também alternativas para o seu transporte (não por via fluvial, mas por trem)".

A audaciosa conclusão afirma: "Protestamos contra a abordagem adotada pelo Governo brasileiro no que concerne ao planejado aumento do comércio de soja com os países europeus [...]". E, finalmente, ameaça: "Demandaremos que nossos governos ajam da forma mais apropriada em relação ao governo brasileiro [...]".

Ora, como denunciou com propriedade o nobre Senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) da tribuna do Senado, em 13 de março de 1999, tal manifestação constitui a mais despropositada e inaceitável intromissão de uma organização estrangeira em questões soberanas de nosso País. Ademais, quando analisamos todos estes dados sobre o impressionante desenvolvimento da agricultura brasileira e seu papel macroeconômico decisivo para as nossas contas externas, fica fácil verificarmos os verdadeiros objetivos de suspeitas ONGs.

Como a CPI das ONGs vem mostrando - e essa reportagem do **Estadão** parece esclarecer os óbvios interesses envolvidos -, muitas dessas instituições não passam de "tropas de choque" de um vasto aparato supranacional de intervenção em países soberanos. Manipulam pretextos, como a importante proteção do meio ambiente, visando o congelamento de nosso desenvolvimento, que hoje ameaça a produção agrícola dos países industrializados.

A insolente intervenção da citada ONG carrega, ainda, um toque adicional de ironia, pois os holandeses são, talvez, o povo que mais tenha alterado o seu meio ambiente em toda a história da humanidade. Quase um terço do seu território foi "construído" por sucessivas drenagens sobre antigos pântanos e áreas inundadas, ricas em biodiversidade, situando-se abaixo do nível do mar. Esse mesmo território artificial abriga cerca de 60% da população do país, que tem nas hidrovias uma das suas principais opções de transporte, com uma rede superior a cinco mil quilômetros (Rotterdam não seria o maior porto do mundo, não fora a hidrovia Reno-Danúbio). Com que credibilidade esse povo engenhoso e industrioso pretende nos negar o direito de utilizarmos plenamente o nosso potencial de recursos naturais?

Sejamos realistas, esta não é uma questão de opção por modelos de desenvolvimento ecologicamente corretos ou não, mas um conflito puro e simples de geopolítica entre os países desenvolvidos e os que estão se esforçando para se desenvolverem. Definitivamente as aspirações do povo brasileiro ao progresso - e de qualquer outro - não podem ser obstadas por pretextos cientificamente infundados e moralmente inaceitáveis.

O Brasil tem vantagens comparativas impressionantes. Possuímos uma rede fluvial de 55.457Km² de águas internas, uma das maiores da superfície do Planeta. Apesar desse enorme potencial para o transporte fluvial, por políticas passadas equivocadas, as hidrovias foram relegadas a um plano secundário desde a industrialização, a partir dos anos 50, já que o transporte rodoviário estava atrelado ao modelo desenvolvimentista estabelecido sob forte pressão da indústria automobilística.

O Sr. Luiz Otávio (Bloco/PPB – PA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Ouço meu eminente colega do Pará.

O Sr. Luiz Otávio (Bloco/PPB – PA) – Senador Edison Lobão, V. Ex^a, sempre atual e dinâmico, traz assuntos importantes para o plenário do Senado Federal. Ainda ontem, pelo **Jornal Nacional**, a **Rede Globo** exibiu matéria sobre uma ONG americana, a Focus, que fazia não só **lobby**, mas também chantagem com o produtor rural brasileiro, oferecendo-lhe dinheiro para que ficasse em casa. Divulgaram a imagem em que o agricultor dizia que se negava a aceitar R\$10 mil por mês, oferecidos por essa ONG, para não produzir grãos, não produzir a soja brasileira. De forma emocionada, o produtor rural brasileiro deu um

exemplo de cidadania e de amor à nossa Pátria. Temos que mostrar que somos capazes de produzir muito mais grãos do que os Estados Unidos, para que possamos competir, lá dentro, oferecendo o produto a um preço mais acessível. Isso será possível a partir do momento, como V. Ex^a explicou, em que pudermos usar nossas hidrovias. A hidrovia Araguaia/Tocantins vai possibilitar que os grãos brasileiros cheguem US\$50 mais baratos a tonelada dentro dos Estados Unidos, desde que sejam usados os portos do Norte, em especial de Santarém ou da Vila do Conde, no Pará, que encurtam em três mil milhas navegáveis a distância entre os portos brasileiros e os portos americanos. É isso que eu tinha a acrescentar ao seu pronunciamento, solidarizando-me com V. Ex^a por esse assunto.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Senador Luiz Otávio, V. Ex^a traz uma preocupação a mais. Realmente, vi ontem na televisão esse fato a que se refere V. Ex^a. A que ponto chega, de um lado, o temor dos competidores e, de outro, a sua audácia. Nesse caso, configura-se não apenas uma intervenção nos nossos interesses, mas também uma corrupção internacional! O que se procura é fazer com que os brasileiros não cumpram o seu destino histórico, mediante o pagamento de óbolos aos nossos agricultores!

Mas o brasileiro não se deixará atrair por essa vantagem enganosa. O brasileiro tem o seu caráter preservado. Não admitiremos jamais que tal atitude possa medrar entre os agricultores de nosso País.

V. Ex^a registra uma economia de 50 dólares por tonelada exportada, desde que a nossa soja possa seguir pelos rios ou pelas ferrovias. E isto já está acontecendo a partir do Maranhão. A soja exportada no Maranhão, que vem pela rodovia dos Carajás, já chega ao porto de São Luís com 50 dólares a menos do que a exportada por outros portos, e o porto de São Luís é o mais próximo do mercado consumidor internacional. É isso que os nossos competidores temem, a nossa capacidade de produção, a nossa tecnologia e os recursos que o nosso povo possui, com a sua agilidade e com o seu dinamismo, para a produção em massa de soja e de grãos de todo o gênero.

Em nove anos apenas, no Maranhão, a nossa agricultura de soja cresceu 2000%. Eles vêem isso e se assombram com o que está acontecendo em nosso País. Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Luiz Otávio.

Sr. Presidente, peço que V. Ex^a receba e considere como lido o restante do meu discurso, já que meu tempo se esgotou, e V. Ex^a me chama a atenção quanto a isso.

Muito obrigado.

**SEGUE CONCLUSÃO DO
PRONUNCIAMENTO DO SENADOR
EDISON LOBÃO.**

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Concluindo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, registro que na década de 90, felizmente o transporte hidroviário, mais barato e eficiente que o rodoviário, voltou a ser cogitado e começa a ser redescoberto em decorrência da competitividade da economia globalizada, na qual os preços tendem a se nivelar em todo o mundo. E, como um dos fatores que mais influem na elevação dos preços finais dos produtos é o transporte, as formas alternativas de escoamento da produção para os mercados interno e externo têm recebido maior atenção.

O nosso Cerrado apresenta todas as condições para replicar no interior brasileiro o extraordinário "cinturão verde" dos EUA e tornar-se um vigoroso polo agro-industrial de expressão internacional. Para tanto, é fundamental equacionar-se a questão da "logística de transporte", cuja solução passa necessariamente pela utilização eficiente da enorme rede hidrográfica que a natureza nos proporcionou, a exemplo do sistema Mississipi-Missouri-Ohio nos EUA.

Os nossos concorrentes internacionais naturalmente acompanham, com preocupação, a evolução da economia brasileira.

A edição de abril de 1997 da revista CNT, publicada pela Confederação Nacional do Transporte, informou que o governo norte-americano emitiu um relatório, na década de 70, em que considerava o Centro-Oeste brasileiro uma séria ameaça aos grãos produzidos nos EUA, desde que o Brasil conseguisse viabilizar um transporte barato das áreas de produção até os portos.

Nossa potencialidade foi conferida **in loco**, em abril de 1998, por uma delegação de 27 membros do Ohio Soybean Council, em missão de 11 dias pelo Brasil, Chile e Argentina, para "informar-se sobre a capacidade dos produtores de soja da América do Sul". O relatório da missão concluiu que uma das maiores vantagens comparativas do Brasil é o seu potencial de aumento da produção de soja no Cerrado, "que possui mais terra arável que todo o Corn Belt dos EUA. (...)". Outro benefício apontado é o clima subtropical do Cerrado, que permite a produção de duas e até três safras por ano. O relatório aponta como as maiores desvantagens a falta de infra-estrutura de transporte e a insuficiência de armazenamento.

Em julho do mesmo ano, realizou-se em Kansas City, EUA, a Cúpula Nacional de Transporte Agrícola, cujo tema foi "Os desafios do transporte agrícola para

o século XXI". Durante o evento, patrocinado pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), foi abordada a notória degradação da infra-estrutura de transporte estadunidense, em contraposição ao seu melhoramento por parte dos competidores internacionais, principalmente no Brasil e na China

Entre as fontes citadas pelo relatório, inclui-se a conceituada revista **Farm Journal**, que tem publicado diversos artigos sobre o assunto. Na edição de março de 1999, há uma avaliação de Michel Cordonnier, analista de **commodities** baseado em Chicago e especialista na América do Sul, que afirmou que "o calcanhar de Aquiles do Brasil tem sido o transporte". Ele estima que os produtores brasileiros podem economizar um dólar por bushel (aprox. 35,2 litros) nos custos de transportes e que, "com estes investimentos (em infra-estrutura), não há dúvidas que o Mato Grosso se transformará no maior produtor de soja no mundo". O estado de espírito dos produtores norte-americanos foi sintetizado por Arno Partner, especialista da American Soybean Association: "O que está acontecendo no Cerrado é mais importante para os produtores de soja dos EUA do que qualquer outra coisa que possamos fazer. O Brasil é um dos poucos lugares no mundo com potencial de expansão em uma escala tal que poderá influenciar decisivamente nos fornecimentos globais."

Vêem os meus prezados pares como se desenrolam os acontecimentos: enquanto nós, através da tribuna e de proposições, insistimos para que as atenções públicas se voltem para um amparo mais efetivo ao setor da agricultura, os produtores estrangeiros fazem um verdadeiro mutirão para impedir que nossas produções tenham, por fim, as vias de acesso para o seu escoamento...

Obviamente a questão ambiental deve ser uma preocupação constante de todos nós. Eu e outros senadores amazônidas temos sido enfáticos nos pronunciamentos sobre a questão. Contudo, a ecologia não pode se transformar em instrumento da incompetência estrangeira na área agrícola.

O mundo, infelizmente, abriga famintos em todos os continentes. Mais um motivo para estimularmos a criatividade empreendedora dos meus conterrâneos de Balsas. Não temos o direito de abdicar de nossos potenciais agrícolas porque contrariariam interesses alienígenas. Nosso grande desafio, neste século que se inicia, é consolidar a integração e o progresso deste imenso País.

Nos últimos anos, já mostramos ao mundo acreditar num comércio mundial mais racional e civilizado,

ao abrimos mão do protecionismo em outros setores. Avançamos muito, e o Governo FHC mostrou maturidade neste sentido. Enfrentou e superou enormes empecilhos políticos internos, mas persistiu no caminho certo.

O fato é que não podemos aceitar uma globalização de mão única.

E desta tribuna, Senhor Presidente, muito podemos fazer para alertar o governo e a opinião pública sobre os mecanismos subliminares, utilizados pelos que têm contrariados seus interesses, que visam obstaculizar o desenvolvimento brasileiro.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento Interno, Senador Edison Lobão.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Freitas Neto, por permuta com o Senador Francelino Pereira.

O SR. FREITAS NETO (Bloco/PSDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, registro a preocupação da população piauiense, refletida por prefeitos municipais e pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura: trata-se da seca, que infelizmente assola diversas regiões de nosso Estado.

Chamo a atenção dos órgãos competentes do Governo Federal – o Ministério da Integração Nacional, a Secretaria Nacional de Defesa Civil –, para que comecem imediatamente a traçar um plano estratégico de socorro, que infelizmente tem que ser acionado em defesa dos nossos trabalhadores rurais de diversas regiões do Piauí e – creio – de diversos outros Estados do Nordeste.

Apenas para dar um exemplo: no semi-árido, região de São Raimundo Nonato, sul do Piauí, nos últimos 20 anos, a menor média de chuvas observada foi de 400 milímetros anuais. Isso nos últimos 20 anos! Este ano, quando o período de chuvas praticamente acabou naquela região, houve somente 226 milímetros.

Não se trata, portanto, de apenas um caso a mais de seca, mas de uma situação verdadeiramente excepcional.

A seca, porém, não se restringe a São Raimundo Nonato, estendendo-se por uma ampla faixa que vai da região de Picos a Fronteiras, na divisa com Pernambuco, e inclui o Vale do Gurguêia. Praticamente todo o sul do Estado vem sendo fortemente atingido.

Falou há pouco neste plenário o Senador Edison Lobão, que tem muito conhecimento de causa, porque era Governador do Maranhão, e eu, Governador do Piauí, quando iniciamos a exploração econômica dos cerrados de nossos Estados: sul do Maranhão e sul do Piauí. Até mesmo naquela região, pelo menos no sul do Piauí, produtores têm afirmado que se vai perder cerca de 70% da produção de soja este ano, na região de Ribeiro Gonçalves e de Uruçuí.

E vejam que a soja é bem mais resistente do que o arroz, suportando mais aqueles veranicos. A região tem média anual de precipitação pluviométrica acima de mil milímetros, mas tem veranicos no mês de janeiro que, às vezes, prejudicam a plantação de arroz. Mesmo a soja sendo mais resistente que o arroz, está sendo atingida também neste ano.

A agricultura de subsistência foi atingida de forma dramática. Já se perderam 100% das culturas de milho e de feijão, inexistindo condições de recuperação naquela região.

A criação de pequenos animais, uma das poucas fontes de renda da população local, também está sendo comprometida, uma vez que as pequenas propriedades que marcam a área abastecem-se de águas retiradas de barreiras e dos reservatórios proporcionados por pequenas barragens. Todas essas fontes estão esgotadas. Recordem-se de que os efeitos da seca sobre o rebanho são mais danosos a médio prazo do que os exercidos sobre a agricultura, e fazem-se sentir por anos seguidos.

A região de São Raimundo Nonato compõe-se de treze Municípios; doze já estão sendo sustentados por caminhões-pipa, e não há de onde se retirar água para abastecê-los. O nível da água dos reservatórios é zero. Isso significa, como mostra a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Piauí, que não há mais como reverter esse quadro. Não há como fazer novo plantio. Não há mais condições de garantir o consumo da população. É essa população que precisa ser socorrida. Torna-se necessária a liberação de recursos para enfrentar a emergência, com construção de aguadas, recuperação de rodovias e garantia de alimentação.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, infelizmente esse quadro, que já se repetiu muitas e muitas vezes, ainda vai se repetir. Nós temos essa questão, esse fenômeno climático; essas secas se abatem de maneira cíclica em nosso Nordeste brasileiro, e, há muito, governadores, lideranças políticas e lideranças de trabalhadores rurais vêm clamando aos governos federais, às diversas administrações, um plano duradouro de fortalecimento da infra-estrutura hídrica no

Nordeste brasileiro. São necessárias obras que, realmente, possibilitem uma melhor convivência do homem, do trabalhador rural, com a seca.

Infelizmente, o que vemos é o que estou pedindo aqui: mais uma vez, as obras de emergência, as decisões de Governo apenas no sentido de amenizar o sofrimento das famílias de trabalhadores rurais que habitam o interior do Nordeste.

Recentemente, apresentei aqui no Senado Federal um projeto que cria o Fundo de Incentivo à Cultura da Carnaúba. A exportação da cera de carnaúba representa ainda hoje a maior divisa de exportação do Piauí, empregando, só em nosso Estado, cerca de 60 mil pessoas, exatamente no período das secas. Todos os anos – de julho a dezembro – quando não chove no Piauí, o trabalhador rural, aquele que vive da agricultura de subsistência, nada tem o que fazer e trabalha no retiro da palha de carnaúba, envolvendo todo um processo industrial para a fabricação da cera de carnaúba.

Ao propor esse Fundo, pretendemos atender a cerca de 200 mil famílias que vivem na região onde a carnaúba é nativa – Piauí, Rio Grande do Norte, parte do Maranhão e do Ceará. Seria um incentivo do Governo Federal, assim como foi dado, durante muito tempo, ao café e ao cacau, uma alternativa de emprego para a população rural.

Desse modo, precisamos de obras e de incentivos como esse, porque é uma cultura que dá emprego no período da seca. Enfim, precisamos encarar o problema da seca de maneira definitiva, para reduzirmos o sofrimento da população nordestina quando esse fenômeno ocorre.

Neste momento, infelizmente, trazemos a esta tribuna o pedido da Associação de Municípios, de vários Prefeitos Municipais e da Federação dos Trabalhadores da Agricultura, que, todos os dias, vem reclamando pela imprensa do nosso Estado. Clamamos que o Governo Federal se prepare – hoje não temos mais a Sudene – para tomar medidas emergenciais, evitando que o homem tenha de sair do interior do Nordeste em busca de outros centros para poder escapar da seca, da fome e da sede.

Sr. Presidente, era esse o registro que desejávamos fazer. Que o Ministro Ney Suassuna, que é nordestino, e o Secretário Nacional de Defesa Civil comecem imediatamente a pensar em como fazer para tentar amenizar o sofrimento dos nossos irmãos do interior do Piauí e creio que de outros Estados do Nordeste.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Freitas Neto, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, por vinte minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há poucos dias assisti, pela **CNN**, ao pronunciamento do chefe do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, que acusava formalmente três membros das Farc colombianas e três brasileiros, entre eles o famoso Fernandinho Beira-Mar, de participarem do que classificava de uma conspiração para vender drogas para os Estados Unidos, bem como de, por meio desse comércio de drogas ilegais, financiar a guerrilha colombiana pelas Farc.

Então, fizeram questão de frisar que, pela primeira vez, estavam, formalmente, acusando membros das Farc e também três brasileiros a elas relacionados. Aliás, é bom lembrar que Fernandinho Beira-Mar foi preso lá na Colômbia. Portanto, vejam que o narcotráfico colombiano já está intimamente ligado ao narcotráfico brasileiro e, portanto, transnacional.

Na verdade, se formos ver mais profundamente, isso ocorre em toda a América Latina e, possivelmente, com traficantes dos Estados Unidos. Os Estados Unidos se colocam como xerifes nessa história, mas são os maiores consumidores da droga. Não haveria produção se não houvesse consumo. No entanto, o que nos inquieta não é o consumo ou a situação da sociedade americana, que deve ser uma preocupação dos americanos primordialmente.

Preocupa-nos o evidente preparo da opinião pública internacional para uma futura intervenção dos Estados Unidos, que, aliás, não será a primeira. Na Colômbia, já há uma intervenção branca dos Estados Unidos por meio do Plano Colômbia. Inicialmente, o Congresso americano aprovou apenas ajuda e assistência para o combate ao narcotráfico, o que agora já está mudando, com a desculpa de avançar na questão militar.

Tenho repetido aqui desta tribuna, como homem da Amazônia, que nos devemos mirar no exemplo da Colômbia para evitar que, amanhã, haja pretexto para intervenção, branca ou não, dos Estados Unidos na nossa Amazônia.

Ouvi, há pouco, o pronunciamento do Senador Edison Lobão, que citou exemplos de organizações não-governamentais que estão atuando prioritariamente na Amazônia e na Região Centro-Oeste, mas também no restante do Brasil.

Isso, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, não deveria ser preocupação apenas dos Parlamentares da Amazônia. O Maranhão, Estado do Senador Edison Lobão, por coincidência, tem uma situação peculiar: uma parte do Estado pertence ao Nordeste e outra, quase a metade, pertence à chamada Amazônia Legal - que inclui ainda uma parte do Mato Grosso, além dos outros sete Estados da Região Norte.

Sr. Presidente, também quero trazer alguns outros fatos que mostram como precisamos fazer uma análise mais ampla, procurando olhar além das notícias, além do que é colocado por algumas instituições que, de uma maneira romântica, inocentemente ou não, tratam essas instituições não-governamentais - e até algumas organizações ilegais e criminosas, como as do narcotráfico - de uma maneira complacente. Tenho aqui, inclusive, uma notícia produzida pela ONG Amigos da Terra, em que uma parte é dedicada à Amazônia brasileira. Essa notícia foi tirada da Internet, no dia 21 de março, e diz o seguinte:

Suíços detidos tentando embarcar cerca de 500 insetos amazônicos

Cinco suíços (...) foram presos em flagrante, ontem, por agentes da Polícia Federal quando tentavam embarcar em um vôo, com destino a São Paulo, no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes [em Manaus], levando aproximadamente 500 insetos voadores, mariposas e borboletas, segundo eles capturados nas matas de Manaus e de municípios vizinhos.

Eles alegam, em sua defesa, serem colecionadores. Mas, na verdade, todos os que estudam essa matéria sabem que é justamente na fauna e na flora que estão várias matérias-primas de medicamentos que a indústria farmacêutica ambiciona com muita insistência e interesse. Não é por acaso que a Suíça é um dos países que mais produzem medicamentos no mundo.

Os suíços foram presos e, segundo o Delegado da Polícia Federal, serão enquadrados em artigo da Lei dos Crimes Ambientais.

Ora, é pouco, considerando que eles estão praticando um roubo contra a nossa biodiversidade. Deveríamos ser mais rígidos e pedir o enquadramento em uma legislação mais rigorosa. Aliás, estamos de-

vendo à Nação brasileira a aprovação de uma lei rígida sobre a biopirataria, que vem sendo praticada há muito tempo na Amazônia.

Temos uma outra notícia produzida por essa ONG, que diz o seguinte: *"Polícia Federal apreende três quilos de diamantes em Roraima"*. A Polícia Federal prendeu um garimpeiro que estaria saindo do Brasil - de Roraima - para a Guiana, levando três quilos de diamantes. E a região onde foi preso é aquela que inúmeras ONGs querem transformar em uma reserva indígena chamada Raposa Serra do Sol. Para quem não conhece a região, pode parecer que essa área é pequena; mas, na verdade, existe uma distância enorme entre a região da Raposa e a região da Serra do Sol. E ali, por acaso, só por acaso, localizam-se talvez as maiores jazidas de diamantes do mundo. Só esse garimpeiro estava com três quilos de diamantes. Esses são acasos, portanto, sobre os quais precisamos estar muito atentos.

Entendo que essas reservas indígenas não podem estar sendo criadas com a intenção de colocar fim, por exemplo, à exploração de diamantes. O Brasil, tendo grande parte do seu povo passando fome, devendo uma fortuna de dívida externa e interna, não se pode dar ao luxo de não explorar as suas riquezas minerais e as suas riquezas da biodiversidade.

Uma notícia publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, no dia 10 de março, sob o título "Garimpo ilegal dos Cintas Largas: pode ser o fim", nos dá conta de que os índios cintas largas, em Rondônia, associaram-se com os garimpeiros e estão explorando diamantes. Diz a matéria: *"Índios e garimpeiros se uniram para explorar o que talvez seja a maior jazida do minério da América do Sul"*.

Trata-se, novamente, de uma ação na Amazônia que precisamos analisar com cuidado.

Há também uma outra matéria, Sr. Presidente, publicada no jornal **A Crítica**, de Manaus, cujo título é: "Índios Macus fogem da aldeia temendo Farc". Ou seja, são índios da Colômbia fugindo para o Brasil. Diz a matéria: *"Fuga de pelo menos 190 indígenas da etnia para a Vila Bittencourt ocorreu há uma semana, após visita ameaçadora de guerrilheiros"*.

Há, portanto, também o problema da presença dos guerrilheiros das Farc no território brasileiro, fazendo com que índios colombianos fujam para o lado brasileiro.

Sr. Presidente, se não estou enganado, o Senador Luiz Otávio fez referência, em aparte ao Senador Edison Lobão, ao que todos vimos ontem no **Jornal Nacional**, da **Rede Globo**: uma ONG oferecendo

mais do que o valor da produção para os agricultores não plantarem soja. Ou seja, uma ação realmente orquestrada, em que, como disse o Senador Edison Lobão em seu discurso, uma verdadeira tropa de choque dos interesses econômicos internacionais querem não só esterilizar as riquezas minerais, as riquezas da nossa biodiversidade, mas também impedir até a produção agrícola de áreas já agricultáveis, já exploradas. Não se trata mais de estar desmatando ou depredando. Ou seja, o agricultor está recebendo oferta de dinheiro para não plantar em áreas que já foram plantadas.

Portanto, é preciso que não só nós, da Amazônia, mas o Brasil todo – repito –, estejamos atentos e denunciemos essas coisas. Os cidadãos da Região Sul, Sudeste, enfim, os homens e mulheres deste Brasil, cujos Estados têm um desenvolvimento invejável, não devem pensar que a Amazônia não é um problema de todos os brasileiros. A Amazônia representa 60% do território nacional.

Existem notícias – que já teriam sido “desmentidas” – de que, nas escolas dos Estados Unidos, já se ensina Geografia mostrando o Brasil sem a Amazônia e sem o Pantanal mato-grossense, colocando-os como pertencentes a uma área internacional. O Brasil seria somente o Nordeste, o Sudeste e o Sul.

Aprendi, desde muito pequeno, com meus pais, que “onde há fumaça, há fogo”. Há muitos indícios e muitas comprovações de que realmente estamos sendo roubados na Amazônia e em alguns pontos do Centro-Oeste. Mas o que se está fazendo?

Instituímos, aqui, uma CPI das ONGs, como mencionou o Senador Edison Lobão, da qual tenho a honra de ser o Presidente. Já temos, pela primeira vez no Brasil, um levantamento, embora preliminar, de quantas ONGs existem no Brasil. Mas ainda queremos saber como elas atuam, como são financiadas e para que estão aqui.

Como diz aquele ditado, “quando a esmola é grande, o santo desconfia”. Ora, se há alguém interessado em pagar para o agricultor não trabalhar, se há gente interessada em vir da Suíça caçar borboletas na Amazônia e levar 500 espécimes diferentes de insetos, dá para desconfiar.

Porém, o mais absurdo, Sr. Presidente, é que órgãos do Governo Federal estejam coniventes com a ação dessas ONGs, inclusive repassando recursos para elas. Embora as organizações não-governamentais não pertençam ao Governo, como o próprio nome diz, passaram a receber recursos do Governo. Por exemplo, o Ministro José Serra deixou a saúde indígena nas mãos das ONGs. Inicialmente, tirou a função

da Funai passando-a para a Funasa e, depois, terceirizou-a, entregando milhões de reais nas mãos de ONGs constituídas por meia dúzia de pessoas que, às vezes, não têm qualificação alguma para prestar assistência médica, odontológica e sanitária àquelas populações. É preciso esclarecer essa situação.

O pior é a convivência do Governo Federal, que assume uma posição de entreguismo. O Brasil é apenas uma nação, a Nação brasileira. Várias etnias formaram o povo brasileiro: os índios, os negros, e os não índios e não negros, que são os descendentes dos europeus que vieram para cá. Dessa miscigenação, surgiu a Nação brasileira.

No entanto, de uns tempos para cá, movimentos comandados por essas ONGs teimam em fazer duas coisas. Primeiro, sob a falsa bandeira de preservar os costumes dos índios, querem que eles voltem a falar idiomas que falavam na época em que Cabral chegou aqui. Ora, neste mundo globalizado, falar português já não vale quase nada! Quem se comunica em português neste mundo? Apesar de sermos uma Nação com 170 milhões de habitantes e de Portugal e outros países falarem a língua portuguesa, a primeira língua no mundo é o inglês. Quem não se comunica em inglês, não avança em quase nada. Mas essas ONGs, que são em sua maioria de origem estrangeira, teimam em fazer que a maioria das etnias indígenas fale sua língua original.

Em segundo lugar, insistem em chamar essas tribos de nação, criando uma espécie de **apartheid** no Brasil, fragmentando a Nação brasileira.

Há alguns dias, protestei contra um encarte, uma propaganda que vinha sendo divulgada pela Eletronorte. Esse órgão fez um convênio com a Funai e criou o Programa Waimiri Atroari – nome de um grupo indígena do sul de Roraima e noroeste do Amazonas. E vejam como é o título: “Uma Nação Volta a Nascer”. O encarte, de muito boa qualidade, vinha sendo inserido na mídia, em publicações recebidas por todos nós, Senadores e Deputados, e, obviamente, distribuído em outros lugares. Portanto, a Eletronorte, um órgão federal – e embaixo do texto está escrito Ministério de Minas e Energia, Eletrobrás, Eletronorte e Governo Federal –, admite a existência de uma nação dentro do País.

Ora, Sr. Presidente, com todo esse caldo de cultura existente e notícias de guerrilheiros, narcotráfico, exploração de reservas indígenas no País, estará dado o pretexto para que, amanhã, haja uma intervenção no Brasil da ONU – leia-se Estados Unidos, que é quem, na verdade, comanda este mundo e intervém em países como o Kuwait, o Afeganistão, in-

dependentemente da ONU querer ou não. Estamos deixando uma porta escancarada para que a Amazônia, amanhã, de fato, não seja brasileira.

O Sr. Luiz Otávio (Bloco/PPB – PA) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) - Com muito prazer, quero ouvir o Senador Luiz Otávio, do Pará.

O Sr. Luiz Otávio (Bloco/PPB – PA) – Senador Mozarildo Cavalcanti, vou utilizar o menor tempo possível. Quero, apenas, reforçar o seu ponto de vista e apoiá-lo com relação à CPI das ONGs. Não tenho nada contra as ONGs, não tenho preconceito contra os "ongueiros". Mas a matéria do **Jornal Nacional** de ontem a respeito da ONG Focus, que pagou para um produtor brasileiro R\$10 mil para ficar em casa e não produzir soja para exportação, colocou V. Exª, Presidente da CPI das ONGs, com a faca e o queijo na mão, ou seja, deu o motivo para que a CPI seja instalada. Devemos convidar o Ministério Público, o Ministério da Agricultura, a Polícia Federal, a própria mídia brasileira como um todo, para que seja esclarecida essa notícia. Inclusive, o representante da Focus, ouvido na matéria jornalística da **Rede Globo**, não negou nada; ao contrário, disse que era um fato normal uma ONG internacional – essa é americana – trazer seus recursos para cá para que brasileiros não produzam soja. E o agricultor disse: já que vai sobrar soja, por que não a entregamos a essa quantidade enorme de pessoas mal nutridas não só do Brasil mas do mundo todo? Este é o meu alerta a V. Exª.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) - Senador Luiz Otávio, agradeço muito o aparte de V. Exª. Devo dizer a V. Exª que a CPI das ONGs está funcionando, apesar das dificuldades que tem encontrado devido aos tumultos e eventos ocorridos no Senado nos últimos tempos. Inclusive, já detectamos alguns fatos importantes.

O Vice-Presidente de uma ONG denominada Cooperindio – o nome é até sugestivo, Cooperativa dos Índios –, de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, foi preso pela Polícia Federal transportando uma tonelada de ametista, uma pedra preciosa de alto valor, e 300 quilos de tantalita, um mineral nobre de terceira geração. Esse é um fato provado, materializado pela apreensão dos minérios.

Uma outra ONG, comandada por um escocês, um italiano e um argentino, comprou irregularmente 174 mil hectares em Ribeirinhos, no sul do meu Estado, curiosamente registrados no Estado do Amazonas, num cartório que estamos investigando.

Nesta última semana, ouvimos o depoimento da Presidente da ONG Núcleo para Proteção dos Portadores de Câncer – por sinal, uma ONG com objetivo nobre. Mas o que está por trás disso? Uma denúncia, confirmada pela Presidente, de que um laboratório internacional estava pagando a essa ONG para que ela fizesse uma espécie de pressão junto ao Ministério da Saúde não só para registrar o medicamento no Brasil como para permitir o rápido andamento desse procedimento de registro. Nesse caso, está envolvido aquele famoso lobista que está sendo investigado no Ministério da Saúde.

Senador Luiz Otávio, precisamos de que todos se interessem pela CPI. Peço a V. Exª que solicite a presença mais intensa do representante do seu Partido na CPI. Ela fará, realmente, um raio X dessa situação e indicará os caminhos a serem seguidos.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PDT – DF) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Sr. Presidente, apesar do alerta de V. Exª, gostaria de ouvir o aparte do Senador Lauro Campos.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PDT – DF) – Nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, prestei muita atenção nessa importante exposição de V. Exª e gostaria de aproveitar a oportunidade para tentar colocar meu ponto de vista a respeito de uma questão que, realmente, é muito difícil de ser compreendida. Em uma determinada ocasião, os Ministros da Suprema Corte dos Estados Unidos colocaram-se em uma posição muito parecida com essa, de reação contra as medidas do Governo Roosevelt, que consistiam em pagar os fazendeiros para que não plantassem. Isso ocorreu nos Estados Unidos, em 1933, e a Suprema Corte, com exceção de três Ministros – o Ministro Lorenzo foi um deles –, julgava a favor do Governo de Roosevelt. Os demais consideravam inconstitucional essa doação de dinheiro para que não se plantasse. O questão aqui é a seguinte: temos um Brasil cujo problema é a insuficiência de capital e de produção, e um outro em que há excesso de produção. A soja está sendo produzida em excesso e, obviamente, como o consumo do mercado interno é muito reduzido, ela é destinada, em grande parte, à exportação, o que vai ocasionar grandes problemas aos países importadores. Eles terão que pagar lá para comprar e armazenar, como Getúlio fez aqui certa vez com o café – comprou café e jogou-o no mar, pois não havia quem o consumisse. O problema do capitalismo acaba sendo o excesso de produção em relação à insuficiência e à pobreza do consumo. De modo que estamos diante de dois problemas muito expressivos para esclare-

cer essa dualidade. Parece-me que essa ONG que está pagando para que não se plante soja deve ser estatal. Ela recebe dinheiro e realiza aquilo que é em parte resultado de um processo antigo, que faz que os empréstimos externos, os estímulos externos, o dinheiro que vem de fora seja utilizado para desviar a capacidade produtiva do Brasil, a fim de que o País não concorra com os produtos industriais de seu país de origem. Então, lá, emprestam para irrigarmos, para fazermos pontes, para plantarmos. E esses empréstimos externos, esses estímulos para nos desviar da indústria e nos limitar à agricultura fez com que ela se desenvolvesse a um nível tão grande que o mercado interno não consegue absorver a produção, e a exportação também encontra inúmeros problemas lá fora. De modo que parabeno V. Ex^a por tratar desses problemas, que são muito preocupantes. Eu mesmo assinei o pedido para abertura da CPI das ONGs, porque penso que tudo deve ser examinado. Esse acompanhamento que V. Ex^a está fazendo é muito importante e eu gostaria apenas de colocar a minha posição diante desse problema que confunde muita gente. Quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso estava na Alemanha, passeando de avião com Schroeder, perguntou-lhe que plantação era aquela lá embaixo. Schroeder disse-lhe: "Aquilo é colza". "Como funciona isso?", perguntou-lhe Fernando Henrique. Schroeder disse-lhe que o governo mandava o dinheiro e não mandava examinar, não mandava fiscalizar coisa nenhuma. Assim, também lá a agricultura, a plantação de colza tinha chegado a um nível tão elevado que já estava ocasionando problemas. Nos Estados Unidos, por exemplo, o excedente agrícola geralmente é comprado pelo governo e armazenado.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – No Alasca.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PDT – DF) – No Alasca também. Assim, é melhor não plantar do que plantar, colher, comprar, pagar para tudo, para depois armazenar e a produção apodrecer. Esse é um problema que cedo ou tarde aparece na economia capitalista. Nós não estamos acostumados com ele. Por isso estranhamos quando ele acontece. O problema do capital é o próprio capital, o capital mercadoria excedente. Peço desculpas a V. Ex^a por ter me excedido no tempo determinado para um aparte. Muito obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Sr. Presidente, quero encerrar meu pronunciamento, já que excedi o tempo regulamentar, fazendo um renovado apelo não só ao Senado, não só à Câmara dos Deputados, ao Congresso Nacional, mas a todas

as forças deste País, para que não façamos ouvidos moucos ou olhos cegos para o que está aí acontecendo. Que possamos realmente tomar uma atitude neste momento da história brasileira, a fim de que amanhã não nos arrependamos ao ver que o colonialismo moderno, exercido agora não por meio da vinda de caravelas e similares, como disse o Senador Edison Lobão, mas por meio dessa verdadeira tropa de choque dos interesses internacionais, representada por muitas dessas ONGs, vem para roubar o nosso patrimônio.

Quero também deixar uma frase final: não tenho predisposição contra nenhuma ONG, até porque, em tese, pertenço a duas ONGs. Uma delas é a Igreja Católica, na qual sou, pelo menos, batizado; a outra é a maçonaria. Então, não entendo que as ONGs em si sejam maléficas, mas precisamos separar o joio do trigo. E é esse o papel que a CPI das ONGs do Senado quer fazer.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tentarei ser bastante breve.

Esperei, com uma certa ansiedade, o pronunciamento do Presidente Sarney, e ouvi com admiração e uma certa, por que não dizer, perplexidade o pronunciamento que S. Ex^a fez dias atrás desta tribuna.

Considero que o pronunciamento do Presidente Sarney foi um dos momentos mais importantes que vivemos nesta Casa. Entretanto, parece-me que a imprensa tratou o discurso de S. Ex^a, quase sempre – quase todos os grandes jornais –, com um certo desprezo, **parti pris**, governismo chapa branca que a invadiu, e que, portanto, faz com que os ouvidos moucos se recusem a escutar pronunciamentos tão raros, com a importância e o conteúdo daquele, um verdadeiro libelo contra uma situação que vem se agravando a cada dia.

Se o Presidente Sarney não fez, como disse S. Ex^a, a defesa de sua filha, parece-me que fez muito mais do que isso. Pretendia S. Ex^a – e expressamente externou isso em seu discurso – defender o supedâneo do Estado brasileiro, da democracia brasileira, das instituições nacionais, que S. Ex^a, com muita razão, considerou ameaçadas. Apontou os indícios ou as provas de que realmente a democracia brasileira,

aquilo que resta dela hoje, está cada dia mais ameaçada.

Desse modo, o Presidente Sarney não falou como pai – ou não falou principalmente como um pai –, mas falou como um estadista, falou com as responsabilidades que tem. E, pelo que sei e percebi, pois acompanho o noticiário a seu respeito, S. Ex^a está com a saúde bastante abalada. Esteve recentemente hospitalizado por duas vezes e – li nos noticiários, mas não vi confirmação –, em uma terceira vez, teria ido aos Estados Unidos para tratar da saúde. Percebi isso, pois tenho o hábito de me colocar no lugar das pessoas, de procurar analisar a situação sentindo aquilo que as pessoas que devo julgar e observar estão passando.

Há muito tempo, cheguei à conclusão de que quem entende perdão. Quando entendemos o próximo, quando passamos para dentro de sua pele, de sua história, de sua sensibilidade, de seus problemas, de suas agruras, nós perdoamos. Aqueles que têm a virtude do entendimento e do perdão, obviamente, trazem consigo um pouco de santidade e também uma grande sabedoria, porque entendem o próximo e com ele se identificam.

Muitos não podem fazer o que fiz naquela tarde aqui, no Senado Federal. Mas eu, que tenho 73 anos de idade – sofridos 73 anos de idade –, sei quão difícil deve ter sido para S. Ex^a fazer aquela exposição, uma exposição longa. Alguns jornais reclamaram que foi muito longa. Quem me dera que as exposições longas que, às vezes, escutamos aqui tivessem aquele nível, aquele estofo e aquela acendrada preocupação de fazer um libelo contra a corrupção que impregna e contamina a sociedade brasileira em vários níveis, concentrando-se principalmente no nível político.

Não tenho dúvida de que o que foi trazido a esta Casa pelo ex-Presidente José Sarney é o resultado de uma caminhada muito longa que S. Ex^a trilhou durante a sua vida, de uma preocupação que o impede de fazer aquilo que gostaria de fazer. Como é bom trabalhar naquilo de que se gosta, fazer o que se gosta. É mais leve, é mais suave, é mais realizador. No entanto, S. Ex^a teve que deixar a sua literatura, que escolheu como companheira para o resto da vida, e vir ao Senado Federal falar sobre assuntos que são muito pesados para a sua situação.

Foi um pronunciamento sem apartes, como se todos compreendêssemos essas dificuldades do orador.

Não quero entrar no mérito do problema. Parece-me que a exposição aqui feita tenta demonstrar que o processo eleitoral que estamos iniciando será

travado quase que num campo de batalha. A ética política já nos abandonou, está cada vez mais rarefeita. E, embora da boca para fora, seja freqüente ouvirmos falar na ética, realmente nunca vi um debate sobre o significado da ética e da ética política nesta Casa.

Nesse sentido, percebi no discurso do Presidente José Sarney essa preocupação com o restabelecimento de certas normas éticas mínimas para que o Estado de Direito e a democracia eleitoral – tão precária em nosso País hoje, como sempre – possam sobreviver. E, obviamente, sem a democracia política e eleitoral, a democracia maior, a garantia dos direitos humanos, o respeito para com o próximo, o desejo de proteger e respeitar a vida dos cidadãos e da natureza, esse conteúdo ético vai abandonando, cada vez mais, o nosso País, o nosso Brasil, a nossa sociedade.

Não tenho dúvida alguma de que, de arranhão em corte, de ofensa esquecida e anestesiada por uma mídia que deforma, transforma, pela repetição, consegue-se impor à sociedade aquela visão parcial e ideológica de uma instabilidade fantástica que muda a cada semana. Enquanto, no Brasil, é afirmada uma tese, lá fora, no dia seguinte, em outro país, a tese é diferente.

Para perplexidade nossa, por quatro vezes, o Presidente disse que é mentiroso. E anotei as quatro vezes, porque não acreditei naquilo que estava escutando.

Qual é o exemplo que o Presidente deve dar à sociedade que preside? Os jovens, em seus devaneios, em seus momentos de identificação para formar suas personalidades, em seus momentos de identificação com a autoridade, muitos deles pensam, narcisisticamente, em ser Presidente da República um dia.

Que exemplo parte de uma autoridade brasileira que entrega — e as contas estão aí para comprovar isso — grande parte da riqueza e do sacrifício nacional ao FMI e aos banqueiros internacionais e que deixa a taxa de juros grimpar a 49% ao ano e se vangloria quando esta é reduzida a 18,7% ao ano, como está agora, mas que ainda é a maior do mundo? Que ética é essa? A ética dos banqueiros, a ética dos agiotas?

Vemos a cada momento que outras rupturas perigosas estão sendo feitas, porque, quando se permite que o voto se transforme em mercadoria, que o voto seja comprado e vendido, que os quartéis eleitorais sejam bombardeados com bombas monetárias, partidas lá de cima, é óbvio que a consciência coletiva não tem poder algum para escolher legitimamente os seus representantes. E, até hoje, nada de concreto foi

feito para apenar essas condutas, para coibir a existência de excessos de campanha, de sobras de campanha — o caixa dois abastece as campanhas eleitorais.

Não devemos esperar que o Brasil chegue ao ponto a que chegou, por exemplo, um país que um dia foi modelar: os Estados Unidos. Na última eleição, vimos que as grandes empresas, as grandes indústrias bélicas e espaciais, os grandes fornecedores do governo, inclusive a Enron — que faliu há pouco tempo, no maior estouro da história econômica daquele país —, todas elas são fornecedoras de campanha. Obviamente, quem fornece dinheiro para campanha quer receber algo em troca. Vivemos em uma sociedade mercantilista. Ninguém dá nada de graça. Estamos fingindo que não está acontecendo nada, que esse não pode ser o caminho para se consolidar uma verdadeira e digna democracia.

Fiquei realmente admirado quando o Presidente José Sarney mostrou alguns detalhes no seu pronunciamento que eu não conhecia, que eu ignorava. S. Ex^a tem uma capacidade de informação, um universo de visão e de percepção muito maior do que o meu. Eu não sabia que alguns fatos que ele trouxe à baila tinham ocorrido no Brasil. Conhecíamos fatos que foram confessados e que ficaram impunes. Sabíamos que, em certo momento, para a sua reeleição inconstitucional naquela ocasião, ele utilizou R\$200 mil para a compra de votos por intermédio do seu saudoso amigo Sérgio Motta.

Por duas vezes, ele declarou: "Vou acabar com as relações pouco assépticas com o Congresso Nacional". Relações pouco assépticas! Relações sujas! Isso foi confessado duas vezes, porque ele tornou a repetir os mesmos atos pouco assépticos e pediu desculpas pela pouca assepsia dessa relação com o Legislativo, que ele despreza, porque sabe realmente qual é a relação pouco asséptica que ele tem com o Legislativo.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PDT – DF) – Interrompo o meu pronunciamento para ouvir, com muito prazer, o aparte do nobre Senador do Rio Grande do Sul, que sempre vem a esta Casa nos ensinar. O Senador Pedro Simon é um repertório de experiência e de memória daquilo que há de mais importante na história política brasileira recente.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – No meio desse importante pronunciamento, V. Ex^a traz as declarações da Governadora Roseana Sarney, que dis-

se que o dinheiro encontrado em sua empresa seria utilizado no início da sua campanha. O Presidente Sarney, quando esteve na tribuna, disse que quem deveria explicar esse episódio era o Sr. Murad. Agora a candidata diz que sabia que aquilo era dinheiro de campanha e que isso não é crime. Todos sabemos que, pela legislação eleitoral, só se pode iniciar coleta de dinheiro de campanha após o candidato estar registrado na Justiça Eleitoral. Não houve nem a convenção, que ocorrerá em junho. Só depois da convenção e do registro da candidatura é que se pode iniciar a busca pelo dinheiro da campanha. Lamentavelmente, a Governadora diz a verdade — e, nesse ponto, concordo com S. Ex^a — quando afirma que isso é uma rotina no Brasil e que é cinismo, é hipocrisia dizer o contrário. Desgraçadamente, isso é verdade! Nobre Senador Lauro Campos, participei de comissões de inquérito que trataram dessa matéria. A CPI que investigou as denúncias do Pedro Collor contra o PC Farias, que resultou no **impeachment** do Fernando Collor, mostrou que toda a corrupção que houve no Governo Collor começou na campanha política. O Sr. PC Farias fazia chantagem com as empresas, para conseguir dinheiro para a campanha. Quando eu era Governador do Rio Grande do Sul, o Sr. Collor me convidou para ser seu vice. Analisei a situação, procurei saber quem era esse Collor, o que ele queria, e alguns empresários do Rio Grande do Sul me disseram que havia pessoas que falavam em nome dele, pedindo dinheiro para a sua campanha: "Se tu me deres um determinado valor, durante todo o meu governo não haverá fiscalização; se tu me deres esse valor e ainda mais, terás apoio, estímulo e dinheiro para o governo". A CPI que tratou dos anos do Orçamento, dos Parlamentares comprometidos com as emendas orçamentárias, verificou que tudo ocorria na campanha eleitoral. As empresas procuravam os Parlamentares e davam dinheiro para campanha em troca de emenda no Orçamento, visando a escolas, hospitais, estradas, seja lá o que for. Era essa a troca. E, evidentemente, não havia pesquisa, não havia estudo do Ministério, não havia coisa nenhuma. A corrupção, para o Parlamento, começava na campanha eleitoral. Então, essa é uma realidade. Disse o ex-presidente do Bamerindus, que foi tesoureiro da campanha do Senhor Fernando Henrique, que aquela afirmativa do Sr. Antonio Carlos Magalhães a respeito dos cinco milhões — o ex-Presidente do Bamerindus disse para mim, aqui, quando era Senador — tinha realmente acontecido, como disse que tinha havido sobra de campanha. S. Ex^a mesmo disse que tinha havido sobra de campanha. Por outro lado, verificamos que isso

é um problema de todo dia. O PSDB não quis a minha CPI dos Corruptores porque apareceriam lá as verbas de campanha das empresas que forneceram. Dizem até que o PT não quis, ou melhor, não teve muita garra, não se esforçou nesse sentido, porque lá apareceria uma grande empresa da Bahia, uma empreiteira, dando dinheiro também para o Lula, do PT. Reparem que, se não mudarmos isso, se não criarmos um estilo no sentido de acabar com isso, não vamos adiante. Fui o primeiro Parlamentar que apresentou um projeto para criar o financiamento público de campanha. No início, recebi um bombardeio. O que recebi de cartas e mensagens: "Mas vocês são uns vigaristas, roubam o tempo inteiro e ainda querem dinheiro para fazer campanha?" Eu, aos poucos, expliquei: "Vocês estão enganados. Não é porque o dinheiro é público que haverá mais ou menos roubo. É que, sendo o dinheiro público, teremos mais condições de fiscalizar, de controlar, de orientar, de fazer com que as coisas existam". V. Ex^a salientou bem: nos Estados Unidos, é um escândalo o que tem acontecido, mas não sei se V. Ex^a reparou que, há cinco dias, o Congresso americano votou uma lei alterando isso. A partir da próxima eleição para Presidente, nos Estados Unidos, as empresas terão que dizer quanto deram; vão ter que registrar. A sociedade terá conhecimento de quanto e para quem a empresa deu. Lá mesmo, reconheceram que, na última eleição, as fábricas de armamento garantiram a eleição de George Bush e tiveram como resposta essa ação que ele está tendo como Presidente da República. Hoje, o Parlamento reconhece que isso é um absurdo e votou uma legislação para que as verbas sejam conhecidas por toda a sociedade. É por isso que, em meio a tudo isso, nesse quadro doloroso e cruel, verificamos, pelos discursos do meu querido amigo Artur da Távola - brilhante, excepcionalmente brilhante, com a sua competência e com a sua capacidade - e do Sr. Senador José Sarney, que, em muitos casos, os dois tinham razão. Quer dizer, na verdade, ambos fizeram belíssimos discursos. Quando o Senador Sarney falou da forma como entraram no Maranhão, S. Ex^a tinha muita razão; mas quando o Senador Artur da Távola disse que S. Ex^a não explicou de onde veio o dinheiro, também tinha razão. Muito obrigado e desculpe o aparte longo.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PDT – DF) – Agradeço muito a contribuição de V. Ex^a, sem a qual o meu discurso não teria o sentido completo e elevado que V. Ex^a emprestou-lhe.

Realmente, o tema é muito longo. Parece-me que estamos numa sociedade – já fiz um discurso sobre isso – cujo núcleo, a **cellula mater**, deixou de ser

a família, deixou de ser aquelas tradicionais estruturas e formações que conhecemos, para ser a Máfia. Não há nada mais parecido com a estrutura atômica da sociedade brasileira moderna do que a Máfia. Parece-me que a ética se esfacela - tal como acontece na Ndrangheta ou numa máfia qualquer – para se transformar numa **omertá**, num código de autoproteção, rigoroso e violento, sendo assassinado quem o rompe. A Máfia tem uma força coercitiva enorme e a impõe a seus membros.

No Brasil, há uma lassidão. Os bandidos começam até mesmo a impor regras à polícia e à sociedade, determinando, por exemplo, quando o comércio dever abrir ou fechar suas portas, metralhando e bombardeando delegacias e prédios da Justiça. Assim, sabemos muito bem, criamos uma sociedade em que, de um lado, existe a degradação da fome, do desemprego e da indiferença da outra classe, que tem uma outra forma de degradação e de corrupção. Mas a forma mafiosa de organização e de formação desses grupos é a mesma.

Infelizmente, ficamos indiferentes aos sinais que estavam sendo dados. Em um ano, tivemos 300% de aumento no número de seqüestrados em São Paulo. Será que já não venceram sua guerra mafiosa? Será que os marginalizados e os marginais já não são vitoriosos neste País há muito tempo? Será que não tem razão o representante da ONU que esteve aqui e nos trouxe o dado de que 150 mortes violentas por ano caracterizariam um estado de guerra? No Brasil, são 400 mortes violentas por ano. Os nossos números bandidos atingiram mais de 200%, quase 300%, daquele paradigma que caracteriza uma sociedade em guerra. Quem disse isso foi o Dr. Ziegler, que esteve no Brasil há pouco tempo e fez um relatório a respeito daquilo que viu.

De modo que estamos, realmente, dentro de uma sociedade viciosa, e as palavras, quando proferidas por um Senador que nunca ocupou cargo político algum na sua vida, a não ser este modesto mandato que agora exerço, são penas soltas ao vento.

Mas eu esperava que a imprensa nacional, os meios de comunicação deixassem as suas distorções, os seus interesses particulares para prestar atenção nas palavras ponderadas, sábias, profundas, com as quais o ex-Presidente José Sarney alertou a Nação, mostrando que aquilo que atingira a sua filha poderia e pode atingir qualquer cidadão, qualquer político brasileiro. Alguns, S. Ex^a apontou que já estão sendo atingidos por essa degradação, por essa corrupção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Lauro Campos, o Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Gerson Camata.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Bloco/PSDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder, por cinco minutos, se o Senador Gerson Camata permitir. Não quero ser indelicado, apenas para ser oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Tem V. Exª a palavra, como Líder, por cinco minutos.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Bloco/PSDB – RJ. Como Líder, para uma comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não pretendia usar da palavra, pois penso que já falei demais esta semana, e não devemos pecar por excesso. Mas o recente discurso do nobre Senador Lauro Campos e, sobretudo, o aparte do nobre Senador Pedro Simon obrigam o Líder do Governo a uma palavra. Assistimos a cerca de meia hora de implacáveis massacres. Recordou-me um livro do importante escritor italiano Umberto Eco, por certo do conhecimento de ambos os Senadores, chamado **Apocalípticos e Integrados**. Nesse livro, Umberto Eco faz uma análise, no campo da comunicação, daqueles que têm uma visão apocalíptica da comunicação, como se ela viesse para destruir o mundo; e aqueles outros, os integrados, que embora possam ter uma atitude crítica, acreditam que, participando do processo, são capazes de melhorá-lo.

O discurso do Senador Lauro Campos e o aparte do Senador Pedro Simon, cujo Partido, neste momento, consagra uma aliança com o Governo que S. Exª ataca dessa forma, são discursos apocalípticos. Quem ouve o Senador Lauro Campos supõe que o Brasil está incendiado, tomado, como disse S. Exª, por uma máfia; que a sociedade brasileira se caracteriza pela máfia, que não tem governo, que está tudo terrível; que vamos sair daqui hoje e, amanhã, estaremos vendo hordas de miseráveis a caminhar pelas ruas, e o País entrando na desgraça, na miséria total.

O Senador Pedro Simon envereda pelo caminho das insinuações. S. Exª operou sobre todas as insinuações que estão publicadas aqui e ali, sem nenhuma comprovação, nada. Prefere a palavra. Ao mesmo tempo em que o Senador Lauro Campos atacava tanto os banqueiros, até com razão - não diria total, mas com razão -, o Senador Pedro Simon trazia a palavra

de um banqueiro como comprovação de seus argumentos, um banqueiro que não medrou no Governo Fernando Henrique, não vicejou, não cresceu, não se expandiu, embora se lhe tenha dado a oportunidade de um Ministério.

Então, não posso, como Líder, deixar de ter uma palavra de alusão respeitosa a essas manifestações, porém mostrando o caráter apocalíptico, mostrando como se montam, por meio de meias verdades, estruturas lógicas que parecem redundar em incertezas.

Uma das tragédias da vida política, quando se faz oposição, é juntar um conjunto de meias verdades e, por intermédio delas, ou melhor dito, um conjunto de aspectos que são verossimilhanças, isto é, semelhantes à verdade, que têm a aparência da verdade, mas que não são a verdade, e, mediante as verossimilhanças, se fazer uma conclusão lógica como se verdade fosse.

Ora, a história do teatro nasceu da verossimilhança, com a idéia de que, com a semelhança da verdade, o dramaturgo pode apontar ao ser humano as suas falhas, os seus defeitos. Então, hoje, assistimos a um desfile de verossimilhanças - da melhor qualidade humana, cultural, sem dúvida, pois ambos os Senadores são pessoas da mais alta qualidade, mas verossimilhanças - para atacar o Governo gratuitamente. "Estamos numa sexta-feira de manhã, o Senado está tranqüilo, então, vamos atacar violentamente", porque os ataques foram muito violentos. O Senador Lauro Campos foi extremamente contundente, assim como o Senador Pedro Simon. De repente, todas essas teses que vicejam dentro da maldicência política passam a ganhar, amparadas pela cultura e pelo conhecimento dos dois Senadores, o peso da opinião deles, que é respeitável.

Então, essa matéria não pode ficar sem uma contradição. O terrível da insinuação é que se toma a insinuação por verdade. O discurso do Senador Sarney há dias, foi carregado de insinuações. Só. Houve algum fato concreto? Nada, nenhum, em nenhum momento. Mas não quero voltar a esse assunto, pois já tive oportunidade de fazê-lo. Agora, a insinuação tem uma força corrosiva terrível na vida. Os espíritos malévolos adotam a insinuação porque acham que o ser humano é um ser carregado só de crueldade, de maldade, de perfídia, então, a insinuação cresce, dissemina-se e acaba virando, muitas vezes, a verossimilhança, que termina por, não digo convencer as pessoas, porque quem as convence é o tempo - só o tempo convence as pessoas, não é a contemporaneidade, não são as nossas opiniões, tudo isso passa -, mas tudo isso cresce de repente. Então, estamos na

fase das insinuações e das verossimilhanças. E tudo isso só tem uma tradução, que é inteiramente alheia a tudo isso, pertence ao povo brasileiro: é o crescimento...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Senador Artur da Távola, a Mesa, lamentavelmente, adverte V. Ex^a de que já ultrapassou o tempo, e, em homenagem aos inscritos, inclusive ao Senador Gerson Camata, que já tinha sido convocado, solicita que V. Ex^a conclua o discurso.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Bloco/PSDB – RJ) – Vou concluir, Sr. Presidente.

V. Ex^a, inclusive, interrompeu a minha conclusão realmente. Agradeço ao Senador Gerson Camata, mais uma vez, a gentileza.

Tudo isso tem uma tradução: o crescimento do índice de aprovação do Governo Fernando Henrique, expresso também na aprovação gradativa que, à medida que o povo brasileiro conhece o candidato do PSDB, vai dando a Sua Excelência. Aí está a causa de tudo, essa causa leva pessoas da mais alta seriedade a operar sobre insinuações, sobre verossimilhanças, em nome da verdade.

Senador Gerson Camata, peço escusas por havê-lo interrompido.

Muito obrigado.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, tendo sido citado por três vezes, nominalmente, eu gostaria de fazer uso da palavra, de acordo com o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Tem V. Ex^a a palavra, por cinco minutos, de acordo com o Regimento, Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PDT – DF. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, realmente, a educação, a cultura, a fineza e a sutileza com que o Senador Artur da Távola sempre coloca o seu pensamento são admiráveis. Mas eu gostaria de dizer, respondendo a essa insinuação de que estamos criando aqui uma previsão catastrófica sobre a sociedade brasileira, que são os números do próprio Governo que mostram isso. Nosso vizinho, a Argentina, também não quis ou quis colocar um véu muito tênue, mas a realidade foi mais forte do que a venda. Todos sabemos o que se passa na Argentina hoje. Ou seja, os argentinos estão abandonando o país.

Quando S. Ex^a o Senador Artur da Távola se refere a essa capacidade teatral de que algumas pessoas são dotadas, eu gostaria de lembrar que foi o Presidente Fernando Henrique Cardoso que disse que

ele é um artista. Sua Excelência disse isso quando se recordou de que Glauber Rocha o havia convidado para participar de um filme. E disse mais: "Eu sou um artista. Lá, no Palácio da Alvorada, há espelhos e mais espelhos. Assim, eu me dou muito bem e, sendo político, eu sou um artista no Alvorada".

Não tenho esses dons artísticos, não sei manipular os dados e os termos, não sei criar capas ideológicas para impor ou para vender qualquer posição. Tenho certeza absoluta de que nunca abri a boca para usar as palavras como forma de conquista de espaço, de poder ou algo semelhante. Nunca bajulei ninguém e sempre procurei "dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus". Não sei se tenho conseguido fazer isso sempre, mas é o que procuro concretizar. Meus pronunciamentos são sempre modestos, calcados e estribados em números – irrefutáveis – e em dados fornecidos pelas agências do Governo, e acontecimentos que não também não podem ser desmentidos. Esta semana mesmo, lá fora, em algum país de cujo nome não me recordo, o Presidente da República criticou o FMI pela segunda vez. E sou eu que procuro iludir alguém...

A dura verdade é que, para manter o real, importou-se tudo e arrebitou-se o parque nacional e os empregos internos, e a nossa dívida externa subiu até atingir esse nível fantástico em que se encontra hoje. E, somada à dívida pública, **twin debits**, ultrapassa a casa de R\$1 trilhão.

A situação é gravíssima, não adianta tentar tapar o sol com a peneira. O tempo vai revelar. A Argentina já está um passo à frente do seu tempo, do nosso tempo. E desejo muito que meus prognósticos não se realizem.

Sou um otimista, acho que o futuro será muito melhor do que o presente. E nesse futuro haverá uma sociedade transparente, honesta, digna, para usufruir as potencialidades que são prisioneiras de nossa era.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Lauro Campos, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio.

Durante o discurso do Sr. Lauro Campos, o Sr. Carlos Patrocínio, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, serei relativamente breve, mas devo cumprir aqui uma obrigação de consciência em favor da população da cidade de Vitória e da região metropolitana da Grande Vitória.

A cidade de Vitória foi fundada em 1540, é uma das mais antigas capitais brasileiras. Situada em uma ilha que os índios chamavam de "A Ilha de Mel", é reconhecidamente uma das mais belas cidades brasileiras, cercada de praias, ilhas e mares. Hoje, é muito bem administrada pelo Prefeito Luiz Paulo e também o foi pelo Senador Paulo Hartung.

Tivemos a oportunidade de, há pouco tempo, receber a visita do Embaixador do Canadá na Inglaterra, que disse a um jornal, depois da visita, que Vitória é uma cidade mais limpa do que Londres, e tão limpa quanto Montreal.

Mas a cidade vem sofrendo uma cruel ameaça, que foi anunciada há mais de 20 anos pelos ecologistas do Espírito Santo, entre eles o Professor Augusto Ruschi, o primeiro ecologista brasileiro, patrono da ecologia nacional.

Pois bem, em 1960, instalou-se ao norte de Vitória o porto de Tubarão, o maior porto exportador de minério de ferro do mundo, para orgulho do Espírito Santo. Ocorre, Sr. Presidente, que a sua instalação foi feita sem nenhum cuidado ecológico, sem nenhum cuidado com a despoluição, com o controle da poluição. E, atrás desse porto, instalaram-se nove indústrias de **pellets** de minério. São indústrias que pegam o minério que vem de Minas Gerais, elaboram-no e o transformam em 95% de ferro puro, para que ele então seja levado para as siderúrgicas européias, japonesas e norte-americanas.

Ao lado dessas indústrias, instalou-se outra grande empresa, orgulho do Espírito Santo, que é a Companhia Siderúrgica de Tubarão – todas sem um mínimo cuidado com os tratos da ecologia.

Ocorre que, estando esse complexo portuário industrial situado ao norte da ilha e havendo predominância na região dos ventos nordestes, que chamamos de "nordestão", todos os efluentes jogados ao ar por essas indústrias são levados para dentro das cidades de Vitória, Cariacica e Vila Velha. Milhões de toneladas de efluentes por mês ou até por dia são jogados em cima da população.

E efluentes químicos perigosos estão misturados ao pó de minério. Há pouco tempo, um hospital infantil do Espírito Santo publicou um relatório dizen-

do que começaram a nascer crianças descerebradas, fetos apresentando anomalias cerebrais, por problemas, segundo eles, ligados à respiração, por parte das mães, durante o período de gravidez, desses efluentes químicos. Os médicos constataram também um aumento considerável, assustador, do número de doenças pulmonares, inclusive o câncer.

Recebi a cópia de uma reportagem, do dia 20, do jornal **A Tribuna** – o de maior circulação no Espírito Santo –, que afirma que uma auditoria do Serviço de Proteção ao Meio Ambiente da Prefeitura de Vitória identificou 37 irregularidades na Companhia Siderúrgica de Tubarão – se tivesse registrado uma irregularidade apenas, já seria assombroso. Dezesseis delas, diz o jornal, são "referentes a emissões de pó de minério no ar, 13 aos efluentes líquidos (disposição final de poluentes no processo industrial) e três aos resíduos sólidos perigosos, como óleo e gás", jogados dentro da Baía de Vitória.

E isto vem acontecendo há mais de 20 anos: verifica-se a irregularidade, a Prefeitura contrata uma empresa de auditoria, que apresenta um relatório, e essas companhias não têm o mínimo interesse em corrigir o problema. Toda auditoria apresenta as mesmas irregularidades, como se nós, do Espírito Santo, fôssemos tolos, fôssemos símios, e estivéssemos obrigados a agüentar os poluentes e a despreocupação dessas empresas com o meio ambiente.

Apresentei um projeto de lei que obriga os órgãos de conservação do meio ambiente a conceder um selo a empresas produtoras de minério de ferro no Brasil. O produto da empresa poluidora sairia para o exterior com o selo "Produto de empresa poluidora", e os países compradores, já que o Governo brasileiro não consegue dominar essas indústrias, poderiam fazer um boicote, poderiam não comprar aço produzido por elas. Seria uma maneira de obrigá-las a corrigir as irregularidades. Não é possível que, para produzir um produto para exportação, se tenha que emporcalhar uma cidade inteira, colocar em risco um milhão e meio de habitantes da região metropolitana da Grande Vitória.

O projeto ainda está em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e espero que, um dia, mereça a atenção da Casa.

Há outro fato interessante: o Secretário do Meio Ambiente da Prefeitura de Vitória fez uma reunião com as ONGs do Espírito Santo, para solicitar que também se mobilizem, a fim de que a Companhia Siderúrgica de Tubarão comece a fazer as cor-

reções. Ela anunciou que vai fazê-las até 2010. Quer dizer, ela está poluindo há 20 anos. Disse, em 1980, que corrigiria as irregularidades até 2000 e, agora, afirma que o fará até 2010, quando a maioria da população hoje viva que tem as doenças adquiridas em consequência desses problemas já estiver morta, ou a caminho da sepultura, e outros milhares de habitantes tiverem adquirido essas doenças.

E fato mais interessante: a Companhia Vale do Rio Doce, Sr. Presidente, depois de privatizada, transformou-se numa cloaca de sujeira a emporcalhar a cidade de Vitória. Eu esperava que, privatizada, ela melhorasse. Arrependo-me profundamente do meu voto favorável à privatização dessa empresa, pois aí é que ela resolveu perder todos os controles. Ela foi vistoriada em 2001 e apresentou 116 irregularidades, com gases perigosos, enxofre, pó de minério sendo atirados por cima da cidade de Vitória. E até agora nenhuma das 116 irregularidades – um ano e meio depois – foi corrigida.

De que adianta uma prefeitura cuidadosa tratar empresas de auditoria, fazer estudos, pagar para isso, se essas empresas não se atemorizam, não têm medo, não atendem a nenhuma determinação da lei brasileira?

Cito um exemplo interessante. No interior do Espírito Santo, o Prefeito do Município de Pedro Canário resolveu fazer uma barragem para conservação de água para irrigação. Apareceram lá o Ibama, a Seama, tudo quanto é organismo público federal e estadual, a Promotoria Pública, Procuradores, porque ele não tinha tirado uma licença, e embargaram a obra. Era uma represinha minúscula, e para isso apareceu a fiscalização.

Também há pouco tempo, li nos jornais um fato interessante. Há uma maravilhosa reserva florestal no Espírito Santo, em Soretama, ao norte do Estado. Essa reserva florestal é atravessada por uma rodovia, a BR-101, e nela um cidadão atropelou um macaco. Apareceram a Polícia Rodoviária e o Ibama, prenderam o cidadão e o levaram para a delegacia. Ele foi exposto, ridiculamente, a humilhação, porque atropelou um macaquinho que estava atravessando a pista à noite.

Meu Deus do céu, essas empresas atropelam 1,5 milhão de habitantes, dia e noite, com esses efluentes químicos perigosos, e não aparece um procurador, um fiscal, o Ibama, em nenhum momento, durante 20 anos, para verificar isso.

E agora a siderúrgica repete: “Eu ainda vou descumprir a lei durante 10 anos.” Está declarado aqui, por um diretor. Há 20 anos, eles descumprem a lei, e ele disse que durante mais 10 anos – só 10 anos! – vai continuar descumprindo a lei. Faço um apelo aos Procuradores, aos Promotores, ao Ibama – talvez uma autoridade federal pudesse impor alguma restrição.

E veja V. Ex^a o perigo que essas empresas correm. As restrições, há pouco tempo anunciadas pelo Presidente George Bush, ao aço brasileiro, são ameaçadoras, mas os americanos sabem muito bem quando começam a fazer retaliações em circunstâncias que não são o que eles efetivamente querem. De uma hora para outra eles descobrem o problema da poluição e vão dizer: “Os norte-americanos não comprarão mais aço de empresas poluidoras em qualquer parte do mundo.” E, aí, as nossas empresas ficarão numa situação muito difícil.

Mas não temos de apelar para o Bush para resolver um problema interno como esse. O Governo brasileiro, o Ibama, os Procuradores têm a lei brasileira a sua disposição para fazer que essas empresas passem a respeitar a população nos locais onde elas estão estabelecidas.

Sr. Presidente, era essa a solicitação, o apelo e a denúncia que eu queria fazer aqui. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho o mais profundo orgulho de representar o Estado do Acre no Senado. É o ponto mais alto que, modestamente, vem coroar uma vida dedicada ao desenvolvimento econômico e ao progresso social daquela altaneira unidade da Federação brasileira.

Gostaria de poder, sempre que subo a esta tribuna, dizer apenas coisas amenas, agradáveis, coloridas, sobre “ser acreano”, fazer parte da grande família que constrói, no extremo noroeste da Pátria, uma saga de lutas e de vitórias sobre o abandono, o esquecimento e o descaso com que as grandes forças do Centro-Sul insistem em tratar seus interesses.

Mas, infelizmente, em alguns momentos, essa norma de conduta precisa ser adequada à gravidade de fatos que - para desgosto nosso - são os que trazem o Acre, com maior frequência, às páginas da

grande imprensa brasileira e aos debates político-parlamentares.

Há alguns dias, o jornal **A Gazeta**, de Rio Branco, puxou o fio de uma nebulosa meada: um contrato entre o governo do Acre e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, envolvendo US\$132 milhões, destinados a obras e serviços pretensamente voltados para o interesse público. Na última quarta-feira, o editor-chefe daquele importante matutino, o jornalista Jaime Moreira, advertiu os governistas e a sociedade de que tinha em mãos a íntegra do termo de empréstimo. E, indignado, adiantou que o documento previa dois tipos de garantias, financeira e econômica: o primeiro, costumeiro em tais transações, é o aval do Governo Federal; o outro, que causou estupefação geral, é a concessão de quatro reservas florestais do Estado para exploração madeireira.

Não sou contra a tomada de empréstimos pelo governo, desde que efetivamente destinados ao bem-estar coletivo e dentro da capacidade financeira da administração pública, porque toda dívida tem de ser paga. Espera-se, igualmente, que tenham sido obedecidas as salutares regras de respeito aos cofres públicos e não se furtem esclarecimentos à sociedade, tudo dentro dos princípios democráticos.

Espero que minhas palavras sejam recebidas dentro desses princípios democráticos, que ensejam a construtiva cobrança de informações - até mesmo para que não se levantam suspeitas levianas contra um ato da administração pública estadual.

Responder com insultos e tergiversar, à base de calúnias delirantes, não conseguirá eliminar a dúvida central de todo o fato: houve ou não houve irregularidade no encaminhamento das negociações com o BID? O governo do Estado agiu certo ou errado, quando ofereceu terras que não lhe pertencem, a título de garantia? Era preciso, realmente, essa generosa oferta, adicional aos avais do Governo Federal?

Tenho pelos jornalistas acreanos o mais profundo respeito. Com eles convivo há várias décadas, conheço suas dificuldades e admiro a garra com que procuram cumprir a nobre missão; lamento ver alguns deles, seduzidos pela sereias das benesses oficiais, pondo sua pena a serviço de causas pouco dignas - mas, faço questão de enfatizar, lá se encontram alguns dos mais corretos e combativos profissionais da imprensa brasileira.

Em alguns momentos, no jornal O Rio Branco se destaca a coragem com que enfrenta interesses contrariados e, movido pela obstinação dos convictos, desfralda bandeiras e faz graves denúncias; nos últimos dias, o destaque está nas mãos de A Gazeta, com uma série de reportagens sobre o escândalo do contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que citei no início deste discurso.

Na edição de hoje, o jornal de Sílvio Martinello avoca, com inteira justiça, o mérito de ter desvendado o contrato entre o governo do Sr. Jorge Viana e aquela instituição supranacional, ao afirmar, em editorial: "Com o relevante serviço prestado por este jornal, tirando da clandestinidade os termos do empréstimo de US\$132 milhões que o Governo vem pleiteando junto ao BID, é preciso que se abra um amplo e salutar debate junto a todos os segmentos da sociedade sobre fato tão grave, que coloca em questão a soberania do Estado."

E acrescenta:

"uma das cláusulas do contrato prevê a concessão de quatro reservas florestais do Estado, num total de 600 mil hectares, para a exploração madeireira".

Com isso, segue o editorial de **A Gazeta**:

"qualquer empresa que vencer as licitações fincará seus tentáculos sobre um pedaço do território acreano".

Que grupos seriam esses? O próprio editorial os define como "grandes empresas multinacionais", que "formarão um verdadeiro enclave nessas áreas, como se fossem seus quintais".

O jornal **A Gazeta**, do Acre, não se limita à crítica pela crítica. Ao contrário, prova tudo o que afirma, a ponto de reproduzir a íntegra do nebuloso contrato firmado entre o Governo de Estado e o BID - em espanhol, na sua versão original, para evitar até mesmo acusações de erros na tradução para o português. Tenho esse contrato em mãos para qualquer consulta.

Mais abaixo, na mesma gloriosa página 2 do primeiro caderno, reservada aos editoriais e à opinião de pessoas devotadas à vida pública, encontramos a coluna Gazetinhas, hoje aberta com um lembrete, que convida à ponderação e ao equilíbrio. Diz um tópico de Gazetinhas:

"Neste episódio do empréstimo do BID, em nenhum espaço, em nenhuma linha desse matutino, o Exmº Sr. Governador, Jorgeney Viana das Neves, foi

desrespeitado ou agredido. Não foi chamado de desonesto, de ladrão, de pilantra”.

E acentua:

“O único ‘pecado’ deste matutino foi tirar da clandestinidade os termos desse contrato e expor para a opinião pública”.

Rogo à Presidência que o inteiro teor do editorial intitulado “Saindo da Clandestinidade” e da coluna Gazetinhas, ambos estampados na edição desta sexta-feira do jornal A Gazeta, sejam inscritos no Anais do Senado Federal, como parte integrante deste meu pronunciamento, assim como o artigo do jornalista Jaime Moreira, publicado também na data de hoje, sob o título “A verdade em primeiro lugar”, que defende a primazia do jornalismo investigativo e honesto, sacrificando interesses de grupos ou projetos personalistas de poder.

Lerei apenas seu trecho inicial e alguns outros dignos de especial destaque, como se pode constatar:

“Pretendem grupelhos, empenhados em resuscitar métodos vetustos de defesa, confundir a opinião a pública e denegrir, sem sucesso, o jornalismo investigativo que sempre foi característica dominante da linha editorial deste matutino. Politiqueses associados também resvalam para a vala comum do vilipêndio.”

E, novamente, outro trecho do editorial:

“**A Gazeta**, seja quem for o Governador, seja quem for o presidente do Tribunal de Justiça, seja quem for o presidente da Assembléia Legislativa, sempre dá tratamento igual, e com idêntico relevo, à abordagem de ações dos Poderes que possam colidir com os interesses maiores do povo acreano. Nessa defesa intransigente de compromissos reside uma credibilidade que tantas vezes falta a políticos falastrões”.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, a série de reportagens do jornal A Gazeta, do Acre, indica a necessidade de apuração, profunda e imediata, de todos os aspectos nebulosos que cercam a operação de financiamento envolvendo o Governo do Estado e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. E o digo reverenciando o tom elevado em que as denúncias foram formuladas, termos auto-impostos pelos seus editores e repórteres, quando definiram como o fariam:

“Esta reportagem publicada nas edições de A Gazeta de terça e de quinta-feira, revelando toda a verdade sobre o empréstimo solicitado ao Banco

Interamericano de Desenvolvimento (BID), não contém um ataque, um comentário, um parágrafo maledicente. Limita-se a expor fatos e documentos. Deixa para o leitor a análise do conteúdo. Isso é fazer jornalismo, sem motivações políticas, sem ódio, decerto – mas, com toda a certeza, sem medo”.

O desafio, lançado de forma cristalina pelo editor-chefe do bravo jornal riobranquense, exige uma resposta igualmente serena e objetiva, sem xingamentos nem injúrias destemperadas, porque, na realidade, são poucas – porém gravíssimas – as dúvidas postas em debate, como lembra Jaime Moreira. A principal é muito simples e vem calcada nos próprios documentos assinados pela administração estadual: a questão das quatro concessões de florestas, confirmadas por ele próprio em ofício datado de 12 de março do corrente, pedindo ao Incra a doação de uma gleba para atender a “compromissos assumidos com o BID”. E todos os acreanos se perguntam – e perguntam ao governador: “Senhor Jorge Viana: que compromissos são esses?”

Sr. Presidente, gostaria de acrescentar mais alguns dados, na apreciação a respeito desse contrato, ora sendo negociado pelo Governo do Estado do Acre com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Tenho aqui a sua minuta, redigida em espanhol. Chamou-me a atenção, numa primeira leitura, o trecho onde o próprio Banco registra que as ações a serem desenvolvidas pelo Governo do Estado do Acre, aplicando aqueles US\$132 milhões, passarão por amplas discussões com a sociedade estadual, principalmente com os nela envolvidos, como seringueiros, agricultores e índios.

Sim, porque a área que se pretende oferecer como concessão contém também várias reservas indígenas.

Existe outro aspecto carente de estudo criterioso: a gleba em causa, denominada “Paranacre”, é propriedade privada e se localiza nas vizinhanças do meu Município natal, Tarauacá, a meio caminho de Cruzeiro do Sul. Pertencia ao saudoso ex-Senador Altevir Leal, seringalista tradicional no Estado, recentemente falecido, em Brasília, que a havia vendido a um grupo paranaense. Daí seu nome, “Fazenda Paranacre”, mantido pelo atual proprietário, uma empresa cruzeirense.

Nessa gleba existem várias benfeitorias, como campos de pastagens, pista de pouso, construções e gado. Ou seja, para o Incra desapropriar seus 600 mil hectares e repassá-la ao Governo do Estado, te-

ria de indenizar todas as benfeitorias, e também a terra nua, por intermédio de Títulos da Dívida Agrária. Sabedor disso, o Governador está buscando acelerar a desapropriação da área e recebê-la para, finalmente, dá-la em forma de concessão.

O problema é sério, principalmente porque o Governo Federal teria que fazer um investimento de grande porte nessa transação, gastar uma soma vultuosíssima para indenizar a alienação de mais de meio milhão de hectares.

Li declarações do Secretário de Planejamento do Governo do Estado, Sr. Gilberto Siqueira, que afirma ser legal a operação e que a mesma está devidamente instruída, além de que a garantia do empréstimo seria dada pelo Governo Federal, como é rotina nesses casos – afinal, todo empréstimo contratado por Estado ou Município, ou qualquer outra instituição pública, precisa ser afiançada pelo Governo Federal, com a anuência, inclusive, do Senado Federal.

Dizem os governistas do Acre que o contrato será assinado no final de abril. Mas, até agora, esta Casa não teve ciência dos seus termos e, portanto, não poderá autorizar ou não a operação.

Sr. Presidente, estou verificando a presença, na Ordem do Dia desta sessão, de dois projetos que solicitam, respectivamente, autorização do Senado Federal para contratação de operação de crédito do Banco do Nordeste e do BNDES com o BID. Como não há **quorum** para deliberação, ambos os processos constarão da pauta de outra sessão deliberativa. No entanto, esse pedido de empréstimo do Estado do Acre – que não entrou na pauta da Ordem do Dia até hoje – já tem sua assinatura alardeada, pelo Governador, para o final de abril, com a presença em Rio Branco do Presidente do Banco Mundial e do próprio Presidente da República.

Ainda há, porém, muito o que esclarecer.

Por exemplo, o citado Secretário diz que a operação está correta e que o Governo Federal vai dar-lhe o aval. Tais palavras mostram a desnecessidade de o Governo fornecer ao BID, como garantia do empréstimo, a concessão de 600 mil hectares de terra, no Acre, a serem explorados por madeireiras que, hoje, já estão realmente interessadas em montar os seus tentáculos no Estado.

Dizem que essas empresas – originárias da Coréia e da Malásia – já estão extraindo madeira no Pará, no Amazonas, etc., e que agora querem fazer isso também no Acre.

Isso não fica bem, sobretudo para um governo que se autodenomina "Governo da Floresta"!

Como sabem V. Ex^{as}, a logomarca do Governo petista do Acre é "Governo da Floresta". Está colocada não apenas em todos os prédios públicos, nas escolas, nos hospitais, nos postos de saúde, nas delegacias e nas viaturas da polícia, mas também no material esportivo, nas mochilas das crianças, nas camisetetas, nos impressos do Governo. E cita, inclusive, o líder seringueiro, Chico Mendes, falecido há quase 14 anos, que tanto defendia a preservação das reservas vegetais. O que se poderia esperar de um "Governo da Floresta", senão defender a floresta?

Mas é o próprio Governo do PT que está pretendendo oferecer, em garantia de um empréstimo internacional, a concessão de 600 mil hectares de floresta, para ser explorada por madeireiras, certamente estrangeiras.

Isso causa estranheza e exige uma explicação, mais conclusiva e mais adequada, por parte do Governo do Estado do Acre, pois o que se disse, até agora, não satisfaz àqueles que consideram essa operação, além de totalmente desnecessária, prejudicial aos interesses do Estado.

Devemos pesquisar, também, a quantas anda a capacidade de endividamento do Estado – fator antes mensurado pelo Banco Central, mas que, hoje, está incumbido ao Ministério da Fazenda – como etapa indispensável no processo de endividamento de Estados e Municípios, através da contratação de empréstimos internos e externos.

Quero, como sempre, evitar que parem dúvidas sobre minha posição neste episódio. Afirmando que se o Estado tiver capacidade de endividamento para contratar o empréstimo com o BID, se a operação estiver atendendo a todos os requisitos legais e se o Governo Federal se dispuser a oferecer-lhe a devida garantia, votarei favoravelmente a ela. Só não concordo, Sr. Presidente, com a virtual alienação de 600 mil hectares de florestas do nosso Estado, para possibilitar o empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR NABOR JÚNIOR EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Saindo da clandestinidade

Com o relevante serviço prestado por este jornal, tirando da clandestinidade os termos do empréstimo de US\$ 132 milhões que o governo vem pleiteando junto ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), é preciso agora que se abra um amplo e salutar debate junto a todos os segmentos da sociedade sobre fato tão grave, que coloca em questão a soberania deste Estado.

Como foi ampla e didaticamente publicado, uma das cláusulas do contrato prevê a concessão de quatro reservas florestais do Estado, num total de 600 mil hectares, para a exploração madeireira. Ora, qualquer empresa - e tudo indica que serão grandes empresas multinacionais - que vencerem as licitações e obtiverem a concessão para explorar essas áreas, estarão fincando seus tentáculos sobre um pedaço do território acreano. Formarão um verdadeiro enclave nessas áreas, como se fossem seus quintais.

Mesmo que o governo e seus assessores tentem minimizar, tergiversando sobre a questão, os termos do contrato são claros, objetivos, leoninos. Não deixam dúvidas sobre a posse dessas áreas por parte dessas empresas.

Por isso, a necessidade de se provocar o mais amplo debate sobre a questão, para se saber, afinal, se a sociedade acreana quer mesmo isso que o governo está propondo e negociando, por debaixo dos panos, ou se não quer.

Trata-se, inclusive, de uma questão muito susceptível à memória e aos bríos dos habitantes deste Estado, cujos antepassados conquistaram o palmo a palmo esse território, com armas em punho e às custas de muitas vidas.

Evidentemente, que não pode ser uma discussão raivosa, fascista, como o governo está fazendo, a partir do momento em que foi flagrado na clandestinidade. O debate tem que ser livre, aberto, de preferência feito em praça pública e abertamente nos veículos de comunicação. Por menos, naqueles que não se submetem à censura governamental.

Como se disse, este jornal teve o mérito e a coragem de tirar questão tão séria da clandestinidade. Que a sociedade agora estabeleça o debate

GAZETINHAS

* Com a devida vênia dos 37 leitores da coluninha, só alguns esclarecimentos:

* Neste episódio do empréstimo do BID, em nenhum espaço, em nenhuma linha deste matutino, o Exmo. Sr. governador, Jorge Viana das Neves, foi desrespeitado ou agredido.

* Não foi chamado de desonesto, de ladrão, de pilantra.

* O único 'pecado' deste matutino foi tirar da clandestinidade os termos deste contrato e expor para a opinião pública.

* Mas isso, a rigor, não é 'pecado'; é jornalismo da melhor qualidade, da melhor cepa.

* Portanto, alguém de bom senso deveria recomendar ao Exmo. Sr. governador para se acalmar.

* Quem sabe tomar um chá de maracujina ou mesmo um lexotan.

* Ou melhor ainda, uma dose de 'vacina' do sapo Kampô.

* Não há motivos, pois, para tanto ódio, tanto rancor, tantos ataques que ele vem fazendo e patrocinando contra este jornal e seus jornalistas.

* Coisas que, no seu devido tempo, serão passadas a limpo na Justiça.

* Aliás, o Exmo. Sr. governador e alguns de seus assessores deveriam lembrar-se que, quando o então governador Flaviano Melo, elaborou o Projeto Acre, que incluía o asfaltamento das BRs e outras questões polêmicas, convocou uma audiência pública no Palácio Rio Branco.

* Chamou as entidades de classe, desembargadores, deputados, colocando tudo sobre a mesa, para o debate, a discussão,

* O atual secretário de Planejamento deve estar lembrado disso.

* É assim que deveria ser. É assim que deveria funcionar a democracia, que é tão bonita, tão saudável.

* Feio é o ódio, que deve fazer mal à mente e ao coração, ponto parágrafo.

* Em tempo: um bom exemplo de serenidade vem dando o superintendente do Incra, Aldenor Fernandes.

* Apesar dos riscos que corre, não se furtou em vir a público para esclarecer esta questão na parte que lhe toca.

* Assim é que se faz.

* Em tempo: no propósito sempre de bem informar aos seus leitores, A GAZETA está divulgando, em primeira mão, na edição de hoje, integra do contrato do governo do Acre com o BID.

* Sai em espanhol, mas é de fácil compreensão e, desse modo, a sociedade acreana poderá se inteirar de todas as suas cláusulas.

* Um dos pontos que suscita preocupação é o de que boa parte desses recursos serão usados na montagem da máquina burocrática que iria gerir o projeto.

* É aí que mora o perigo.

* Mas isso também não é dogma. É um dos pontos que deve ser discutido. Por que não?

* É o teu, o meu, o nosso, o dinheiro dos nossos filhos que está em jogo, caro leitor.

* Já saímos devendo US\$ 52 milhões aos “gringos”, que vamos ter que pagar.

* Né brinquedo, não!

* Chato é que, com esse imbróglio do BID, a sucessão ficou um pouco de lado.

* Mas o pessoal continua conchavando e tricotando.

* Afinal, abril, mês das desincompatibilizações, está em cima do laço.

- Secretário Municipal de Agricultura, Nicomedes Correia Lima, convidando para a apresentação da Agroindústria de Beneficiamento de Polpas de Frutas Tropicais, amanhã, às 11h, no Pólo Geraldo Mesquita.

PÁGINA 8

A verdade em primeiro lugar

JAIME MOREIRA

Editor chefe

Pretendem grupelhos empenhados em ressuscitar métodos vetustos de defesa que se aprendem nas cartilhas dos regimes totalitários, confundem a opinião pública e denegrir, sem sucesso, o jornalismo investigativo que sempre foi característica dominante da linha editorial deste matutino. Nesses grupelhos se aconchegam quantos assumem ser donos de uma verdade, que a não é, por simplório arremedo de ilusionismo dialé-

tico com que anabolizam a mentira permanente.

Tal jornalismo investigativo pressupõe dosagem incomum da responsabilidade, e discernimento suficiente para separar o trigo do joio. Obedece à tendência de posição permanentemente vigilante e crítica dos atos dos Poderes. Tendência sublimada pelas teorias modernas de Comunicação, e aconselhada a acompanhar, com firmeza, pelos manuais de Redação dos maiores jornais do Brasil e do Exterior. Escapa, porém, à “sapiência” apregoada por velhos companheiros que se profissionalmente se alimentam do auto-elogio, comem do pão da mentirinha – tanto quanto se sabe – jamais completam a refeição com as deliciosas sobremesas do prestígio externo ou de saborosos prêmios de expressão local ou nacional.

Politiquetes associados também resvalam para a vala comum do vilipêndio gratuito. São jogadores ruins e atrevidos. Não levam em conta cartas existentes nas mãos de quem desnuda a empáfia balofa do tiranete de plantão. São danados para esquecer o que não lhes convém, e são danados ainda para mascarar fatos reais. Veja-se, a título de exemplo, a reação tempestuosa dos deputados estaduais Edvaldo Magalhães (do B), Ronaldo Polanco e Naluh Gouveia, ambos do PT, às reportagens de A GAZETA sobre o empréstimo solicitado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pelo governo do estado do Acre.

Vem o trio (que não é elétrico, mas tão somente eletrizado pela ânsia de defender o senhor Jorge Viana) dizer que A GAZETA silenciou quando denúncias semelhantes foram feitas contra o então governador Orleir Cameli (PFL). Ou estão a usar de má fé, ou estão a confundir publicamente serem leitores analfabetos deste jornal. Confirmada a segunda hipótese, que seja então lamentada. Que não seja por isso reproduz-se então aqui a página inteira da edição do sábado dia dois de setembro de 1995, com reportagem elucidativa sobre o empréstimo do senhor Orleir tencionava fazer junto à Móbil Ami, da Colômbia. Quem se der ao trabalho de folhear as edições dos demais veículos de Comunicação impressa que circulavam na época, no Acre, confirmará que A GAZETA foi o primeiro e único jornal a abordar o assunto.

Dito isto e assim exposto, e uma vez que os nobres deputados da Frente Popular perderam, mais uma vez, excelente oportunidade para ficar calados, pelo menos nos cumpre o dever de informá-los: A GAZETA, seja quem for o governador, seja quem for o presidente do Tribunal de Justiça, seja quem for o presidente da Assembleia Legislativa, sempre dá tratamento igual e com idêntico relevo, à abordagem de ações dos Poderes que possam colidir com os interesses maiores do povo acreano. Nessa defesa intransigente de compromissos assumidos para com o Acre reside uma credibilidade que tantas vezes falta a políticos falatórios.

JAIME MOREIRA

A GAZETA cometeu um “crime”

É grande o pandemônio nas cozinhas que atendem às exigências do senhor Jorge Viana, governador do estado do Acre já se perfazem três anos e 80 dias. Todo o reboleio decorre de um “crime” nefando, hediondo, de acordo com o Código Penal próprio de sua excelência e da Frente Popular que serve de alinhavo para a alta costura desenhada na Casa Rosada. Ao fazer jornalismo, e só jornalismo, investigativo, sério, responsável, este matutino infringiu a “legislação” da arrogância totalitária da casta no Poder.

xxx

Esses que foram “meninos do PT” poderiam ser confundidos com outros, os “meninos do Brasil”, clones de vida limitada às belas páginas escritas pelo ficcionista que os criou para consumo apenas dos apreciadores de boa literatura. São, porém, bem mais perigosos até por que de existência real. Sob alguns aspectos parecem herdeiros da carga genética de outros meninos que cresceram e se fizeram homens, sob a enérgica ideologia nazista, ou cegos obedientes da loucura doentia dos czares do comunismo ortodoxo.

xxx

Petulantes por vocação e obedientes por necessidade, atendem a quantas convocações lhes sejam impostas por governante que se vê caudilho, mas não consegue encontrar, nas massas populares, o aplauso caloroso capaz de legitimar-lhe as pretensões. E aí estão de novo os envelhecidos “meninos do PT” a atender ao chamado de sua excelência para formar o pelotão de elite de uma tropa de choque disposta a combater um inimigo errado. Melhor seria, para evitar vicissitudes, apontarem as armas para seus próprios castelos.

xxx

Castelos que hoje são de cartas e desmoronam com espantosa facilidade. Castelos que não resistem aos ventos da verdade, soprados por quem faz jornalismo digno desse nome. Tem-se assim por estapafúrdia a defesa atabalhoada do indefensável, que leva à abertura de outras frentes de batalha, numa fuga desesperada do verdadeiro teatro de operações. Estão com a guerra perdida – por culpa exclusiva de gritantes erros da estratégia que eles próprios elaboram – mas ainda não sabem. Tanto que se refugiam nas trincheiras da calúnia para queimar os últimos cartuchos contra alvos que não têm condições de acertar.

xxx

Esta reportagem publicada nas edições de A GAZETA de terça e de quinta-feira, revelando toda a verdade sobre o empréstimo solicitado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), não contém um ataque, um comentário, um parágrafo maledicente. Limita-se a expor fatos e documentos. Deixa para o leitor a análise do conteúdo. Isso – seja-me perdoada a imodéstia – é fazer jornalismo. Sem motivações políticas, sem ódio, decerto, mas com toda a certeza, sem medo. Lamenta-se que alguns profissionais do ramo que trabalham para o governo não tenham condições de seguir o exemplo.

xxx

Tanto assim é, que tal como está a ser feito pelos deputados e assessores do governo, falam, falam, falam, mas não explicam nada. Tentam desviar o foco das atenções para estafados episódios passados, e ignoram descaradamente o presente. Por isso não abordam questão das quatro concessões de florestas, como não dizem uma palavra sobre esse ofício assinado no dia 12 de março de 2002 – há apenas nove dias – pelo senhor Jorge Viana, pedindo a doação de uma gleba para atender “compromissos assumidos com o BID”. Senhor Jorge Viana: que compromissos são esses?

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Bloco/PPB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há cerca de 15 dias o Senador Paulo Souto, do PFL da Bahia, apresentou um projeto no Senado – que já obteve aprovação nas Comissões da Casa – que tornava desnecessário, a partir de sua aprovação pelo Congresso Nacional, o depósito antecipado obrigatório, em dinheiro, por parte daqueles que têm plano de saúde, convênios ou até mesmo uma autorização, no caso do SUS, para os beneficiários do INSS, para internação em hospitais do nosso País.

É um projeto simples, à primeira vista, mas terá grande repercussão em todo o País. São esses projetos que fazem com que a população realmente receba benefícios do Legislativo, do Congresso Nacional, no caso, do Senado Federal.

Ontem, a Senadora Marina Silva, do PT do Acre, teve aqui em plenário aprovado um projeto de sua autoria que concede licença-maternidade de 120 dias à mulher que adote uma criança. Diante da grande quantidade de crianças abandonadas, que são colocadas ao longo das rodovias, no trânsito das cidades, principalmente das capitais brasileiras, esse é um grande incentivo para a adoção.

Depois de ouvir aqui, hoje, algumas perlungas, algumas futricas, algumas manifestações favoráveis e outras contrárias ao que ocorreu nesta semana, também tive a oportunidade, copiando os bons exemplos desta Casa, de apresentar um projeto simples, mas que, tenho certeza, trará um grande benefício à população: é um projeto que estabelece a devolução de taxas de inscrição em concursos públicos.

Ultimamente, uma quantidade muito grande de concursos públicos vêm sendo realizada, em todos os níveis: federal, estadual e municipal. E isso realmente traz à população, principalmente àqueles desempregados, àqueles que estudaram e continuam estudando para passar em um concurso público. Vi também algumas coisas que me chamaram a atenção e até me causaram certa perplexidade: representantes de órgãos públicos do Judiciário, do Legislativo e do Executivo justificarem que não devolvem o dinheiro pago pela taxa de inscrição de um concurso público porque não têm como retorná-lo à população, pois, muitas vezes, esses recursos são divididos entre os organizadores do concurso.

Portanto, o cenário que se apresentava era o de escassez de oferta de trabalho, tanto no setor público como na atividade privada. A partir do segundo semestre do ano passado, graças a Deus, graças ao esforço dos empresários brasileiros e estrangeiros que acreditam no potencial da nossa economia e, principalmente, graças ao trabalho da equipe do Governo Fernando Henrique, aquela situação crítica começa a mudar, e já se observa o crescimento dos postos de trabalho. Isso ocorre também no setor público. Podemos constatar esse fato por intermédio dos inúmeros editais publicados na imprensa, abrindo inscrições para concursos aos mais variados empregos, tanto na esfera dos governos municipais e estaduais como, e principalmente, no Governo Federal.

Ocorre, todavia, que alguns desses concursos, pelas mais diversas razões, são cancelados ou anulados, sem que seja assegurada aos participantes inscritos a devolução dos valores pagos a título de inscrição.

Ora, sabemos que a maioria das pessoas que se inscrevem para se submeter a um concurso público está desempregada ou pretende a melhoria do seu salário atual. Pensando assim e levando em conta que os valores pagos pelas taxas de inscrição dos concursos são significativos e ponderáveis na renda dos candidatos, estou propondo ao Congresso Nacional o Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2002, que dispõe sobre a obrigatoriedade de devolução das taxas de inscrição em concursos públicos. A anulação ou a não conclusão de concurso público, a qualquer pretexto, é sempre frustrante para os que depositam sua esperança nessa modalidade democrática de acesso a cargos e empregos públicos, devendo por isso, no mínimo, merecer a consideração de receber a devolução dos valores pagos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, espero contar com a compreensão de V. Ex^{as} no sentido da aprovação, a mais urgente possível, do projeto de lei que ora submeto à apreciação dos meus eminentes Pares nesta Casa. O presente projeto visa a coibir eventuais abusos que possam decorrer da anulação ou não conclusão de concursos públicos realizados pela administração pública nas três esferas de governo, assegurando aos participantes inscritos a devolução dos valores pagos a título de taxa de inscrição.

Tenho certeza de que estou propondo a adoção de medida justa por entender que a não efetivação da devolução das referidas taxas constitui ato de improbidade administrativa, nos termos do inciso II do art. 11 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, sujeitando

os responsáveis às penas previstas no inciso III do art. 12 da mesma lei.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta Casa e o Congresso Nacional terão oportunidade de atender a uma necessidade imperiosa de brasileiros que se predispõem a estudar, a lutar e a pagar a inscrição de um concurso público. Foi divulgada em rede nacional, matéria que mostrava que recursos originários de concursos públicos são rateados entre os organizadores dos concursos.

Portanto, Sr. Presidente, tenho certeza de que, mais uma vez, esta Casa e o Congresso Nacional terão oportunidade de demonstrar ao povo brasileiro o que aqui fazemos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste momento está-se decidindo na Europa uma questão muito importante e crucial para o futuro de um diplomata e até da diplomacia brasileira. Trata-se do Embaixador José Maurício Bustani, Diretor-Geral da Organização para a Proscrição de Armas Químicas (Opaq), órgão das Nações Unidas.

Hoje, em Haia, é o último dia que o Conselho Consultivo tem para decidir moção dos Estados Unidos solicitando a destituição do diplomata brasileiro, sob o argumento de que S. Ex^a está desenvolvendo péssimo trabalho na entidade. A moção deveria ter sido votada ontem, mas não foi, apesar da pressão americana. O Governo brasileiro apresentou, no final do dia de ontem, como forma de solucionar as diferenças, proposta para que o diálogo seja restabelecido.

“Os Estados Unidos exigem a renúncia do brasileiro alegando que ele faz “má administração financeira”, está levando a Opaq “ao colapso” e causando a “desmoralização” da equipe técnica da única organização encarregada da destruição e da fiscalização da proliferação de armas químicas no mundo”.

Se o Presidente George W. Bush tem razão - e é S. Ex^a em pessoa que se está envolvendo nisso -, esse diplomata é um irresponsável, está envergonhando a diplomacia brasileira, levando à desmoralização a equipe técnica, por uma péssima administração financeira.

Mas vamos ver o que está acontecendo; vamos ver o que, na verdade, está acontecendo.

Quando nosso Embaixador assumiu a direção, a entidade possuía trinta e cinco países-membros. Hoje, são cento e quarenta e cinco. O Embaixador autorizou que fosse investigada denúncia de que certas armas estariam sendo produzidas dentro dos Estados Unidos. Este país, sentindo-se o rei do mundo, revoltou-se com a decisão tomada por S. Ex^a.

E há outro ponto: no sentido de aumentar o número de países que estão contra a proliferação de armas atômicas e químicas, o Embaixador aumentou – repito - de trinta e cinco para cento e quarenta e cinco os membros de sua entidade. Com relação ao Iraque, o Presidente buscou o diálogo no sentido de que esse país integre esse órgão, faça parte dele, permitindo a sua fiscalização. Isso, sim, foi o que revoltou o americano, porque ele está buscando aliados para bombardear o Iraque, para abrir as baterias, fazer com o Iraque o que fez com o Afeganistão. O americano está nesse esquema. Inclusive, o Vice-Presidente americano promete a legitimidade do Estado palestino e a restituição de todos os terrenos que Israel ocupou. Agora, pela primeira vez, o americano está reconhecendo o Estado palestino e pressionando Israel para que devolva os terrenos ocupados.

É conveniente que se diga que tudo o que acontece no Oriente Médio é da responsabilidade do americano. A responsabilidade é somente de um país: dos Estados Unidos, que têm a força, o poder, agem e, sob a sua determinação, Israel faz o que está fazendo.

Pois o americano quer, e por isso o Vice-Presidente está visitando 16 países do Oriente Médio, que eles aceitem a tese do bombardeio ao Iraque para destituir o seu presidente, em troca da simpatia americana. Enquanto o americano está querendo resolver a questão de que o Iraque teria – tem e deve ter – armas químicas. Enquanto o americano quer ir para o bombardeio, para a luta e o extermínio, o Embaixador brasileiro quer o diálogo, quer encontrar uma fórmula por meio da qual a entidade que ele preside receba o Iraque e receba dele a aceitação da fiscalização feita pela ONU, pela entidade que ele preside. Esse foi o crime que S. Ex^a cometeu. Por isso, o Presidente americano quer a destituição do Embaixador, que tem mais três anos de mandato.

Quero fazer Justiça, Sr. Presidente: o Itamaraty tomou providências positivas. Manifestou-se, prestou solidariedade ao Embaixador e está tentando, junto às outras embaixadas, contrapor-se ao americano. Creio que essa é mais uma jogada dos nossos amigos americanos, a qual, sinceramente, lamento.

Outro dia, em São Paulo – não sei se V. Ex^{as} assistiram – o representante dos negócios americanos no exterior reuniu-se com empresários, brasileiros e estrangeiros e afirmou, com a maior tranquilidade, que tínhamos que entender que eles, os americanos, têm o controle do mundo e, portanto, decidiam de acordo com os seus interesses. Ele não disse exatamente com essas palavras, mas foi esse o sentido. Se é guerra ou se é paz, se é ajuda externa ou não, a decisão é deles. E é realmente o que ele está fazendo.

Todo o Brasil e todo o mundo chorou a queda das torres de Nova Iorque, e todos consideraram necessária uma reação para terminar com o terrorismo. Mas, por amor de Deus, o que o americano fez e está fazendo no Afeganistão, lançando bombas e mais bombas, não é o correto. Na verdade, a indústria bélica americana jamais ganhou tanto dinheiro, nunca esteve tão por cima, nunca recebeu tantas encomendas do Governo como agora. E o mais doloroso, Sr. Presidente, é que estamos vivendo um momento e uma hora em que o americano é o dono do mundo, faz o que quer e encontra apenas uma reação tímida do Mercado Comum Europeu, que tem na Inglaterra representante e defensora dos Estados Unidos.

Mas, na verdade, na verdade, não há, na história da humanidade, um momento como este, em que uma nação é dona do mundo, política, econômica, militar, estratégica e culturalmente. Faz uma lavaagem cerebral nos seus meios de comunicação. Penso que está na hora de os americanos pararem para pensar. O Sr. Bush, que lamentavelmente foi eleito presidente sob a proteção do braço armado que sempre defendeu – ele disse, em campanha que o faria, e, por isso, ganhou as eleições –, deve receber uma reação contrária, para que não fique consolidado, por parte do mundo, o medo e para que ele não fique como dono do mundo.

O que está sendo jogado lá na Europa hoje não é apenas o destino do nosso querido Embaixador. É uma jogada, e se o nosso Embaixador permanecer à frente da entidade, responderá os americanos à altura. O americano, com humildade, terá que reconhecer o seu erro e o seu equívoco. Mas, se ganhar a questão sobre o nosso Embaixador, será mais um ato de prepotência que o fará elevar-se cada vez mais.

Sr. Presidente, este Senador e vários Líderes apresentam, aqui, com base no art. 222 do Regimento Interno, voto de solidariedade ao Embaixador José Maurício Bustani, Diretor-Geral da Organização para Proscrição de Armas Químicas e repúdio à posição do Governo dos Estados Unidos, que vem exercendo

pressões de toda ordem, visando destituir o Embaixador do cargo que ocupa.

Tome-se o discurso que hora profiro da tribuna do Senado como justificativa do requerimento.

Ontem, um requerimento nesse sentido foi aprovado, por unanimidade, no Plenário da Câmara, e chegou às mãos do Embaixador ainda a tempo. Portanto, se for possível, Sr. Presidente, votando ou não o requerimento, solicito pelo menos que a Mesa do Senado – e penso que teria o total apoio dos Srs. Senadores – fizesse chegar lá o pensamento desta Casa, o que, com certeza, seria muito importante para todos nós.

O Sr. Carlos Patrocínio (PTB – TO) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não, nobre Senador. Ouço, com o maior prazer, o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Nobre Senador Pedro Simon, congratulo-me com V. Ex^a pela apresentação desse requerimento de apoio, de apreço, de solidariedade ao nosso Embaixador Dr. Bustani. Acredito que o faço em nome dos outros Senadores. V. Ex^a, em tempo hábil, apresenta esse requerimento, que deverá ser enviado o mais rápido possível. Talvez o fuso horário possa até nos ajudar. Essa providência também foi tomada pelo Corpo Diplomático brasileiro e pela Câmara dos Deputados, por unanimidade, conforme assegura V. Ex^a. Solidarizo-me com a chamada de atenção que V. Ex^a faz ao mandatário supremo dos Estados Unidos. Quero acreditar, eminente Senador, que, onde for, doravante, tomando essas posições, o Presidente Bush receberá, de alguma forma, manifestações contrárias. Vi nos informativos de ontem que ele teria dito que uma eventual manifestação de "terrorismozinho" do Peru não vai intimidar o Presidente dos Estados Unidos, que deverá estar seguindo para lá amanhã. O nosso Embaixador Bustani está justamente tentando negociar, por meio do bom senso e da diplomacia, a inspeção aos arsenais de armas químicas que existem nos países rotulados pelos americanos como terroristas.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Principalmente o Iraque.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – De maneira mais específica no Iraque. Parece que o Presidente americano não está querendo que se busque a paz por métodos mais modernos, métodos de bom senso. Portanto, congratulo-me com V. Ex^a, porque o Embaixador Bustani – não sei se o poderio dos Estados Uni-

dos haverá de afastá-lo – sempre haverá de merecer a solidariedade do Senado Federal.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Exª pelo aparte.

Companheiro de Sergipe, agradeço a V. Exª pela gentileza de ter corrido ao seu gabinete para apresentar a moção da qual falamos.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (PSB – SE) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ouço V. Exª, Senador.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (PSB – SE) – Senador Pedro Simon, felicito V. Exª - falo, creio, em nome da Bancada de Sergipe - pela iniciativa louvável do pedido de voto de solidariedade ao Embaixador José Maurício Bustani, neste momento de incompreensão por parte do governo americano. O Dr. José Maurício não incorreu em nenhuma impropriedade, em nenhum erro, em nenhum equívoco; apenas cumpriu com o seu dever, inclusive exigindo que as instalações militares dos Estados Unidos fossem vistoriadas, como as do Iraque e as de tantos outros países que produzem armas químicas. Os Estados Unidos não se podem considerar donos do mundo, imunes a qualquer fiscalização. Talvez tenha sido esse o motivo principal da arrogância demonstrada pelo governo Bush numa hora em que o mundo inteiro está prestando solidariedade aos Estados Unidos, notadamente quanto àqueles atos de terrorismo que culminaram na morte de tantos americanos, trucidados injustamente pelos terroristas pagos por organizações internacionais. O Embaixador merece a nossa solidariedade. Já a recebeu da Câmara dos Deputados e, por iniciativa de V. Exª, certamente receberá do Senado Federal. Esperamos que o resultado seja positivo na votação em que os Estados Unidos estão pressionando para destituir o nosso Embaixador. Mas fique certo V. Exª de que, qualquer que seja o resultado, ficará a lição de que a prepotência, por maior que seja o país, jamais deve ser exercida como arma de pressão para derrubar quem foi eleito, como o nosso Embaixador, democraticamente para o cargo que ocupa.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Reeleito por unanimidade.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (PSB – SE) – Reeleito, numa prova evidente da sua competência, capacidade e simpatia com que nutre os seus atos. Portanto, parabênizo V. Exª, um Senador que sempre marca presença nos acontecimentos nacionais e internacionais. Meus parabéns!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado pelo carinho manifestado por V. Exª e também pela colaboração para que, juntos, possamos aprovar a moção que foi apresentada.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ouço V. Exª, Senador.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Nobre Senador Pedro Simon, V. Exª aborda um tema da mais alta relevância. Está em jogo a dignidade nacional e, muito mais do que isso, o respeito à autonomia das nações. Não se pode admitir que o mundo tenha um só senhor, que diga o que é justo e o que é injusto, oportuno ou inoportuno, adequado ou inadequado, o que serve ou não. Não se pode admitir essa hegemonia absoluta de uma nação. Corre perigo a humanidade quando um só decide o seu destino. Corremos perigo todos nós quando a guerra ou a paz dependem de uma única potência. Infelizmente, os caminhos da humanidade desembocaram nessa situação e, quando tanto se combateu a existência do bloco, sobretudo do oriente, combateu-se para dar espaço exclusivo à potência americana. É lamentável! É extremamente preocupante, porque hoje o nosso destino de povo livre depende da boa vontade do senhor poderoso. Essa é a realidade. E a cobiça sobre este País imenso - em termos, ao menos, de território - pode também não apenas recair sobre o Embaixador José Maurício Bustani, mas também sobre todos nós, a nossa independência, a nossa soberania, as nossas riquezas, que já não pertencem ao País, mas àqueles que as exploram. Lamentavelmente, chegamos a esse ponto. Mas a história vai além dos séculos, além da ousadia das nações, como Roma, Inglaterra, Alemanha ou, mais antigamente, a Macedônia. O grande Alexandre tinha uma visão mais humanista do que o senhor todo-poderoso da nação americana. Alexandre, o Grande, ao menos, quando no leito de morte, condenado que estava, pediu que o carregassem no ataúde de mãos para fora, para dizer a todos que tinha conquistado o mundo, mas não levava nada consigo, ia de mãos limpas, de mãos vazias. Talvez os senhores de agora não tenham a dignidade de Alexandre em saber que não levarão nada, que deixarão tudo e irão de mãos vazias prestar contas ao Senhor do universo. Parabéns a V. Exª! Solidarizo-me com o Embaixador, com o País e com o discurso de V. Exª.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.

O Sr. Artur da Távola (Bloco/PSDB – RJ) – Senador Pedro Simon, permite-me um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

O Sr. Artur da Távola (Bloco/PSDB – RJ) – Apenas para solidarizar-me com V. Ex^a e dizer que conta V. Ex^a com a minha assinatura na moção que apresenta a esta Casa. É uma iniciativa que representa o pensamento brasileiro tão bem encarnado sempre em V. Ex^a. Ainda quando tenhamos as oportunidades de discordância, como há pouco, nos une essa mesma emoção, esse mesmo sentido patriótico que V. Ex^a tripula com tanta acuidade, com tanta seriedade.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É com muita alegria, Sr. Senador, que afirmamos que a diplomacia brasileira - o Itamaraty - tomou todas as providências no sentido de prestigiar o nosso Embaixador e contatar os outros países para costurar a rejeição à proposta americana.

Se nós ganharmos – e tenho a convicção de que vamos ganhar –, será uma vitória da diplomacia brasileira. E até quero fazer justiça: tivemos outra vitória quando o Ministro da Saúde, José Serra, conseguiu que o pacote anti-Aids tivesse seu uso internacionalizado, o que o americano não queria reconhecer. Foi uma vitória brasileira memorável na ONU, da maior importância e de maior significado. E creio que, em curto espaço de tempo, teremos uma outra vitória, mais importante ainda, porque dessa vez trata-se de uma decisão que reflete o pensamento do mundo, que respeita o americano, que tem muito carinho por ele, que sabe do seu poder e da sua força, mas pensa que não pode ser só o americano; o mundo tem outros países que devem ser respeitados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

É o seguinte o requerimento a que se refere o Senador Pedro Simon em seu pronunciamento:

REQUERIMENTO Nº 111, DE 2002

Requeiro, com base no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de solidariedade ao Embaixador José Maurício Bustani, Diretor-Geral da Organização para Proscrição de Armas Químicas (OPAQ), e repúdio à posição do Governo dos Estados Unidos que vem exercendo pressões de toda ordem visando destituir o Embaixador do cargo que ocupa.

Tome-se o discurso que ora profiro da tribuna do Senado Federal como justificação do requerimento.

Sala das Sessões, 22 de março de 2002. – Senador **Pedro Simon**, PMDB – RS – **Artur da Távola** – **Antonio Carlos Valadares** – **Amir Lando** – **Carlos Patrocínio**.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Senador Pedro Simon, a Mesa solidariza-se com o pronunciamento de V. Ex^a e tomará as providências para encaminhar tanto o requerimento quanto o pronunciamento de V. Ex^a ao Ministério das Relações Exteriores a fim de registrar a posição do Senado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PTB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de iniciar a abordagem que pretendo fazer nesta manhã, gostaria de dizer, como Líder do Partido Trabalhista Brasileiro nesta Casa, que, em que pese algumas notas jornalísticas de que o Partido Trabalhista Brasileiro também estaria se aproximando do Governo, principalmente nesta hora, em que existem vários cargos a serem preenchidos com a debandada do Partido da Frente Liberal, em que pesem essas notas e essas afirmações constantes de alguns jornais, o Partido Trabalhista Brasileiro pertence a uma pré-coligação, a uma intenção de permanecer firme no apoio à candidatura do ex-Governador e ex-Ministro Ciro Gomes, juntamente com o PDT e o PPS, que é o Partido do nosso candidato a Presidente. O nosso Partido tem dado demonstrações cabais de que não pretende arredar pé dessa determinação, tanto é que instalou em Brasília uma espécie de pré-comitê, uma estrutura física, para que o candidato a Presidente Ciro Gomes pudesse atender às inúmeras demandas que existem numa pré-campanha eleitoral.

Mas o PTB também reafirma, Sr. Presidente, o apoio a todas as proposições do Governo de interesse do Brasil e conclama os diversos partidos para que votemos – e agora já não é uma atribuição tão urgente do Senado, porque a Câmara ainda não conseguiu esgotar a votação da PEC da CPMF – com urgência, porque sentimos que essa postergação está acarretando prejuízos aos cofres públicos.

Enquanto Líder do Partido Trabalhista Brasileiro, afirmo que, cada vez mais, está consistente a pré-coligação entre o PDT, o PTB e o PPS. Não me importo com as pesquisas de maneira alguma, até porque, dentro de poucos dias, será instalada uma CPI para apurar as pesquisas de intenção de votos. Muito se tem lamentado nesta Casa os erros crassos cometidos por essas pesquisas. Estamos convictos de que o cidadão, o ex-Governador e pré-candidato a

Presidente da República Ciro Gomes está, sim, crescendo, cada vez mais, no conceito da população brasileira.

Sr. Presidente, eu gostaria de falar sobre o projeto de decreto legislativo que seria votado hoje e manifestar a minha posição pessoal e a do Partido.

Segundo a Constituição:

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional

.....
V – sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;...

Está claro que o decreto legislativo é instrumento hábil para sustar ato normativo do Poder Executivo e não do Poder Judiciário, no caso, do Tribunal Superior Eleitoral.

Esse dispositivo constitucional é de caráter excepcional, pois atribui ao Congresso Nacional competência que não se inclui entre aquelas que são características do Poder Legislativo, a saber as de elaborar leis, fiscalizar e controlar. O dispositivo, ao permitir certa intromissão do Poder Legislativo na área de competência do Poder Executivo – a de expedir decretos e regulamentos para a fiel execução das leis, prevista no inciso IV do art. 84 da Carta Magna –, tem que ser interpretado restritivamente, jamais extensivamente. É princípio elementar do Direito que não cabe interpretação extensiva a normas de caráter excepcional, normas – eu diria – restritivas. Portanto, o Poder Legislativo só tem competência de sustar normas do Poder Executivo que exorbitem das suas funções.

Ao se pretender sustar ato do Poder Judiciário, com base no art. 49, inciso V, está-se *ampliando* o que ali está escrito: atos do Poder Executivo. A leitura de um dispositivo de direito excepcional tem de ser *estrita*; não se pode alterar o que está escrito.

Discordo do entendimento de que a norma que se pretende sustar – o § 1º do art. 4º da Resolução nº 20.993, de 26 de fevereiro do corrente ano, do Tribunal Superior Eleitoral – seja lei. É óbvio que se trata de uma norma infralegal, de caráter complementar e interpretativo, baixada com base no art. 105 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que “estabelece normas para as eleições”.

Não se pode, pois, invocar contra ela o art. 16 da Constituição: “A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se apli-

cando à eleição que ocorra até um ano da data da sua vigência”. É isso o que estabelece o art. 16 da Constituição Federal.

Admitamos, contudo, que o dispositivo incriminado possa ter a configuração de lei, em sentido material. Nesse caso, caberia ao Congresso Nacional, nos termos do inciso XI do já referido art. 49 do Estatuto Supremo, “zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa de outros Poderes”.

De que forma deve o Congresso zelar pela preservação de sua competência legislativa em face de suposta invasão de outro Poder na sua esfera de atribuição?

Caberia ao Congresso Nacional estudar duas medidas, a saber:

1ª) o recurso extraordinário, nos termos do art. 102, inciso III, alínea “e”, assim redigido:

Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: ... III) julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida: a) contrariar dispositivo desta Constituição...

Isso por ter, supostamente, ocorrido violação ao art. 16 da Constituição, na decisão da Consulta nº 715, em face da faculdade outorgada pelo § 3º do art. 121.

2ª) ação direta de inconstitucionalidade, em face da resolução do TSE, nos termos do art. 103, inciso II, segundo o qual podem propor ação de inconstitucionalidade, entre outros, a Mesa do Senado Federal. E aqui estava tramitando uma ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, a qual não sei se foi adiante.

Entretanto, vários partidos políticos já tomaram a iniciativa de propor a Adin. O Supremo Tribunal Federal já solicitou informações ao TSE, informações necessárias à instrução do processo; não há dúvida de que o Guardião Supremo da Constituição cumprirá o seu papel, preservando-se a independência e harmonia dos Poderes da União.

Portanto, parece-me que não seria um decreto legislativo o melhor meio para instarmos o Supremo Tribunal Federal. Além do mais, o projeto de decreto legislativo...

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PTB – TO) – Terminarei o meu pronunciamento para que V. Exª tenha mais condições de apartear, até porque vou citar o seu nome.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Oportunamente, eu gostaria de apartear o discurso de V. Ex^a, porque vou abordar um outro tema, posteriormente, na tribuna.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PTB – TO) – Está certo.

Além do mais, Sr. Presidente, parece-nos que esse projeto de decreto legislativo não estaria dentro das normas de técnica legislativa, tanto é que o eminente Senador Amir Lando, Relator dessa matéria, apresentou um substitutivo. Da maneira como se expressou o eminente e douto Líder do PMDB nesta Casa, pareceu-nos mais – e assim parece para nossa assessoria jurídica – que se estaria deliberando sobre um projeto de lei. E, dessa forma, esse projeto de lei – aqui apresentado como projeto de decreto legislativo – teria que se submeter à sanção do Presidente da República.

O eminente Senador Amir Lando, Relator dessa matéria, apresenta um substitutivo que, aí sim, seria, pelo menos sob o ponto de vista de técnica legislativa, aquilo que se podia esperar do Senado Federal.

Concedo o aparte ao eminente Senador Amir Lando.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – É evidente que é difícil buscar-se a unanimidade de conceitos e de convicção. Num primeiro momento, também tivemos uma certa dificuldade de encarar essa matéria sob o ponto de vista do decreto legislativo, mas, tão logo a resolução foi editada pelo TSE, a que trata da verticalização, especialmente o art. 4º, §1º – não sei de cor o número, mas V. Ex^a tem aí a referência –, ensaiou-se uma tentativa legislativa. Não há dúvidas de que há um poder regulamentar do TSE, em termos de eleições, mas ele tem que ser **intra legis**, dentro da lei, não pode extrapolá-la. E, sobretudo, quando inova, fá-lo de maneira cabal, insofismável; não há quem não questione que houve, nesse caso, uma modificação radical. Em consequência, tem que se buscar a restrição estipulada no art. 16 da Constituição, que traz uma vedação ao Poder Legislativo, no sentido amplo de lei que se dirige ao processo eleitoral. Então, o que se quer, o que quer o Constituinte? Que não se alterem as regras do jogo já no curso do processo, porque entenda-se, aqui, que o constituinte preservou um ano de intocabilidade da legislação eleitoral, ao menos para o pleito que se realize no prazo de um ano. Ora, nessa circunstância, quando houve essa modificação, feriu-se a

Constituição. No meu entender, houve usurpação da capacidade legislativa do Congresso. É importante, também, o decreto legislativo para essa finalidade, para coibir e sustar. Diz o art. 49, V, da Constituição que é da competência exclusiva do Congresso Nacional sustar os atos de caráter normativo do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa. Por outro lado, no inciso XI, há referência a essa capacidade regulamentar de outros Poderes. Então, veja V. Ex^a que, combinando-se os dois incisos do art. 49, dá-se ao Congresso a oportunidade de repelir esse ato. A forma que a Constituição estabelece é sustar. Então, o decreto legislativo é um instrumento apropriado, adequado, bastante em si, suficiente para coibir os excessos. Nessa linha, o raciocínio – quero tranquilizar V. Ex^a, embora seja seu o direito de permanecer inquieto quanto a essa questão – é o da liberdade de cada um, é o da consciência de cada um. Jamais alguém, do ponto de vista contrário, pode impor, mas, só para deixar claro, nesta Casa, mais uma vez – e, quanto a isso, posso citar o escólio de vários autores –, devo dizer que realmente essa matéria causa uma estranheza, uma surpresa, porque ela é nova, foi introduzida na Constituição de 1988. Não há uma jurisprudência remansosa e tranqüila a esse respeito, mas já tentei levar adiante aqui alguns projetos que visavam coibir a invasão de competência que o Poder Executivo operou contra o Congresso. A verdade é que neste Congresso sempre houve uma certa genoflexão à vontade dos outros Poderes. O Congresso nunca zelou de maneira rígida pelas suas competências. As Cortes portuguesas, por exemplo, zelavam mais pela sua competência, e elas eram uma caricatura de parlamento. As Cortes zelavam a tal ponto pela sua competência – como disse Rui, citando um exemplo fantástico –, que reagiram com palavras ríspidas à usurpação de competência pela figura do rei português. Veja V. Ex^a que é uma tradição, nos outros parlamentos, zelar pela competência. Infelizmente, aqui sempre passaram em brancas nuvens as invasões, as incorreções praticadas pelos outros Poderes, no que se refere à competência legislativa. Rui dizia: “Só o Congresso legisla”. É evidente que temos que zelar, exceto nas situações delegadas, como no caso das medidas provisórias, pela nossa competência. Esta é uma tentativa de fazê-lo. Devo dizer que essa é a concepção mais elementar que tenho dessa matéria. Poderia citar vários doutos, inclusive para que aqueles que nos estejam ouvindo possam entender, mas,

numa linguagem de comunicação, eu diria que o decreto legislativo me parece suficiente.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PTB – TO) – Agradeço a V. Ex^a, eminente Senador Amir Lando, o seu aparte. Evidentemente, não vou ousar polemizar com V. Ex^a, um dos mais iluminados juristas desta Casa, mas quero me solidarizar com o Tribunal Superior Eleitoral. Todos os Líderes partidários com assento nesta Casa estiveram lá bem antes do exame da matéria por aquela Corte. Manifestamos ao Presidente do TSE, Ministro Nelson Jobim, a preocupação e apreensão que reinava no âmbito do Congresso Nacional acerca de uma possível interpretação que pudesse alterar o processo eleitoral. Mas aí, nesse caso, temos que aceitar a decisão final dos doutos membros integrantes daquela Corte Suprema do processo político e eleitoral do nosso País.

Conforme já disse, avaliamos que, em que pesem várias ações perante o Supremo Tribunal Federal para que surta eficácia a instrução da normativa da resolução do Tribunal Superior Eleitoral, deveria existir no País uma norma semelhante a essa, uma norma que considerasse o partido político verdadeiramente como nacional.

Por isso, penso que o Tribunal Superior Eleitoral, embora tenha decidido de maneira extemporânea ou intempestiva, deu o primeiro passo para a verdadeira reforma política, para as cláusulas de barreira que tanto precisamos implantar em nosso País para acabar com essa balbúrdia partidária existente atualmente.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Carlos Patrocínio, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Peço ao eminente Senador Mozarildo Cavalcanti, nosso ilustre 1º Secretário em exercício, que reassuma a Presidência, tendo em vista que irei fazer um discurso em homenagem à cidade de Aracaju.

O Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a população de Aracaju, capital do Estado de Sergipe, viveu a festa de aniversário no último domingo, 17 de março. Foi uma festa de 147 anos de história, superando dificuldades, enfrentando desafios naturais, construindo uma cidade moderna, planejada, capaz de ser o lugar ideal para uma vida feliz.

Aracaju nem sempre foi a capital. Desde os primeiros tempos da conquista e até o dia 17 de março de 1855, a capital era a vetusta cidade de São Cristóvão, fundada em 1590 pelo Governador interino do Brasil, Cristóvão de Barros. O nome não foi, como se poderia supor, uma homenagem ao santo, nem mesmo ao conquistador, mas ao Vice-Rei da Espanha em Portugal, Dom Cristóvão de Moura, homem de prestígio durante o domínio espanhol, de 1580 a 1640.

São Cristóvão viveu o Fausto da Capitania de Sergipe, com seu casario colonial, seus templos, monumentos, que ainda hoje dão à paisagem um aspecto artístico inconfundível, comparável ao das cidades históricas de Minas Gerais e de outras partes do Brasil, como documento fiel de uma arquitetura inconfundivelmente luso-brasileira.

São Cristóvão, no entanto, não tinha um porto em condição de escoar a produção açucareira sergipana, nem mesmo estava situada no vale mais fértil da cana-de-açúcar. Tais limitações exigiram do Presidente da Província, à época Inácio Joaquim Barbosa, a definição de erigir uma nova capital para Sergipe.

O então povoado de Aracaju, com seu encapelado de Santo Antônio, mereceu a preferência do Presidente e dos políticos com clara influência na administração local, como o Barão de Maroim. No dia 17 de março de 1855, o Presidente Inácio Barbosa assinou a Resolução I, que transferia a capital sergipana de São Cristóvão para Aracaju. Uma forte reação tomou conta de Sergipe. O território inóspito, cortado de riachos pantanosos, fonte de doenças, como as febres palustres, servia de mote para os adversários da mudança.

O Presidente Inácio Barbosa não recuou: contratou serviços de engenheiros militares e deu seguimento ao seu projeto, planificando uma cidade moderna, riscada na prancheta, com quadras simé-

tricas, ruas com trechos de cem e cento e dez metros, com praças intercaladas, projetadas à margem direita do rio Sergipe, nos demais sentidos. Aracaju, a partir de 1855, repetia a experiência de Terezina, no Piauí, a primeira cidade planejada, para ser capital, em lugar de ojeiras.

Desde os primeiros tempos, Aracaju adquiriu uma vocação de cidade de convergências, como caixa de ressonância da população de todo o Estado, abrigando o funcionalismo público, transferido de São Cristóvão, quando os poderes mudaram.

Sanear e embelezar a cidade tem sido a prioridade permanente dos administradores da capital sergipana, desde que o Presidente da Província perdeu a própria vida, vitimado pelas febres que grassavam na nova cidade. Bairros inteiros foram construídos, dilatando o projeto original, executado sob a responsabilidade do capitão dos engenheiros Basílio Pirro.

Sempre bonita, alegre, atraente, Aracaju viu Sergipe crescer, sendo o porto para exportação dos produtos da riqueza sergipana, do mesmo modo como recebeu mercadorias de vários portos do mundo, para o consumo da população sergipana. Navios, trens, caminhões alternaram-se no transporte de bens e de gente, marcando Aracaju como destino, como praça, como porta de contato com Sergipe.

Vivendo episódios marcantes, como os torpedamentos dos navios mercantes por um submarino alemão, em agosto de 1942, Aracaju superou sua comoção, produzindo uma consciência política, que ainda hoje conserva como elemento identificador de suas posições. O drama da guerra, que mobilizou a partir de Aracaju toda a população do País, teve efeitos imediatos de clara manifestação política: o candidato a Presidente da República pelo Partido Comunista Brasileiro, em 1945, o engenheiro Iêdo Fiuza, foi o mais votado dos candidatos na capital sergipana; Luiz Carlos Prestes venceu; na disputa para o Senado, as mais importantes figuras sergipanas, como Graccho Cardoso, Firmo Freire, Durval Cruz e Augusto Maynard Gomes.

Aracaju jamais perdeu essa consciência política e ideológica, conquistada na adversidade. Aracaju tem decidido eleições e tem dado o exemplo de suas escolhas, diferentemente dos demais Municípios do Estado de Sergipe, com raras e honrosas exceções.

Cidade em ritmo acelerado de crescimento, Aracaju recebe a influência dos grandes centros urbanos, constrói condomínios e bairros inteiros de edifícios de apartamentos, sem, no entanto, comprometer o seu traçado, preservando áreas de mangues, fixando gabarito para os prédios em zonas praianas, conservando os exemplares mais representativos da sua arquitetura eclética.

No último domingo, Sr. Presidente, no meio da festa, a cidade ganhou de presente o Teatro Tobias Barreto – casa de espetáculo para 1,3 mil pessoas, construída de acordo com moderno projeto, iniciado no Governo de João Alves e terminado no Governo atual, de Albano Franco –, que coloca a capital sergipana na lista das mais bem dotadas em equipamentos artísticos e culturais.

Sergipe tem essa característica de proteger a arte e a cultura pelos mais diversos governantes, honrando a tradição de tantos e tão ilustres varões sergipanos, como o próprio Tobias Barreto, escolhido para dar seu nome ao teatro agora inaugurado.

É um belo presente, à altura da aniversariante Aracaju, que dará aos artistas e aos produtores culturais as oportunidades necessárias ao fluxo criativo, que mais e mais elevará Aracaju à condição de uma grande cidade brasileira, para alegria e orgulho de todos os que nasceram ou vivem na capital de Sergipe.

O Sr. Carlos Patrocínio (PTB – TO) – Permitte-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Com muito prazer, concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Carlos Patrocínio (PTB – TO) – Congratulo-me com V. Ex^a neste momento em que enaltece as qualidades da querida Aracaju, que, segundo V. Ex^a afirma, ainda será uma grande cidade brasileira. Quero dizer que Aracaju já é uma grande cidade do Brasil, é maior ainda pelo seu clima acolhedor. Enalteço o discurso de V. Ex^a ao comemorar o 147º aniversário de Aracaju, cidade da qual tenho muitas saudades. A minha querida irmã lá mora já há algum tempo; faz uns cinco ou seis anos em que ela insiste que eu vá lá. Com certeza, haverei de ir para também ajudar a comemorar o aniversário dessa cidade, que é uma das mais acolhedoras de nosso Brasil.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Senador Carlos Patrocínio, o aparte de V. Ex^a muito me emociona, porque todos sabem

do acendrado amor que tenho pela capital Aracaju. Nasci em Simão Dias, no semi-árido sergipano, mas, em Aracaju, criei meus filhos, formei-me advogado e químico industrial. Na realidade, tenho grande parte da minha vida dedicada à querida cidade de Aracaju, a nossa capital.

Não poderíamos, Senador Carlos Patrocínio, deixar na omissão o aniversário de uma cidade que hoje é modelo para o Nordeste brasileiro – modelo que, acima de tudo, pontifica pela sobriedade de seus administradores, pelo compromisso que assumiram, perante a comunidade, de bem dotá-la com equipamentos sociais, grandes parques e avenidas. Enfim, é uma cidade pacata, onde, felizmente, a violência não atingiu o nível nem o percentual dos grandes centros urbanos do nosso Brasil.

Peço a Deus que Aracaju, quando completa seus 147 anos, mantenha-se sempre bonita, altaneira, pacífica e acolhedora, como V. Ex^a se referiu.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Amir Lando, próximo orador inscrito.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez, volto a esta tribuna para abordar a questão fundiária nacional, sobretudo no que se refere à legislação que alterou substancialmente a competência da União nos Estados Federados.

Em primeiro lugar, devo dizer que há equívocos. Infelizmente, a reforma agrária não se faz na mídia; faz-se de fato, realizando a distribuição da terra.

Lembro-me de que, quando havia essa discussão inicial da reforma agrária, na década de 60, participei, jovem ainda, de um evento estudantil em São Paulo e, passando por determinado bairro, vi um monte de terra e uma placa: "Aqui começa a reforma agrária. Dá-se terra". Realmente, aquela placa tinha um pouco de sarcasmo, mas refletia uma realidade. É preciso distribuir a terra, não apenas títulos, papéis. É preciso assentar os braços sem terra nas terras sem braços. Isso foi dito ainda pelo General Figueiredo na Transamazônica.

O que queremos, Sr. Presidente, é que se deixe de resolver as questões nos gabinetes, que se troquem tapetes e salas pela realidade cruel, em que a violência não é apenas a do ano que passou,

de 14 vítimas nos conflitos de terra. No meu Estado de Rondônia, conheço bem não muito mais de 30 casos de mortes advindas da luta pela terra. Em Jacilândia, às margens do Jaciparaná, de uma só vez foram ceifadas oito vidas. Um escândalo, tanto quanto os de Carajás e Caramuru, mas que ficou encoberto pelo véu escuro e perverso da indiferença. À indiferença de todas as autoridades e da mídia, a minha desconformidade, manifesta nesta tribuna naquele momento. Apenas isto: o meu registro calado nos Anais. Nada mais, Sr. Presidente.

Ainda recentemente, nessa mesma região, um cidadão foi esquartejado. Uma outra vítima, depois de esquartejada, ensacada e pendurada ao longo da vereda, por onde deveriam passar outros sem-terra, outros que anseiam por terra e latifúndio para saciar a fome eterna das vidas raquíticas e famintas.

É isso que se observa e, no entanto, não se registra. E o que não aparece na mídia não passa a ter existência. A insensibilidade, o silêncio e o esguio olhar deixam esses fatos no desconhecimento, no esquecimento, enfim, no descaso.

Mas o que fazer diante de tanta insensibilidade? Será que vamos continuar a não nos envergonhar dos acampamentos de sem-terra? Muitos, até com motivação política, sim, mas pela falta de ação do Poder Público, que não dá a chance de um trato de terra para que esses brasileiros possam plantar e colher.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil é imenso em termos de território. As terras são muitas, sobretudo as terras públicas, as terras devolutas da União. No Estado de Rondônia, até a edição da Carta de 1988, a maioria das terras pertencia à União. E não se lhes dá uma destinação social, conforme alude o Estatuto da Terra e também a Constituição. Pelo contrário, num processo escabroso de interesses escusos, elas vão sendo regularizadas e tituladas em grandes partidas, usando-se os "laranjais", ou seja, pessoas que emprestam o nome para a multiplicação dos hectares e a formação de latifúndios à custa da terra pública – essa terra que deveria ser distribuída, que deveria servir para realizar a justiça social, que é dar a todos um pouco do seu e de cada um, dar a todos um pouco dessa terra que pertence à Nação brasileira.

Em vez de se dar uma destinação social à terra, o que se faz é possibilitar a formação de latifúndios. E não há licitação, como as que o Incra promo-

veu em Rondônia em 1972 e 1974. Não, utiliza-se essa forma escamoteada do "laranja", que nada mais é do que a plantação onde viça, com o cio tropical, a ilegalidade, a delinquência e o enriquecimento ilícito.

Por isso, Sr. Presidente, aqui quero chamar a atenção dos Governadores da Amazônia como um todo, e sobretudo do Governador do Estado de Rondônia, para dizer que o Decreto-Lei nº 1164, de 1971, declarava de interesse para a segurança e o desenvolvimento nacionais as faixas de 100 quilômetros de cada lado das rodovias federais, e que a partir da edição do Decreto-Lei nº 1933 o interesse nacional com a segurança e o desenvolvimento foram revogados. E, conseqüentemente, devolvidas as terras, até então havidas como devolutas da União, para as respectivas unidades federadas, vale dizer, para os respectivos Estados.

Mas o que sucede, Sr. Presidente? O texto – que não passo a ler – do Decreto-Lei nº 1933, de 25/11/87, preservava uma competência residual, de certa forma ampla e geral, da União Federal. Porque todas as situações jurídicas constituídas – e na definição, na interpretação dada pelo próprio legislador, a chamada interpretação genuína –, o legislador estabelecia o que eram tais situações e chegava à situação de um mero requerimento, uma pretensão qualquer, uma postulação, inconsistente que fosse, apropriar-se das terras públicas.

Sr. Presidente, é preciso que os Governos estaduais entendam que esse decreto-lei não foi recepcionado pela Constituinte e pela Constituição.

Na forma do art. 25 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, verificamos que:

Ficam revogados, a partir de cento e oitenta dias da promulgação da Constituição, sujeito este prazo a prorrogação por lei, todos os dispositivos legais que atribuam ou deleguem a órgão do Poder Executivo competência assinalada pela Constituição ao Congresso Nacional, especialmente no que tange a:

I – ação normativa;

II – alocação ou transferência de recursos de qualquer espécie.

E aí o §1º, que nos interessa sobretudo:

§ 1º Os decretos-leis em tramitação no Congresso Nacional e por este não apreciados até a promulgação da Constituição terão seus efeitos regulados da seguinte forma:

I – se editados até 2 de setembro de 1988, serão apreciados pelo Congresso Nacional no prazo de até cento e oitenta dias a contar da promulgação da Constituição, não computado o recesso parlamentar;

II – decorrido o prazo definido no inciso anterior, e não havendo apreciação, os decretos-leis ali mencionados serão considerados rejeitados;

§ 2º Os decretos-leis editados entre 3 de setembro de 1988 e a promulgação da Constituição serão convertidos, nesta data, em medidas provisórias...

Adota-se já essa fórmula.

Quero dizer a V. Exª e sobretudo aos Governos estaduais que os decretos-leis que não foram recepcionados, automaticamente não tiveram mais vigor, e essas disposições que ainda resguardavam uma competência residual aos Estados, com a edição da Constituição e, sobretudo, com a expiração dos prazos estipulados no art. 25, acabaram por ser revogadas **in totum**.

Logo, Sr. Presidente, vale dizer que, a partir da nova Constituição e a partir sobretudo da edição do Decreto-Lei nº 1933, de 25/11/87, cabia aos Estados dispor sobre esse patrimônio territorial, excluído aquele situado na faixa de fronteira, ou seja, na faixa de 150 quilômetros a partir da linha divisória com outros países. E ainda preservou-se à União as terras de marinha, ou seja, aquelas situadas ao longo da costa brasileira.

A idéia de preservar no âmbito da União as terras devolutas situadas ao longo das fronteiras decorre ainda da primeira Constituição republicana, fruto de uma emenda de Júlio de Castilhos, que, ao defendê-la naquele Congresso constituinte, definiu-a como grande anelo, o grande abraço para manter a unidade nacional.

Essa idéia ainda hoje guarda uma razão de ordem prática. Ainda hoje, a unidade nacional mantém esse laço extremo por intermédio dos terrenos de marinha e da faixa de fronteira, onde as terras devolutas, sobretudo, e a ingerência da União, para a segurança nacional, se manifestam de forma excepcional.

Sr. Presidente, por isso é importante que os Estados federados – alerta o Governador do meu Estado, José de Abreu Bianco, sobretudo – tomem providências no sentido de gerenciar, de administrar o patrimônio devoluto estadual, a fim de que a pro-

priedade pública cumpra a sua função social, estipulada na Constituição Federal e no Estatuto da Terra.

Também julgo importante não perder de vista a função social da propriedade, que é fazer dela um instrumento da justiça social, um bem de produção e não um bem meramente especulativo. A terra não deve ser uma reserva de valor fundiário, mas devemos dar-lhe, sim, uma destinação, para que se extraia dela o que está apta a oferecer, principalmente para distribuir alimentos para os milhares e milhares de brasileiros que não têm um pedaço de terra para plantar; mais do que isso, para produzir, progredir e desenvolver-se econômica e socialmente.

Assim, não pensemos que a reforma agrária acontecerá na mídia, no papel e nos discursos. É preciso descer a essa realidade atroz onde os conflitos se multiplicam, em que a luta pela terra e pela vida, muitas vezes, leva a vida de milhares e milhares de brasileiros sem um justo motivo, só e exclusivamente pela ousadia de desejarem eles viver. Nada mais do que o impulso vital os anima.

Sinto, Sr. Presidente, que o tempo se esgotou.

Agradecendo a tolerância de V. Ex^a, quero fazer um agradecimento pela existência aos Anais, que, mais uma vez, vão registrar o meu discurso.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – A Presidência lembra ao Plenário que comparecerá ao Senado, no próximo dia 2 de abril, às 15 horas, S. Ex^a o Ministro das Relações Exteriores, Senhor Celso Lafer, atendendo à convocação feita nos Requerimentos nºs 53 e 54, de 2002.

As inscrições para interpelações ao Sr. Ministro estão abertas na Secretaria-Geral da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – A Presidência lembra ao Plenário que comparecerá ao Senado, no próximo dia 16 de abril, às 15 horas, S. Ex^a o Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Senhor Sérgio Silva do Amaral, atendendo à convocação feita nos Requerimentos nºs 51 e 52, de 2002.

As inscrições para interpelações ao Sr. Ministro estão abertas na Secretaria-Geral da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Em virtude da falta de **quorum** em Plenário para o prosseguimento da sessão, fica sobrestada a Ordem do Dia de hoje.

É a seguinte a Ordem do Dia cuja apreciação é sobrestada:

1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 6, DE 2002

(Em regime de urgência – art. 336, II, do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 61, de 2002)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2002, de autoria do Senador Renan Calheiros, que *dispõe sobre as eleições gerais de 2002*.

(Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Amir Lando).

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 152, DE 2001

(Em regime de urgência – art. 336, II do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 50, de 2002)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 2001 (nº 5.761/2001, na Casa de Origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a criação da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, a partir do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, e dá outras providências*, tendo

(Dependendo da leitura do Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Luiz Otávio).

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2002

(Em regime de urgência – art. 336, II, do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 55, de 2002)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2002 (nº 4.476/2001, na Casa de origem), que *acrescenta incisos aos arts. 10 e 11 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências*.

(Dependendo de parecer da Comissão de Educação, Relator: Senador Moreira Mendes).

4

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 5, DE 2002

(Em regime de urgência – art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 66, de 2002)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5, de 2002 (apresentado como conclusão do

Parecer nº 110, de 2002, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Lúcio Alcântara), que *autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A., no valor equivalente a até US\$240,000,000.00 (duzentos e quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinado ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE II.*

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

5

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 7, DE 2002
(Em regime de urgência – art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 72, de 2002)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 7, de 2002 (apresentado como conclusão do Parecer nº 145, de 2002, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Paulo Hartung, com votos contrários da Senadora Heloísa Helena e do Senador Lauro Campos), que *autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia da à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor equivalente a até US\$ 900,000,000.00 (novecentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. (Financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas – Multissetorial III).*

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

6

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3, DE 2002
(Em regime de urgência – art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 73, de 2002)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3, de 2002, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que *altera a redação dos artigos 4º §§ 3º e 4º; 5º, V; 9º, 13, caput, 15, caput, 16 e 21; bem como revoga os arts. 8º e 43, todos da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, que dispõe sobre operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização e dá outras providências, tendo*

Parecer favorável, sob nº 146, de 2002, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Paulo Souto.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

7

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2002
(Em regime de urgência – art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 74, de 2002)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4, de 2002, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que *altera o § 3º e revoga o § 4º do art. 2º da Resolução nº 40, de 2001, do Senado Federal, que "dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em atendimento ao disposto no art. 52, VI e IX, da Constituição Federal, tendo*

Parecer favorável, sob nº 147, de 2002, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Paulo Souto.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

8

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 27, DE 2001
(Votação nominal, se não houver emendas)

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 27, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Antônio Carlos Valadares, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de instituir o Fundo para Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco, tendo*

Parecer favorável, sob nº 1.295, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves.

9

PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2000
(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 12, de 2000, e 14, de 2001)

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Jader Barbalho, que *altera o caput e os § 4º, 6º, II e 7º e*

acresce o § 8º ao artigo 57 da Constituição Federal (alteração dos períodos das sessões legislativas e a extinção do pagamento de parcela indenizatória de convocação extraordinária), tendo

Parecer sob nº 1.271, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, favorável, e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 12, de 2000, e 14 de 2001, que tramitam em conjunto.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2000

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 3, de 2000, e 14, de 2001)

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Hartung, que *altera a redação do art. 57 da Constituição Federal para, alterando o período de funcionamento do Congresso Nacional, determinar o recesso constitucional de 21 de dezembro a 1º de janeiro e estabelecer que o calendário legislativo será definido por resolução do Congresso Nacional e contemplará período de férias coletivas dos Congressistas*, tendo

Parecer sob nº 1.271, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2000, e pela prejudicialidade da matéria e da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2001, que tramitam em conjunto.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 3 e 12, de 2000)

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que *altera o art. 57 da Constituição Federal, para reduzir o período de recesso do Congresso Nacional, e dá outras providências*, tendo

Parecer sob nº 1.271, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2000, e pela prejudicialidade da matéria e da proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2000, que tramitam em conjunto.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2001

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Sebastião Rocha, que *altera o inciso II do art. 37 da Constituição Federal para permitir o desenvolvimento funcional de ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente, mediante processo seletivo*, tendo

Parecer sob nº 1.179, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2001

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Bernardo Cabral, que *altera o "caput" do artigo 27 da Constituição Federal*. (representação nas Assembleias Legislativas), tendo

Parecer favorável, sob nº 1.436, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Osmar Dias.

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 1999

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Álvaro Dias, que *modifica o § 1º do art. 45 da Constituição Federal, que dispõe sobre a representação na Câmara do Deputados*, tendo

Parecer sob nº 1.255, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Osmar Dias, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com voto contrário do Senador Sebastião Rocha, e abstenção do Senador José Eduardo Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Os Srs. Senadores Lúcio Alcântara e Antonio Carlos Valadares enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o plano apre-

sentado no mês passado pelo Presidente George W. Bush, em sua viagem à Ásia, como alternativa ao Protocolo de Kyoto, não convenceu a comunidade internacional, nem a maioria democrática do Senado americano, de que os Estados Unidos estão dispostos a reduzir efetivamente as emissões dos gases de efeito estufa.

Rigorosamente, o que o Presidente Bush apresentou não é uma proposta ou compromisso de redução das emissões americanas desses gases, mas uma desaceleração no crescimento dessas descargas.

Em artigo especial para o **The New York Times**, reproduzido pela **Folha de S. Paulo**, o economista Paul Krugman afirma que o governo americano oferece "uma ilusão de ambientalismo, anunciando políticas que soam impressionantes, mas são quase sem conteúdo". "A administração Bush está claramente fora de compasso com o público", afirma Paul Krugman, para acrescentar: "Sua indiferença em relação ao destino do planeta seria bem impopular se fosse percebida de maneira mais geral".

Talvez, para a administração Bush, a tentativa de redução dessas descargas seja entendida como uma iniciativa sentimental, um delírio romântico de organizações que sonham preservar o ambiente e salvar o planeta. Só isso explicaria a relutância em participar, com maior empenho, de uma proposta que tem sido acatada por países de todos os quadrantes, com diversificados graus de desenvolvimento.

O fato, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que as alterações climáticas ocasionadas pelo efeito estufa são mais do que comprovadas, e as perspectivas, se não forem revertidas, são de deterioração da qualidade de vida, quiçá, num prazo mais dilatado, de ameaça à sobrevivência.

A concentração de gás carbônico na atmosfera, bem como de outros gases que contribuem para o aquecimento global, aumentou assustadoramente à medida que se foi intensificando o uso de combustíveis fósseis. Estudos do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) revelaram que, no último século, a temperatura média do planeta aumentou entre 0,3 e 0,6 grau centígrado.

Os estudos demonstraram também, numa visão prospectiva, que, mantidas as tendências atuais, chegaríamos ao ano 2100 com uma concentração de 700 partes por milhão de gases de efeito estufa na atmosfera – praticamente o dobro da que se registra atualmente. Esses números, Sr. Presidente, já são considerados conservadores, diante das pesquisas mais recentes, concluídas ou em andamento.

As conseqüências desse aquecimento seriam drásticas: degelo das calotas polares, com a conseqüente elevação do nível do mar, desvios nos padrões pluviométricos, com a ocorrência de secas e enchentes e incremento do processo de desertificação. Seus reflexos deixam antever uma maior incidência de doenças epidêmicas e queda nos índices de produtividade agrícola.

Discutido exaustivamente em reuniões preparatórias e principalmente na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – a Rio-92 –, esse tema gerou um compromisso dos países que participaram da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima.

Nos termos dessa Convenção, os países desenvolvidos, sabidamente os maiores responsáveis pela emissão de gases de efeito estufa na atmosfera, assumiriam a liderança na iniciativa de estabilizar, e em seguida reduzir, os níveis de concentração desses gases. A responsabilidade primeira dos países industrializados não isenta os países em desenvolvimento – entre eles o Brasil – de se empenharem em implementar programas com o objetivo de manter a normalidade das condições climáticas – afinal, prevê-se que em 2020 metade das emissões de gás carbônico na atmosfera será originada nas nações periféricas.

Desde a realização da Rio-92, Sr^{as} e Srs. Senadores, o efeito estufa vem sendo discutido e analisado periodicamente pelos países signatários da Convenção, ainda que as medidas efetivas visando à redução das descargas deixem muito a desejar.

Em 1997, na Terceira Conferência das Partes da Convenção do Clima, realizada em Kyoto, no Japão, as propostas de redução do efeito estufa, até então apresentadas genericamente, foram acompanhadas de metas, tomando-se por base o ano de 1990. O Protocolo de Kyoto estabeleceu, para os países desenvolvidos, um corte médio de 5,2% nas emissões de gases de efeito estufa, a ser executado até 2012.

A relutância dos Estados Unidos em acatar as medidas definidas em Kyoto tem sido justificada pelo Presidente Bush pela necessidade de crescimento da economia americana. Além de alegar os elevados custos econômicos para promover a regulação ambiental, Bush tem afirmado que o cumprimento das metas pode extinguir milhões de empregos em seu país.

O boicote americano ao Protocolo de Kyoto criou um impasse no âmbito da Convenção sobre Mudança Climática, pois os Estados Unidos, sozinhos, respondem por 25% de toda a emissão de gases de efeito estufa do planeta. Paralelamente a essa relutância americana, verifica-se que muitos países de-

envolvidos não têm cumprido seus compromissos de forma integral, ainda que alguns tenham justificativas plausíveis para tanto. É o caso, por exemplo, da Alemanha, que teve sua programação prejudicada ao incorporar tecnologias ultrapassadas da ex-Alemanha Oriental, por ocasião da unificação.

Por sua vez, a Rússia e outros países do Leste europeu, ainda que não tenham se empenhado nessa questão, acabaram reduzindo essas emissões em consequência da depressão econômica por que vêm passando.

O isolacionismo americano, fonte de indignação internacional, acabou se acentuando quando o Japão, seu tradicional aliado nessa questão ambiental e quarto maior emissor mundial de gás carbônico, decidiu no ano passado ratificar os termos do Protocolo, transformando em lei os compromissos assumidos.

Nessas circunstâncias, e pressionado também pela opinião pública de seu país, Bush apresentou o que chama de "alternativa flexível" ao Protocolo de Kyoto.

Sua proposta consiste em reduzir a intensidade das emissões dos gases de efeito estufa em 18%. Sua falácia: vincular esse percentual ao PIB. Bush fixa uma redução dessas descargas de 183 para 151 toneladas para cada milhão de dólares do Produto Interno Bruto. Como, estima-se, a economia americana crescerá 30% até 2012, não haveria, nesse caso, redução real das emissões em relação ao ano de 1990, mas unicamente uma desaceleração nas emissões – o que nem exigiria maiores esforços, diante da expectativa de que o crescimento econômico venha a se concentrar no setor de serviços, o qual prescinde de maior queima de carbono.

Em recente editorial, o jornal **Folha de S. Paulo**, comentando a proposta do governo americano, resalta que "enquanto Kyoto determina uma redução de fato, Bush procura introduzir um novo conceito, algo etéreo". "O que o presidente propõe, portanto, não é uma redução, mas uma desaceleração na taxa de aumento das descargas de gases", comenta o editorial, para lembrar: "Não faltaram vozes a classificar o pacote de Bush como mera propaganda enganosa".

Outros aspectos da proposta de Bush são criticados no exterior e em seu próprio país. No artigo já citado, o economista Paul Krugman comenta a pretendida criação de um fundo de 4 bilhões e 600 milhões de dólares, em cinco anos, para investimento em energias alternativas: "Isso é menos do que um centavo por dia por americano. Vocês realmente acham que isso é suficiente para produzir uma mudança radical na maneira como nós usamos a energia, ou que essa seja uma resposta apropriada a uma ameaça gigantesca contra o planeta?".

Como contraponto, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao que a **Folha de S. Paulo** chamou no citado editorial de "Proposta Anticlimática", quero parabenizar a disposição do Governo brasileiro de ratificar o Protocolo de Kyoto, conforme tem anunciado o Ministro Ronaldo Sardemberg.

Diante de atitudes como essa do Governo brasileiro, é possível até que o número de ratificações exigido para que o Protocolo entre em vigor (55 países que em seu conjunto representem pelo menos 55% das emissões) seja completado até setembro, quando se realizará a Conferência Rio+10, em Johannesburg, África do Sul.

Até lá, Sr^{as} e Srs. Senadores, esperamos que os Estados Unidos possam rever sua posição na política ambiental, com a consciência de que os danos à atmosfera, se não forem contidos, acabarão por prejudicar a economia e a qualidade de vida dos Estados Unidos e de todo o planeta.

Esperamos, também, que outros países em desenvolvimento apresentem sua Comunicação Nacional, listando os procedimentos tomados para o cumprimento das metas da Convenção. Finalmente, fazemos votos para que países industrializados e em desenvolvimento, fraternalmente, conjuguem seus esforços para evitar o agravamento das condições climáticas, numa demonstração de apreço à natureza e de irmandade e entendimento entre os povos.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, requeiro, nos termos regimentais, seja a seguinte matéria, editada pelo jornal **Gazeta de Sergipe**, no dia de hoje, 22, na cidade de Aracaju – Sergipe, inserida nos Anais da Casa e publicada no **Diário do Senado**.

Trata-se, Sr. Presidente, da divulgação de uma decisão histórica tomada pelo Senado Federal em sessão plenária do último dia 20, quando desta vez foram aprovados destaques à MP nº 9/2001, que beneficiaram a agricultura brasileira, cuja crise vem a cada dia recrudescendo principalmente por falta de incentivo do Governo e pelo alto endividamento provocado pela incidência da correção monetária sobre os contratos de financiamento rural.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTONIO CARLOS
VALADARES EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Valadares consegue aprovar destaque para produtores

Os produtores rurais tiveram uma vitória importante no Senado Federal na última quarta-feira à noite com a aprovação de destaques do senador Antônio Carlos Valadares (PSB) à Medida Provisória (MP-09/2001) que permite o alongamento das dívidas contraídas nos agentes financeiros, principalmente no Banco do Brasil e no Banco do Nordeste, inclusive dos tomadores de empréstimos dos Fundos Constitucionais.

Em Sergipe, esse destaque aprovado, vai beneficiar centenas de produtores rurais principalmente da região citrícola, muitos dos quais vêm abandonando suas atividades. No encaminhamento do destaque, Valadares citou casos de produtores rurais que praticaram suicídio por não ter condições de pagar as dívidas contraídas.

Ele citou também a frase do ex-presidente do Banco do Brasil, Aleir Calliari, que gerou muita polêmica na época: "Nem plantando maconha irrigada seria possível pagar os empréstimos agrícolas, com os custos financeiros que são praticados". Estima-se que 95% dos financiamentos beneficiados são de pequenos e micro produtores rurais, cooperativas e colônias de assentamento rural.

O destaque mais importante garante o rebate (desconto de adimplência aplicado sobre o valor da parcela da dívida) escalonado das dívidas dos produtores rurais contratadas de 1994 até 1998. A outra proposta aprovada a longo o prazo de adesão para que os produtores rurais renegociem as suas dívidas que terminaria no próximo dia 31. Agora, os produtores terão até 29 de junho deste ano para renegociarem os débitos.

O destaque que garantiu o rebate para os produtores rurais tinha sido rejeitada pela Câmara dos Deputados, mas o senador Valadares colocou na votação através de destaque. Com isso os as dívidas contratadas de 1994 a 1998 terão um rebate da seguinte forma: até 31 de dezembro de 94, 40%; no ano de 1995, 27%; em 1996, 19%; no ano de 1997, 17% e as do ano de 1998, 14%.

O senador Valadares avalia que a aprovação dos destaques, foi extremamente importante no momento que os produtores rurais passam por grandes dificuldades no país. Para ele, a correção das dívidas com recursos originários dos Fundos Constitucionais de Financiamento das regiões Nordeste, Norte e Centro-

Oeste eram irrealis. "Demonstraram-se extremamente perversas aos tomadores de crédito desta linha, aos quais foram incorporados índices de correção alheios à evolução da rentabilidade do setor agropecuário", registrou.

Ele entende que a aplicação da Taxa Referencial (Taxa de Juros de Longo Prazo) nos saldos devedores contribuiu para o desvirtuamento dos objetivos para os quais a Constituição Federal criou os fundos. Já o rebate, Valadares esclareceu que visa corrigir as distorções existentes. Ele explicou que os percentuais referem-se a diferença entre a evolução dos preços recebidos pelos produtores e os respectivos índices de correção das dívidas aplicadas nos Fundos.

Valadares disse ainda que agora vai buscar a integração das bancadas do Nordeste, Norte e Centro-Oeste para aprovação das propostas na Câmara dos Deputados. Ele lembrou que os produtores rurais vêm penalizados por políticas econômicas decadentes, com por exemplo, os planos Cruzado, Bressé, Collor e Real que alteram os índices de correção monetária, elevando o saldo devedor dos financiamentos rurais.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) - A Presidência vai encerrar os trabalhos, por falta de número em plenário para seu prosseguimento, lembrando

do às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária da próxima terça-feira, dia 26, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

Dia 26.02.2002, terça-feira, às 14h 30min: Sessão deliberativa ordinária

Proposição (Autor/Nº Origem)	Ementa / Instrução	Informações
1 Medida Provisória nº 8, de 2001 (Mensagem nº 740, de 2001, na origem) Presidente da República	Altera e acresce dispositivos à Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. Parecer favorável, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, Relator: Deputado Milton Monti, em substituição à Comissão Mista.	Discussão, em turno único. (§ 6º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32).
2 Projeto de Decreto Legislativo nº 277, de 2001 (nº 826/2000, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa Apoio para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sobradinho, Distrito Federal. Parecer nº 1.387/2001-CE, Relator: Senador Lindberg Cury, favorável.	Discussão, em turno único.
3 Projeto de Decreto Legislativo nº 425, de 2001 (nº 1.145/2001, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que outorga concessão à Emissora Vale do Apodi Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte. Parecer nº 21/2002-CE, Relatora: Senadora Marluce Pinto, favorável, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.	Discussão, em turno único.
4 Projeto de Decreto Legislativo nº 459, de 2001 (nº 1.137/2001, na Câmara dos Deputados)	Aprova o ato que outorga concessão à Rádio e Televisão Rotioner Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Curitiba, Estado do Paraná. Parecer nº 32/2002-CE, Relator: Senador Álvaro Dias, favorável, com abstenção dos Senadores Eduardo Suplicy e Geraldo Cândido. (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 19/2002 – art. 167 RISF).	Discussão, em turno único.
5 Requerimento nº 711, de 2001 Senadora Marina Silva	Solicita, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 145, de 2001, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura.	Votação, em turno único.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) -
Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 12 horas e 52 minutos.*)

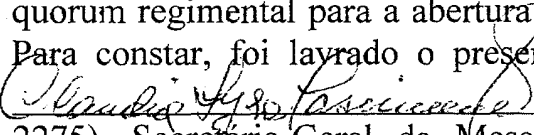
(OS 12025/02)

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

(art. 6º da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999)

TERMO DE REUNIÃO

Aos dezanove dias do mês de março de dois mil e dois, quarta-feira, às quinze horas e trinta minutos, na Sala nº 7 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, presentes os Srs. Senadores Jefferson Péres, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e Presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), e Eduardo Suplicy, Líder da Minoria no Senado Federal, não havendo quorum regimental para a abertura dos trabalhos, a reunião não foi realizada. Para constar, foi lavrado o presente TERMO, que vai assinado por mim,  Claudia Lyra Nascimento (mat. 2275), Secretária-Geral da Mesa Adjunta e Secretária em exercício da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(51ª LEGISLATURA)

BAHIA		RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	- Antonio Carlos Júnior	BLOCO	- Geraldo Melo (PSDB)
PFL	- Waldeck Ornelas	PFL	- José Agripino
PFL	- Paulo Souto	PTB	- Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		SANTA CATARINA	
BLOCO	- Artur da Távola (PSDB)	PMDB	- Casildo Maldaner
BLOCO	- Geraldo Cândido (PT)	PFL	- Geraldo Althoff
	- Roberto Saturnino	BLOCO	- Ari Stadler (PPB)
MARANHÃO		ALAGOAS	
PFL	- Bello Parga	PMDB	- Renan Calheiros
PFL	- Edison Lobão	BLOCO	- Teotônio Vilela Filho(PSDB)
PMDB	- João Alberto Souza	BLOCO	- Heloísa Helena (PT)
PARÁ		SERGIPE	
PSB	- Ademir Andrade	PSB	- Antonio Carlos Valadares
PMDB	- Fernando Ribeiro	BLOCO	- José Eduardo Dutra (PT)
BLOCO	- Luiz Otávio (PPB)	PFL	- Maria do Carmo Alves
PERNAMBUCO		AMAZONAS	
PTB	- Carlos Wilson	PFL	- Bernardo Cabral
BLOCO	- Roberto Freire (PPS)	BLOCO	- Jefferson Péres (PDT)
PFL	- José Jorge	PMDB	- Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO		PARANÁ	
BLOCO	- José Serra (PSDB)	BLOCO	- Osmar Dias (PDT)
PFL	- Romeu Tuma	PMDB	- Roberto Requião
BLOCO	- Eduardo Suplicy (PT)	BLOCO	- Álvaro Dias (PDT)
MINAS GERAIS		ACRE	
PFL	- Francelino Pereira	BLOCO	- Marina Silva (PT)
PTB	- Arlindo Porto	PMDB	- Nabor Júnior
PL	- José Alencar	BLOCO	- Tião Viana (PT)
GOIÁS		MATO GROSSO DO SUL	
PMDB	- Mauro Miranda	BLOCO	- Lúdio Coelho (PSDB)
PMDB	- Iris Rezende	PMDB	- Ramez Tebet
PMDB	- Maguito Vilela	PMDB	- Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		DISTRITO FEDERAL	
PMDB	- Carlos Bezerra	PFL	- Lindberg Cury
PFL	- Jonas Pinheiro	BLOCO	- Lauro Campos (PDT)
BLOCO	- Antero Paes de Barros (PSDB)	PMDB	- Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		TOCANTINS	
BLOCO	- Emilia Fernandes (PT)	PTB	- Carlos Patrocínio
BLOCO	- José Fogaça (PPS)	PFL	- Leomar Quintanilha
PMDB	- Pedro Simon	BLOCO	- Eduardo Siqueira Campos (PSDB)
CEARÁ		AMAPÁ	
BLOCO	- Lúcio Alcântara (PSDB)	PMDB	- Gilvam Borges
PMDB	- Sérgio Machado	BLOCO	- Sebastião Rocha (PDT)
BLOCO	- Luiz Pontes (PSDB)	PMDB	- José Sarney
PARAÍBA		RONDÔNIA	
PTB	- Wellington Roberto	BLOCO	- CHICO SARTORI (PSDB)
BLOCO	- Ronaldo Cunha Lima (PSDB)	PFL	- Moreira Mendes
PMDB	- Robinson Viana	PMDB	- Amir Lando
ESPÍRITO SANTO		RORAIMA	
PMDB	- Gerson Camata	PMDB	- Marluce Pinto
BLOCO	- Ricardo Santos(PSDB)	BLOCO	- Romero Jucá (PSDB)
PSB	- Paulo Hartung	PFL	- Mozarildo Cavalcanti
PIAUÍ			
BLOCO	- Freitas Neto (PSDB)		
BLOCO	- Benício Sampaio (PPB)		
PMDB	- Alberto Silva		

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

Presidente: Senador Jefferson Péres ¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado JUTAHY JÚNIOR (Bloco PSDB/PTB-BA) Telefones: 318-8221 e 318-7167/8224	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL) Telefones: 311-2261/2262 e 311-3051/3052
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado WALTER PINHEIRO (PT-BA) Telefones: 318-5274 e 318-5170	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco PT/PDT/PPS-SE) Telefones: 311-2391/2397 e 311-3191/3192
<u>PRESIDENTE</u> <u>DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado HÉLIO COSTA (PMDB-MG) Telefones: 318-5206 e 318-6992/6997	<u>PRESIDENTE</u> <u>DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES</u> <u>E DEFESA NACIONAL</u> Senador JEFFERSON PÉRES (Bloco PT/PDT/PPS-AM) Telefones: 311-2063/2065 e 311-3259/3496

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SACOP)

Telefones: 311-4561 e 311-3265

¹ Eleito na 1ª Reunião do Órgão, realizada em 15.8.2001, às 17h.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca²
Vice-Presidente: Senador Geraldo Althoff

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Juvêncio da Fonseca ³	MS	1128	1. Renan Calheiros	AL	2261
Carlos Bezerra	MT	2291	2. (vago) ⁴		
Casildo Maldaner	SC	2141	3. Marluce Pinto	RR	1301
João Alberto Souza	MA	4073	4. Gilvam Borges	AP	2151
Nabor Júnior	AC	1478	5. Gerson Camata	ES	3203
PFL					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Geraldo Althoff	SC	2041	1. Carlos Patrocínio (PTB) ⁵	TO	4058
Moreira Mendes	RO	2231	2. (vago) ⁶		
Bello Parga	MA	3069	3. Mozarildo Cavalcanti	RR	1160
Waldeck Ornelas	BA	2211	4. Jonas Pinheiro	MT	2271
Bloco (PSDB/PPB)⁷					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Antero Paes de Barros (PSDB)	MT	1248	1. Freitas Neto (PSDB) ⁸	PI	2131
Ricardo Santos (PSDB)	ES	2022	2. Romero Jucá (PSDB)	RR	2111
Leomar Quintanilha (PFL) ⁹	TO	2071	3. Luiz Pontes (PSDB) ¹⁰	CE	3242
Bloco Parlamentar de Oposição (PT/PDT/PPS)¹¹					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Heloísa Helena (PT)	AL	3197	1. Marina Silva (PT)	AC	2183
Jefferson Péres (PDT)	AM	2061	2. Paulo Hartung (PSB) ¹²	ES	1129
PSB					
Titular	UF	Ramal	Suplente	UF	Ramal
Roberto Saturnino	RJ	4229	1. Ademir Andrade	PA	2101

Senador Romeu Tuma – Corregedor do Senado (PFL/SP) – Ramal 2051
(Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SACOP)

Telefones: 311-4561 e 311-3265

² Em 27.6.2001, na 14ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, em sua nova composição, foram eleitos Presidente e Vice-Presidente os Senadores Gilberto Mestrinho e Geraldo Althoff respectivamente (DSF de 29.6.2001). Em 13.8.2001, o Senador Gilberto Mestrinho licenciou-se do mandato, para tratamento de saúde, tendo assumido, interinamente, a Presidência do Conselho o seu Vice-Presidente, Senador Geraldo Althoff. Na Sessão Ordinária de 5.9.2001, o Senador Gilberto Mestrinho comunicou sua renúncia às funções de Presidente e membro do Conselho (DSF de 6.9.2001). Em 13.9.2001, na 18ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, foi eleito Presidente o Senador Juvêncio da Fonseca.

³ Eleito membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar na Sessão Ordinária de 5.9.2001, em face da renúncia do Senador Gilberto Mestrinho às funções de Presidente e membro do Conselho, anunciada na mesma sessão (DSF de 6.9.2001).

⁴ Vaga ocupada pelo Senador Ney Suassuna até 14.11.2001, quando comunicou, em Plenário, o seu afastamento do mandato de Senador, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Integração Nacional (DSF de 15.11.2001).

⁵ Comunicação de filiação ao PTB lida na Sessão do SF de 27.9.2001 (DSF de 28.9.2001).

⁶ Vaga ocupada pelo Senador Freitas Neto até 20.11.2001, quando comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho pelo PFL (DSF de 21.11.2001), tendo em vista sua filiação ao PSDB, anunciada na Sessão do SF de 9.10.2001 (DSF de 10.10.2001). Na mesma Sessão do SF de 20.11.2001, foi eleito membro suplente do Conselho na vaga do PSDB.

⁷ Comunicação de formação do Bloco feita na Sessão do SF de 15.3.2001 (DSF de 16.3.2001).

⁸ Eleito na Sessão do SF de 20.11.2001 (DSF de 21.11.2001) para a vaga deixada pelo Senador Geraldo Melo, que, em 6.11.2001, comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho (DSF de 7.11.2001).

⁹ Comunicação de filiação ao PFL lida na Sessão do SF de 10.10.2001 (DSF de 11.10.2001).

¹⁰ Eleito na Sessão do SF de 20.11.2001 (DSF de 21.11.2001) para a vaga deixada pelo Senador Sérgio Machado, que, em 8.11.2001, comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho (DSF de 9.11.2001), tendo em vista sua filiação ao PMDB, anunciada na Sessão do SF de 3.10.2001 (DSF de 4.10.2001).

¹¹ Comunicação de retorno do PPS ao Bloco Parlamentar de Oposição lida na Sessão do SF de 12.2.2001 (DSF de 13.2.2001).

¹² Comunicação de filiação ao PSB lida na Sessão do SF de 8.10.2001 (DSF de 9.10.2001).

**SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**
Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3488 – 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO**

Chefe: WILL DE MOURA WANDERLEY
Ramais: 3623 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA RAMOS CALIÃO (Ramal 3514)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3511)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Ramais: 3507 - Fax: 3512

Secretários: MARIA DE FÁTIMA MAIA DE OLIVEIRA (Ramal: 3520)
HERMES PINTO GOMES (Ramal: 3502)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 3503)
MARIA CONSUELO DE CASTRO SOUZA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
Ramais: 4605 - Fax: 4344

Secretários: CAE - LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 4605)
CAS - EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA - (Ramal: 4608)
CCJ - GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)
CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4354)
CRE - MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO (Ramal: 4777)

Atualizado em 07.11.2001

COMISSÕES PERMANENTES

(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: LÚCIO ALCÂNTARA
Vice-Presidente: CARLOS BEZERRA
(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Amir Lando	RO	3130/3132	1 - Pedro Simon	RS	3230/3232
Carlos Bezerra	MT	2291/2297	2 - Iris Rezende	GO	2032/39
Casildo Maldaner	SC	2141/46	3 - Mauro Miranda	MS	2221/2227
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106	4 - Sérgio Machado	CE	2281/2285
João Alberto Souza	MA	4073/4074	5 - Renan Calheiros	AL	5151
Vago			6 - Gerson Camata	ES	3203/3204
Gilvam Borges	AP	2151/2157	7 - Roberto Requião	PR	2401/2407
Robinson Viana	PB	4345/4346	8 - Vago		
Wellington Roberto (2)	PB	3194/3195	9 - Marluce Pinto	RR	2401/2407

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Francelino Pereira	MG	2411/2417	1 - Jorge Bornhausen (3)	SC	4200/4206
José Agripino	RN	2361/2367	2 - Vago (1)		
Jonas Pinheiro	MT	2271/2272	3 - Moreira Mendes	RO	2231/2237
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	4 - Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Paulo Souto	BA	3173/3175	5 - Romeu Tuma	SP	2051/57
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	6 - Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Bello Parga	MA	3069/3072	7 - José Jorge	PE	1284/3245

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Freitas Neto	PI	2131/2137	1 - José Serra	SP	2351/2352
Lúcio Alcântara	CE	2301/2307	2 - Geraldo Melo	RN	2371/2377
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	3 - Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071
Romero Jucá	RR	2111/2117	4 - Luiz Pontes	CE	3242/3243
Ricardo Santos	ES	2022/2024	5 - Ari Stadler	SC	4200/4206

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	3213/3215	1 - José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Heloísa Helena	AL	3197/3199	2 - Paulo Hartung (cessão)	ES	1031/1231
Lauro Campos	DF	2341/2347	3 - Roberto Freire	PE	2161/2164
José Fogaça	RS	1207/1607	4 - Jefferson Peres	AM	2061/2063

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Roberto Saturnino (4)	RJ	4229/4230	1 - Ademir Andrade	PA	2101/2109

PTB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Fernando Bezerra	RN	2461/2464	1 - Arlindo Porto	MG	2321/2327

(1) Em virtude da renúncia do Senador Hugo Napoleão, publicada no DSF de 21/11/2001

(2) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(3) Licenciado do exercício do mandato, a partir de 22/02/2002

(4) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas
Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 - Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55
Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br Atualizada em : 14/03/2002.

**1.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
SUBCOMISSÃO DE TURISMO**

**PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES
VICE-PRESIDENTE: WELLINGTON ROBERTO
(05 TITULARES E 05 SUPLENTEs)**

TITULARES		SUPLENTEs	
	PMDB		
GILVAM BORGES	AP-2151/2152	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
WELLINGTON ROBERTO (3)	PB-3194/3195	2-IRIS REZENDE	GO-2032/2033

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
MOREIRA MENDES	RO-2231/33	1-PAULO SOUTO	BA- 3173/74

TITULARES		SUPLENTEs	
BLOCO PSDB/PPB			
GERALDO MELO (2)	RN-2371/2372	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO- 4070/71

TITULARES		SUPLENTEs	
BLOCO OPOSIÇÃO / PTB			
PAULO HARTUNG (1)	ES-1031/1129	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/2322

ORIGEM: REQUERIMENTO N ° 07-CAE/2001

REUNIÕES:

SECRETÁRIO:

☎- SECRETARIA: 311-3516/4605

FAX: 311-4344

SALA N ° 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

☎- SALA DE REUNIÕES: 311-3255

E-MAIL: dirceuv@senado.gov.br

ATUALIZADA EM: 22.02.2002

- (1) Desfilou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 05.10.2001, passando a membro suplente da Comissão, por cessão, em 10.10.2001.
(2) Passou a membro suplente na Comissão, em 17.10.2001.
(3) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

Presidente: ROMEU TUMA
Vice-Presidente: MARINA SILVA
(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016	1 – Amir Lando	RO	3130/3132
Maguito Vilela	GO	3149/3150	2 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
Marluce Pinto	RO	1301/4062	3 – Alberto Silva	PI	3055/3057
Mauro Miranda	GO	2091/2097	4 – Nabor Júnior	AC	1478/4619
Pedro Simon	RS	3230/3232	5 – Fernando Ribeiro	PA	1049
Casildo Maldaner	SC	2141/2146	6 – Vago		
Gilvam Borges	AP	2151/2157	7 – Vago		
Valmir Amaral	DF	4064/4065	8 – Vago		
João Alberto Souza	MA	4073/4074	9 – Vago		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2051/2057	1 – Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Jonas Pinheiro	MT	2271/2277	2 – Paulo Souto	BA	3173/3175
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	3 – José Agripino	RN	2361/2367
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	4 – Vago		
Moreira Mendes	RO	2231/2237	5 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057	6 – José Coelho (1)	PE	1284/3245
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	7 – Vago		
Lindberg Cury	DF	2011/2017	8 – Vago		

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Artur da Távola	RJ	2431/2432	Romero Jucá	RR	2111/2117
Benício Sampaio	PI	3085/3086	Luiz Otávio	PA	1027/4393
Luiz Pontes	CE	3242/3243	Geraldo Melo	RN	2371/2377
Chico Sartori	RO	2251/2258	Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095
Ari Stadler	SC	4200/4206	Lúcio Alcântara	CE	2301/2307
Ricardo Santos	ES	2022/2024	Lúdio Coelho	MS	2381/2387

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Emília Fernandes	RS	2331/2337	1 – Geraldo Cândido	RJ	2171/2177
Lauro Campos	DF	2341/2347	2 – Heloísa Helena	AL	3197/99
Marina Silva	AC	2181/2187	3 – Jefferson Peres	AM	2061/2067
Sebastião Rocha	AP	2241/2247	4 – Osmar Dias	PR	2121/2125
Tiã Viana	AC	3038/3493	5 – Roberto Freire	PE	2161/2164

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Vago		

(1) Deixou o exercício do mandato, em virtude da reassunção do Titular em 11/03/2002.

Reuniões: Quartas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 09 – Ala Senador Alexandre Costa

Secretário: José Roberto A. Cruz Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

Fax: 311-3652 - E-mail: jrac@senado.gov.br

Atualizada em: 14/03/2002

2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATORA:

PMDB

VAGO

VAGO

PFL

VAGO

VAGO

BLOCO PSDB/PPB

VAGO

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS)

VAGO

VAGO

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

**2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (1)
VICE-PRESIDENTE: SENADOR JUVÊNIO DA FONSECA
RELATOR: SENADOR SEBASTIÃO ROCHA**

PMDB	
JUVÊNIO DA FONSECA	MT – 1128/1129
MARLUCE PINTO	RR – 1301/4062
PFL	
GERALDO ALTHOFF	SC – 2041/2047
WALDECK ORNELAS	BA – 2211/2217
BLOCO PSDB/PPB	
LEOMAR QUINTANILHA (PPB) (1)	TO – 2071/2072
Vaga cedida ao Bloco PT/PDT/PPS	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)	
SEBASTIÃO ROCHA (PDT)	AP – 2241/2247
TIÃO VIANA	AC – 3038/3493

(1) Desfilou-se do PPB, sendo indicado membro titular da Comissão pelo PFL, em 18/10/2001.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jracs@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**DESIGNADA EM: 06/10/1999
ATUALIZADA EM: 03/05/2001**

**2.3) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA SAÚDE**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:**

PMDB

**VAGO
VAGO
VAGO**

PFL

**VAGO
VAGO**

BLOCO PSDB/PPB

**VAGO
VAGO**

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS)

**VAGO
VAGO**

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

DESIGNADA EM:

ATUALIZADA EM:

**2.4) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DE MORADIA E DESENVOLVIMENTO URBANO**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:**

PMDB

**VAGO
VAGO
VAGO**

PFL

**VAGO
VAGO**

BLOCO PSDB/PPB

**VAGO
VAGO**

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS)

**VAGO
VAGO**

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

DESIGNADA EM:

ATUALIZADA EM:

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

Presidente: BERNARDO CABRAL

Vice-Presidente: OSMAR DIAS

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Gerson Camata	ES	3203/3204	1 – Marluce Pinto	RR	1301/4062
Maguito Vilela	GO	3149/3150	2 – Casildo Maldaner	SC	2141/2146
Irie Rezende	GO	2032/39	3 – Wellington Roberto (1)	PB	3194/95
Sérgio Machado	CE	2281/2285	4 – João Alberto Souza	MA	4073/4074
Pedro Simon	RS	3230/3232	5 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
Amir Lando	RO	3130/3132	6 – Vago		
Roberto Requião	PR	2401/2407	7 – Vago		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	1 – Jorge Bornhausen (2)	SC	4200/4206
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	2 – Moreira Mendes	RO	2231/2237
Francelino Pereira	MG	2411/17	3 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
Bello Parga	MA	3069/3072	4 – José Agripino	RN	2361/2667
Maria do Carmo Alves	SE	4055/57	5 – José Jorge	PE	1284/3245
Romeu Tuma	SP	2051/2057	6 – Leomar Quintanilha	TO	2071/2072

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lúcio Alcântara	CE	2301/2307	José Serra	SP	2351/2352
Luiz Otávio	PA	1027/4393	Artur da Távola	RJ	2431/2432
Luiz Pontes	CE	3242/3243	Benício Sampaio	PI	3085/3086
Freitas Neto	PI	2131/2137	Ricardo Santos	ES	2022/2024
Romero Jucá	RR	2111/2117	Ari Stadler	SC	4200/4206

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Jefferson Peres	AM	2061/2067	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4619
José Eduardo Dutra	SE	2391/2397	2 – Marina Silva	AC	2181/2187
Roberto Freire	PE	2161/2164	3 – Sebastião Rocha	AP	2241/2247
Osmar Dias	PR	2121/2125	4 – José Fogaça	RS	1207/1607

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Paulo Hartung	ES	1031/1231

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(2) Licenciado do exercício do mandato, a partir de 22/02/2002

Reuniões: Quartas-feiras às 10:00 horas
Secretária: Gildete Leite de Melo
Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3541
Fax: 311-4315 - E-mail: gildete@senado.gov.br
Atualizada em 14/03/2002

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:
(7 TITULARES E 7 SUPLENTEs)**

TITULARES

SUPLENTEs

PMDB - 3

PFL - 2

BLOCO PSDB/PPB - 1

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS) - 1

SECRETÁRIA: GILDETE LEITE DE MELO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. SALA DE REUNIÕES: 311-3541

FAX: 311- 4315

E.MAIL- gildete@senado.gov.br

**Criada Conforme Requerimento nº 12-CCJ, de 1999,
nos termos do Art. 73, do RISF.
Aprovado em 15/12/1999.**

- **Retirada as indicações pelas Lideranças**
- **em 6 e 13.9.2000.**

Atualizada em 30/05/2001

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE
Presidente: RICARDO SANTOS
Vice-Presidente: MOREIRA MENDES
(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Amir Lando	RO	3130/3132	1 – Mauro Miranda	GO	2091/2095
Casildo Maldaner	SC	2141/2146	2 – Pedro Simon	RS	3230/3232
Gerson Camata	ES	3203/3204	3 – Robinson Viana	PB	4345/4346
Gilvam Borges	AP	2151/2157	4 – Sérgio Machado	CE	2281/2285
Marluce Pinto	RR	1301/4062	5 – Alberto Silva	PI	3055/3057
Nabor Júnior	AC	1478/4619	6 – Maguito Vilela	GO	3149/50
José Sarney	AP	3429/3430	7 – Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016
Valmir Amaral	DF	4064/4065	8 – Vago		
Vago			9 – Vago		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	1 – Lindberg Cury	DF	2011/2017
Moreira Mendes	RO	2231/2237	2 – Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	3 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	4 – Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
José Jorge	PE	1284/3245	5 – Romeu Tuma	SP	2051/2057
Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057	6 – Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057
(Vaga cedida ao PTB)			7 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Freitas Neto	PI	2131/2137	1 – Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071
Artur da Távola	RJ	2431/2432	2 – Lúdio Coelho	MS	2381/2387
Ricardo Santos	ES	2022/2024	3 – Chico Sartori	RO	2251/2258
Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095	4 – Romero Jucá	RR	2111/2117
Benício Sampaio	PI	3085/3086	5 – Lúcio Alcântara	CE	2301/2307
Luiz Pontes	CE	3242/3243	6 – Luiz Otávio	PA	1027/4393

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT,PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 – Lauro Campos	DF	2341/2347
Emília Fernandes	RS	2331/2337	2 – Geraldo Cândido	RJ	2117/2177
Marina Silva	AC	2181/2187	3 – Sebastião Rocha	AP	2241/2247
Álvaro Dias	PR	3206/3207	4 – Tião Viana	AC	3038/3493

PSB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Paulo Hartung	ES	1031/1129	1 – Roberto Saturnino (1)	RJ	4229/4230

PTB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Arlindo Porto (por cessão do PFL)	MG	2321/2327			

(1) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

Reuniões: Quintas-feiras às 14:00 horas
 Secretário: Juho Ricardo B. Linhares
 Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa
 Telefone da Sala de Reunião: 311-3276
 FAX: 311-3121

Atualizado: 14/03/2002

4.1) – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

PRESIDENTE:
(09 TITULARES)

TITULARES

PMDB

VAGO
VAGO
VAGO

PFL

VAGO
VAGO

BLOCO PSDB/PPB

VAGO
VAGO

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS)

VAGO
VAGO

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM:

4.2) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PRESIDENTE: FREITAS NETO
VICE-PRESIDENTE: SATURNINO BRAGA

COMPOSIÇÃO: 12 TITULARES E 12 SUPLENTES

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA (2)	RS-1207/1607	1-VALMIR AMARAL	DF-1962
GERSON CAMATA	ES-3203/04	2-NABOR JÚNIOR	AC-1478/4619
PEDRO SIMON	RS-3232	3-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS-3015/16	4-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
PFL			
VAGO		1-GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
FRANCELINO PEREIRA	MG-2414/17	2-VAGO	
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	BA-2191/96	3-ROMEU TUMA	SP-2051/57
BLOCO (PSDB/PPB)			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2303/08	1-VAGO	
RICARDO SANTOS	ES-2022/24	2-VAGO (1)	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS)			
GERALDO CANDIDO (PT)	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPLYCY (PT)	SP-3213/15
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/37	2-MARINA SILVA	AC-2182/84
PSB			
ROBERTO SATURNINO (3)	RJ-4229/30	VAGO	

(1) Em virtude da reassunção do Senador Artur da Távola, em 25/09/2001.

(2) Desfilou-se do PMDB, em 01.10.2001, filiando-se ao PPS, sendo substituído na Comissão pelo Senador Sérgio Machado, em 10/10/2001.

(3) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

REUNIÕES:
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604
FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 06/03/2002

4.3) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

COMPOSIÇÃO: 7 TITULARES E 7 SUPLENTEs

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
VALMIR AMARAL	DF-1962	1-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
MAGUITO VILELA	GO-1440/1132	2-AMIR LANDO	RO-3130/32
PFL			
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47	1-ROMEU TUMA	SP-2051/57
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2072/73	2-LINDBERG CURY	DF-4070/71
BLOCO (PSDB/PPB)			
BENÍCIO SAMPAIO	PI-3085/87	1-(VAGO)	
LUIZ OTÁVIO (PPB)	PA-3050/4393	2-(VAGO)	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)			
ÁLVARO DIAS - PDT	PR-4059/60	1-GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ-2171/77

REUNIÃO: ª FEIRA ÀS HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604/2006
FAX: 311-3121/ 1319
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 05/03/02

4.4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(BANCADA DO LIVRO)**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:**

COMPOSIÇÃO: 7 TITULARES E 7 SUPLENTE

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-GERSON CAMATA	ES-3203/04
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	2-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
PFL			
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	BA-2191/96	1-WALDECK ORNÉLAS	BA-2211/17
FRANCELINO PEREIRA	MG-2414/17	2-MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
BLOCO (PSDB/PPB)			
RICARDO SANTOS	ES-2022/24	1-FREITAS NETO	PI-2131/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2303/08	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PPS)			
EMÍLIA FERNANDES - PT	RS-2331/37	1-ROBERTO SATURNINO	RJ-4229/30

REUNIÃO: 2ª FEIRA ÀS 14 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604/2006
FAX: 311-3121/ 1319
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 05/03/02

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE**Presidente: JEFFERSON PÉRES****Vice-Presidente: VAGO****(19 titulares e 19 suplentes)****PMDB**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106	1 – Mauro Miranda	GO	2091/2095
Iris Rezende	GO	2032/2039	2 – Fernando Ribeiro	PA	1049
João Alberto Souza	MA	4073/4074	3 – Pedro Simon	RS	3230/3232
José Sarney	AP	3429/3430	4 – Roberto Requião	PR	2401/2407
Sérgio Machado	CE	2281/2285	5 – Wellington Roberto (2)	PB	3194/3195
Valmir Amaral	DF	1964/1965	6 – Nabor Júnior	AC	1478/4619

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Vago (1)			1 – Jorge Bornhausen (3)	SC	4200/4206
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	2 – Bello Parga	MA	3069/3072
Romeu Tuma	SP	2051/2057	3 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
José Agripino	RN	2361/2367	4 – Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Jose Coelmo (5)	PE	1284/3245	5 – Paulo Souto	BA	3173/3175

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Melo	RN	2371/2377	Artur da Távola	RJ	2431/2432
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095
José Serra	SP	2351/2352	Freitas Neto	PI	2131/2137
Arl Stadler	SC	4200/4206	Lulz Otávio	PA	1027/4393

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido	RJ	2117/2177	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4619
Jefferson Peres	AM	2061/2067	2 – Emília Fernandes	RS	2331/2337
Tião Viana	AC	3038/3493	3 – Álvaro Dias	PR	3206/3207

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Roberto Saturnino (4)	RJ	4229/4230	1 – Ademir Andrade	PA	2101/2109

(1) Em virtude da renúncia do Senador Hugo Napoleão, publicada no DSF de 21/11/2001

(2) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(3) Licenciado do exercício do mandato, a partir de 22/02/2002

(4) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

(5) Deixou o exercício do mandato, em virtude da reassunção do Titular em 11/03/2002.

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
Secretário: Maria Lúcia Ferreira de Melo
Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3367
Fax: 311-3346

Atualizada em :14/03/2002

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI					
Presidente: ALBERTO SILVA					
Vice-Presidente: LÚDIO COELHO					
(23 titulares e 23 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 – VAGO		
Fernando Ribeiro	PA	2441/2447	2 – Iris Rezende	GO	2032/2039
Mauro Miranda	GO	2091/2097	3 – Gerson Camata	ES	3203/3204
Nabor Júnior	AC	1478/4619	4 – Robinson Viana	PB	4345/4346
Roberto Requião	PR	2401/2407	5 – Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Marluce Pinto	RR	1101/1201	6 – Wellington Roberto (4)	PB	3139/3141
Valmir Amaral	DF	1961/1066	7 – Maguito Vilela	GO	1132/1332
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2052/2053	1 – Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
Paulo Souto	BA	3173/3175	2 – Vago (3)		
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	3 – Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057
José Jorge	PE	1284/3245	4 – Vago (2)		
Arlindo Porto (Cessão ao PTB)	MG	2321/2327	5 – Carlos Patrocínio (Cessão ao PTB)	TO	4058/4068
Lindberg Cury	DF	2011/2017	6 – Vago		
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	1 – Chico Sartori	RO	2251/2258
José Serra	SP	2351/2352	2 – Benício Sampaio	PI	3085/3086
Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095	3 – Luiz Pontes	CE	3242/3243
Luiz Otávio	PA	3050/3093	4 – Ari Stadler	SC	4200/4206
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	5 – Romero Jucá	RR	2111/2119
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido (PT)	RJ	2117/2177	1 – Emília Fernandes (PT)	RS	2331/2337
Heloísa Helena (PT)	AL	3197/1508	2 – Sebastião Rocha (PDT)	AP	2242/2243
José Eduardo Dutra (PT)	SE	2391/2397	3 – Lauro Campos (PDT)	DF	2341/2347
Paulo Hartung (PSB) (1)	ES	1129/7020	4 – Tião Viana (PT)	AC	3038/3493
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Roberto Saturnino (5)	RJ	4229/4230

(1) Desfilou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 05.10.2001

(2) Em virtude da desfiliação do Senador Eduardo Siqueira Campos do PFL, tendo filiando-se ao PSDB, em 05.10.2001

(3) Em virtude da renúncia do Senador Hugo Napoleão, publicada no DSF de 21/11/2001

(4) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(5) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas (Ata publicada no DSF, de 12.09.97, páginas 18655/6)

Reuniões: Terças-feiras às 14:00 horas (Regimento Interno)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607/4354

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

Atualizada em : 14/03/2002

6.1) – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ANALISAR ACIDENTES QUE ACARRETEM
DANOS AO MEIO AMBIENTE.**

PRESIDENTE:

RELATOR:

COMPOSIÇÃO: (07 TITULARES E 07 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
VAGO	1- VAGO
VAGO	2- VAGO
VAGO	3- VAGO
PFL	
VAGO	1- VAGO
VAGO	2 – VAGO
BIOCO PSDB/PPB	
VAGO	1- VAGO
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	
VAGO	1- VAGO

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

SALA Nº 13 – ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607

FAX: 311-3286 - TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3292

ATUALIZADA EM:

6.2) – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

**SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ANALISAR
ACIDENTE COM A PLATAFORMA P-36 DA PETROBRÁS
OCORRIDO NA BACIA DE CAMPOS**

**PRESIDENTE: SENADOR GERALDO CÂNDIDO
RELATOR: SENADOR VALMIR AMARAL**

COMPOSIÇÃO: (07 TITULARES E 07 SUPLENTEs)

TITULARES

SUPLENTEs

PMDB			
ALBERTO SILVA	PI-3055/3057	1- IRIS REZENDE	GO-2032/2039
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407	2- VALMIR AMARAL	DF-1961/1966
GERSON CAMATA	ES-3203/3204	3- GILBERTO MESTRINHO	AM-3104/3106
PFL			
PAULO SOUTO	BA-3173/3175	1- MARIA DO CARMO ALVES	SE-1306/4659
JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277	2- VAGO	
BLOCO PSDB/PPB			
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/4095	1- LUIZ OTÁVIO	PA-3050/3093
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)			
GERALDO CÂNDIDO (PT)	RJ-2171/2177	1- ROBERTO SATURNINO (1)	RJ-4229/4230

(1) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

SALA Nº 13 – ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607

FAX: 311-3286 - TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3292

ATUALIZADA EM: 06/03/2002

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CFC

Presidente: AMIR LANDO

Vice-Presidente: JONAS PINHEIRO

(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 – Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Robinson Viana	PB	4345/4346	2 – Luiz Otávio (Cessão) (1)	PA	1027/4393
Juvêncio da Fonseca	MS	3015/3016	3 – Wellington Roberto (2)	PB	3139/3141
Fernando Ribeiro	PA	1049			
Valmir Amaral	DF	1961/1966			
Amir Lando	RO	3130/3132			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	1 – Bello Parga	MA	3069/3072
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	2 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Moreira Mendes	RO	2231/2237			
Jonas Pinheiro	MT	2271/2272			

BLOCO PSDB/PPB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	1 – Freitas Neto	PI	2131/2137
Chico Sartori	RO	2251/2258	2 – Ricardo Santos	ES	2022/2024
Romero Jucá	RR	2111/2117			

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 - José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Heloísa Helena	AL	3197/3199			
Jefferson Peres	AM	2061/2067			

PSB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Roberto Saturnino (3)	RJ	4229/4230	1 – Ademir Andrade	PA	2101/2109

(1) Filiou-se ao PPB.

(2) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(3) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

Atualizada em : 14/03/2002

7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO DESTINADA A ANALISAR O DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL PROFERIDA NO PROCESSO EM QUE FIGURAM COMO PARTES O BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - BNB E A EMPRESA AGROINDUSTRIAL E REFLORESTADORA - S/A - ARISA.

**PRESIDENTE: SENADOR ALBERTO SILVA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES
(05 TITULARES E 03 SUPLENTEs)**

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
ALBERTO SILVA	PI-3055/57	1-WELLINGTON ROBERTO (3)	PB-3194/95
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393		
PFL			
MOREIRA MENDES	RO-2231/37	1-FREITAS NETO (1)	PI-2131/37
BLOCO (PSDB/PPB)			
VAGO (4)		1-RICARDO SANTOS	ES-2022/24
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS)			
JEFFERSON PERES	AM-2061/67		

(1) Desfilou-se do PFL, filiando-se ao PSDB, sendo substituído na Comissão pelo Senador Jonas Pinheiro, em 10/10/2001, e designado membro suplente, pelo Bloco PSDB/PPB, em 17/10/2001.

(2) Filou-se ao PPB.

(3) Substituído na Comissão pelo Senador Amir Lando, em 21/11/2001.

(4) Nos termos do Ato nº 1, de 2002, da Mesa do Senado Federal, que declarou a perda do mandato do Senador Fernando Mausalein, pela representação do Estado de Rondônia (Publicado no DSF, de 06/03/2002)

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO

SALA Nº 06 - telefone: 311-3254

Email: jcarvalho@sgmsleg.senado.gov.br

ATUALIZADA EM: 05/03/2002

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

Presidente: Senador Roberto Requião
Vice-Presidente: Deputado Ney Lopes
Secretário-Geral: Deputado Feu Rosa
Secretária-Geral Adjunta: Senadora Emilia Fernandes
(18 Titulares e 18 Suplentes)

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
SENADORES									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
ROBERTO REQUIAO	PR	***09	311 2401	323 4198	1. PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3232	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	###15	224-5884	323 4063	2. AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
JOSE FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223-6191	3. MARLUCE PINTO	RR	**8s	311 1301	225 7441
PFL									
JORGE BORNHAUSEN (1)	SC	** 04	311 4206	323 5470	1. WALDECK ORNELAS	BA	# 13	311 2211	323-4592
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	2. VAGO (2)				
Bloco (PSDB/PPB)									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1348	321 9470	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	###08	311-2071	323-3188
VAGO (3)					2. RICARDO SANTOS	ES	*13	311-2022	323-5625
PT/PDT/PPS									
EMILIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	1. JEFFERSON PERES	AM	###07	311-2061	323-3189
PTB									
ARLINDO PORTO	MG	*05	311-2324	323-2537	1. VAGO				

(1) Licenciado do exercício do mandato, a partir de 22/02/2002

(2) Em virtude do afastamento do Sr. José Coelho, em 11/03/2002, tendo em vista a reassunção do Titular.

(3) Em virtude do afastamento do Sr. Pedro Piva, em 22/02/2002, tendo em vista a reassunção do Titular.

LEGENDA:		
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIPAL
** ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
*** ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MULLER	@@@ ALA SEN. DINARTE MARIZ

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
BLOCO PSDB/PTB									
MARISA SERRANO	MS	237	318-5237	318-2237	1. VICENTE CAROPRESO	SC	662	318-5662	3182662
FEU ROSA	ES	960	318-5960	318-2960	2. YEDA CRUSIUS	RS	956	318-5956	3182956
BLOCO PFL/PST									
NEY LOPES	RN	326	318-5326	318-2326	1. LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318-5541	3182541
PAULO GOUVÊA	SC	755	318-5755	318-2755	2. RONALDO CAIADO	GO	227	318-5227	3182227
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	*573	318-5573	318-2573	1. EDINHO BEZ	SC	703	318-5703	3182703
DARCÍSIO PERONDI	RS	518	318-5518	318-2518	2. OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318-5845	3182845
PT									
ALOIZIO MERCADANTE	SP	825	318-5825	318-2825	PAULO DELGADO	MG	*268	318-5268	3182268
PPB									
JARBAS LIMA	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318-5756	3182756
BLOCO PSB/PcdoB									
EZÍDIO PINHEIRO	RS	744	318-5744	318-2744	INÁCIO ARRUDA	CE	*582	318-5582	3182582

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
www.camara.gov.br/mercosul
e_mail - cpcm@camara.gov.br
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

Atualizada em 28/02/2002

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 030002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 98 PÁGINAS